

Adonira Batista Pereira Beretta

**Aspectos Históricos e Literários de Os
Sertões de Euclides da Cunha**



Adonira Batista Pereira Beretta

Aspectos Históricos e Literários de *Os Sertões* de Euclides da Cunha



T 960/01

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Insituto de Biociências, Letras e Ciências
Exatas da Universidade Estadual
Paulista "Júlio de Mesquita Filho" –
Câmpus de São José do Rio Preto para
obtenção de título de Mestre em Letras
(área de concentração: Literatura
Brasileira).**

**Orientador:
Prof. Dr. José Guimarães Mello.**

São José do Rio Preto

1998



Na elaboração do questionário de pesquisa participei de reuniões e encontros com alguns professores, que me ajudaram com a coleta de dados.

Aos meus colegas do curso de História, especialmente os professores, por terem me ajudado com a coleta de dados e pela orientação bibliográfica.

Aos Prof. Dr. Fernando Sant'Ana, pela orientação e orientação.

Aos meus amigos, especialmente os professores de História, Literatura e História, pela orientação e orientação, especialmente os professores de História e Literatura.

Ao Edmilson, à Lúcia e ao Roberto, pela orientação e orientação.

A meus pais, meus primeiros e maiores mestres, dedico esse trabalho

Aos meus pais, especialmente os professores de História e Literatura.

Aos meus amigos, especialmente os professores de História e Literatura.

Aos meus colegas do curso de História, especialmente os professores de História e Literatura.

Aos meus amigos, especialmente os professores de História e Literatura.

AGRADECIMENTOS

No momento de encerramento do presente trabalho, dirijo-me a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a sua execução.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Guimarães Mello, por reunir profissionalismo, enfrentamento de desafios diversos e pela orientação bibliográfica.

Ao Prof. Dr. Romildo Sant'Anna, pelas primeiras e oportunas orientações.

Aos meus amigos Eduardo, Sheila e integrantes do grupo de Literatura e História, pela maneira fraterna e diversificada com que se envolveram na composição dos meus textos.

Ao Edmilson, à Edilene e ao Beretta pelo empenho com que revisaram meu texto.

Ao Roger, que me orientou no trabalho de digitação, deslocando-se, não raro, até minha residência.

À Maria do Carmo, Olinda, Oscar, Nanci, Onilda, Rosana, Ieda, Patrícia, Soraya, pelo atendimento cortês

Às equipes do Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC) da Universidade Estadual da Bahia e do Centro de Estudos Baianos (CEB), da Universidade Federal da Bahia, pelo apoio recebido, quando lá estive pesquisando. Ao historiador e pesquisador de Canudos, Prof. Dr. José Calasans, que me presenteou com algumas de suas obras; ao Prof. Renato Ferraz, que me concedeu proveitosas entrevistas; ao Prof. Luís Paulo Neiva, que favoreceu meu contato com professores voltados ao estudo da história de Canudos.

Em especial, aos meus pais, esposo e filhas pelo grande alento e colaboração diversa.

RESUMO

Essa dissertação tem como base a reflexão sobre os aspectos literários e historiográficos de *Os sertões*, obra principal do escritor fluminense, Euclides da Cunha, envolvendo uma ótica interdisciplinar e comparativista. Integra a nossa proposta de trabalho a constatação das afirmações contraditórias, dos confrontos, dos paradoxos e de suas resultantes literárias, as figuras – oxímoro e antítese.

A formação acadêmica positivista, atéia, técnica e progressista, agregada às teorias sócio-filosóficas e cientificistas da época e a complexidade da obra levaram o autor a incorporar ao fluxo narrativo um quadro teórico. Este se faz acompanhar de conjeturas, deduções e explicações pragmáticas do narrador que devem ser analisados em sua dupla vertente, ou seja, como ciência e como arte literária.

Unitermos – Dupla vertente: Literatura e História, Narrativa Historiográfica e Narrativa Ficcional, Nova História e Literariedade, Verdade do Discurso Euclidiano e Aparato Científico.

ABSTRACT

This thesis is based on the reflexions about literary and historiographic aspects from *Os sertões*, main work of the fluminense writer Euclides da Cunha. It is done through an intersubjectual and comparativistic optic. The verifying of the contradictory statements, confrontations, paradoxes and literary resultants, the figures of oximorus and antithesis, integrates our work proposal.

The academic, positivist, atheist, technical and progressist background of the author, added to socio-philosophical and scientific theories present in that right moment, besides the complexity of the work itself, took the author to join a theoretical approach to the narrative flow.

This theoretical approach is composed by suppositions, deductions and pragmatical explanations from the narrator. These approaches shall be analysed through the double slope of the work, or as science and literary art. This can help us to have a better understanding of the book.

Key-words - double-slope: Literature and History, Historiographic Narrative and Fictional Narrative, New History and Literarity, Truth of Euclidean speech and Scientific apparatus.

Sumário

Introdução.....	06
Capítulo I	
Literatura e História: viagem através dos tempos	
1. Literatura e História.....	15
2. Trajetória do Pensamento Histórico.....	17
Capítulo II	
Euclides: um antecipador da Nova história?	
1. Nova história.....	24
2. <i>Os sertões</i> no contexto de Nova história.....	29
3. Um outro modo de narrar.....	45
Capítulo III	
História das mentalidades e <i>Os sertões</i>	
1. Uma imersão no universo das mentalidades.....	62
Capítulo IV	
<i>Os sertões</i> : ambiência e origem	
1. Euclides: um filho do tempo.....	85
2. Matriz da obra.....	93
3. Nasce o livro.....	97
4. Na composição da obra uma tentativa de explicar a luta.....	102
Capítulo V	
<i>Os sertões</i> : interpretação Científica	
1. Euclides e a Ciência.....	112
2. Humboldt e Euclides.....	119
Capítulo VI	
<i>Os sertões</i> : discurso literário e discurso historiográfico	
1. A história em <i>Os sertões</i>	124
2. O ficcionista em <i>Os sertões</i>	146
3. Euclides: um pintor de retratos.....	161
4. A verdade de Euclides na narrativa de Canudos.....	172
5. Alguns traços do estilo euclidiano.....	176
Conclusão.....	188
Bibliografia.....	199



INTRODUÇÃO

Entre os escritos de Euclides da Cunha, *Os sertões* destaca-se como sua obra-prima. Na sua trajetória literária e científica, a obra tem chamado a atenção dos mais autorizados exegetas e críticos literários pela multiplicidade dos temas versados, pelos variados recursos estilísticos apresentados, pelo emprego de uma retórica persuasiva, mesclada de tradição e inovação e, sobretudo, pela contribuição no processo de tomada de consciência da realidade nacional. Sua elaboração ocorreu por cinco anos consecutivos, de 1897, quando foi iniciada, a 1902, data em que a obra foi editada. Nela interagem, harmonicamente, religião, história, lenda, mito, folclore, antropologia, sociologia, psicologia e, principalmente, arte.

Esta pluriabordagem se desenvolve à luz das teorias e correntes sociais, filosóficas e científicas da época em que viveu o escritor. Embora, nessa época, as realidades demonstráveis passassem por uma fase de efervescência, o escritor mostra que a base lógica científica concorre para a edificação de “supremas criações literárias”, desmistificando a crença de que a verdade dispensa ou repele a beleza. *Os sertões* é um testemunho vivo de que o emprego de figuras de linguagem, imagens simbólicas, signos lingüísticos, elegância, colorido e vigor da frase, “que são do manejo corrente dos bons escritores, nada perdem quando o autor conhece bem as relações que ligam os fenômenos descritos - o que, por si só, caracteriza o espírito científico”. (Sodré, 1966, p.34)

Euclides utiliza-se de sua capacidade criadora e transfiguradora para antropomorfizar a natureza, estilizar personagens reais e criar retratos de homens-síntese. A descrição da flora, de modo geral, encerra

uma alusão recorrente ao homem e à luta de Canudos, mediante o emprego de uma linguagem figurada: as plantas lutam pela sobrevivência, são agressivas, defendem-se com espinhos e seivas. Algumas, incapazes de uma defesa individual, desenvolvem táticas de resistência coletiva. Na primeira parte, *A terra*, ao citar a espécie vegetal denominada “cabeças-de-frade”, cria o símbolo da degola.

O objetivo primordial de nossa investigação é identificar, analisar e dimensionar a relação entre literatura e história, ou seja, entre o discurso ficcional e o discurso historiográfico em *Os sertões*. A reflexão incide sobre o espaço da interseção entre os dois domínios e sobre alguns traços da construção estilística.

A nossa opção por Euclides não é, assim, aleatória, uma vez que *Os sertões* abre-nos espaço e oferece-nos vasto campo à exploração e à análise da presença da narrativa de ficção e da narrativa dos eventos históricos, identificáveis pela sintaxe, pela presença de cenas épicas, pelo tom trágico e por expressivo aparato científico. Por outro lado, o confronto entre as duas narrações, norteado pelas novas teorias literárias, pelos pressupostos defendidos pela Nova história e mediante o emprego do estudo comparado, viabiliza o questionamento das fronteiras entre literatura e história.

A observância das teorias sociais e científicas, em voga na época, fundamenta a proposta da nossa pesquisa. Portanto, a análise do livro exige a tomada de uma perspectiva capaz de situá-lo historicamente. Euclides tomou as ciências como elemento condensador do conhecimento e a elas incorporou tendências e pensamentos subjacentes, que foram empregados na análise e explicação da problemática brasileira e na tomada de consciência social. Desse modo, na incorporação do aparato científico e do

conseqüente quadro teórico ao texto, o autor procurou as luzes necessárias ao esclarecimento e interpretação dos fatos narrados.

A combinação entre arte e ciência é reforçada pela afirmação de José Verissimo (1966, p.63) de que *Os sertões* “é, ao mesmo tempo, o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista”, fortaleça a pertinácia de nossa escolha. A forte presença do referencial histórico – o conflito armado ocorrido no árido sertão da Bahia – identificado por Euclides como inequívoca demonstração de barbárie, motivando a composição do livro, é anunciada na *Nota preliminar*.

O narrador-voz afirma que o livro “a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos”, a qual era a lembrança permanente de “um refluxo para o passado”. Também, a expressão “Canudos: força motriz da nossa história”, é usada duas vezes.

No final da *Nota preliminar*, tão pouco analisada pelos críticos, a voz narrativa emite um expressivo juízo de valor quanto ao alcance e profundidade do acontecimento. Declara que essa Campanha significa “um primeiro assalto, em luta talvez longa” e, num tom de libelo, conclui que “foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo”. (Cunha, 1985, p.86)

Embora outros campos semânticos e áreas de significação integrem o fluxo narrativo, como ocorre com a questão antropológica, o acontecimento histórico ocupa posição de destaque dentro da obra. O conflito armado, ocorrido em Canudos, constitui a sua razão essencial e incontestável. Essa concepção é verificável por várias evidências, entre elas citamos: a célebre divisão do livro em três grandes partes: *A terra*, *O homem* e *A luta*; a motivação retroativa criada pela campanha de Canudos,

abordada no terceiro bloco textual. Com efeito, os dois primeiros grandes blocos, nos quais o escritor desenvolve, respectivamente, os estudos geográficos, topográficos, geológicos, climáticos e faz o historiamento dos movimentos migratórios, dos cruzamentos étnicos e da questão antropológica das sub-raças brasileiras, são, na substância, uma alusão à luta, que aparece no final.

Acreditamos que o emprego do comparativismo, como método de pesquisa em nosso trabalho, é perfeitamente justificável, pois comparar é um procedimento mental que faz parte da própria estrutura de pensamento do homem e da organização da cultura. A comparação se constrói à força do pensamento e da linguagem e o não aceitá-la implica o próprio desmoronamento do sistema de sustentação discursiva. A esfera dos paralelismos e confrontos cria condições para generalizações ou diferenciações inevitáveis em diversas áreas do conhecimento humano, entre elas, literatura e história. Além do mais, quando empregado no estudo crítico, assume *status* de método, que conduz o pesquisador aos objetivos propostos. No campo literário, observa-se um desabrochar temático que, através da literatura comparada, permite levantar questões amplas e fecundas, envolvendo as estreitas associações e articulações entre os dois relevantes campos em estudo: ficcional e histórico.

Quanto à seleção e à análise de alguns traços do estilo da obra, que também integram nosso objeto de estudo, não são improvisadas. São frutos da busca de uma compreensão mais ampla, de interpretações acerca das intenções centrais do livro, da íntima relação com a complexidade temática e da própria redundância dos recursos estilísticos escolhidos, que perfazem a obra na sua totalidade. Por outro lado, sendo o estilo forma e conteúdo entrelaçados, envolve todos os níveis da realidade narrativa e a própria especificidade significativa textual. Logo, cremos que seu estudo é

pertinente e oportuno. Ele abre uma fresta que nos permite identificar o sentido substancial do texto em análise, o pensamento e a postura idiossincrática do prosador fluminense. Esta assertiva é respaldada pela concepção de alguns biógrafos e intérpretes euclidianos, como Modesto de Abreu e Sílvio Rabelo, ao afirmarem que a maneira de escrever do estilista de *Os sertões* ajusta-se ao seu modo de ser e ao seu estilo de vida. “Sendo um livro em que Euclides imprimiu os traços mais vivos da sua personalidade, *Os sertões* completa, deste modo, a própria biografia do autor” (Rabelo, 1948, p.265).

Selecionamos para estudo as recorrentes afirmações contraditórias e os paradoxos, contrastes e confrontos, com suas resultantes literárias – as figuras do oxímoro e da antítese. Estes recursos, alvo de atenção pela crítica, constituem uma expressiva característica do estilo da narrativa euclidiana e assumem importância semântica, conferindo ao texto relevante impacto dramático.

Acompanha a trajetória da obra, desde a sua publicação, uma fortuna crítica que, empenhada na sua exploração analítica, procura identificar-lhe a natureza, caracterizar-lhe o gênero e a montagem estilística e apontar-lhe as tendências. Porém, distante de uma rotulação unilinear ou de um modelo que lhe possa comparar com exatidão, a obra prossegue inclassificável, desafiando, com sua forma peculiar, seus mais devotados intérpretes. Alfredo Bosi (1966, p.346) assevera que o livro, como toda grande obra universal, não se enquadra em um determinado gênero literário e sua leitura deve ser isenta de qualquer preocupação classificatória; logo “a abertura a mais de uma perspectiva é o modo próprio de enfrentá-lo”. Entretanto, a quase unanimidade das vozes críticas é significativa para nossa análise pelo fato de reconhecer que, em Euclides, o engenheiro do pensamento não se dissocia da sensibilidade do poeta.

Na interpretação de Afrânio Coutinho (1966, p.56), trata-se de “uma narrativa heróica, uma epopéia em prosa, da família de *Guerra e Paz*, da *Canção de Rolando* e cujo antepassado mais ilustre é a *Iliada*”. Para Gilberto Freyre (1996, p.20), *Os sertões* é um “livro complexo: notável como literatura e notável como ciência: ciência ecológica e ciência antropológica e até sociológica. Mas sobretudo obra de literatura. Obra de revelação”.

O impacto dramático que a leitura de *Os sertões* provoca explica-se pelas nuances discursivas, pela linguagem metafórica, pelo recorrente jogo imagético e isso contribui para sua predominante consagração como obra-de-arte literária, por grande parte de seus intérpretes. Entretanto, permanece o reconhecimento unânime, pela crítica, da expressiva presença dos elementos não-literários. Nélson Werneck Sodré (1966, p.34) assegura que “Euclides da Cunha mostrou como se pode tomar base lógica científica para supremas construções literárias”.

A estreita associação entre literariedade, historicidade e cientificidade é categoricamente reconhecida por Euclides (1966, p. 620-1), conforme podemos verificar através do acervo epistolar. Em carta dirigida ao crítico José Veríssimo, a três de dezembro de 1902, o autor afirma: o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje a tendência mais elevada de qualquer pensamento humano... a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta”.

Além da Campanha de Canudos, existem muitas outras alusões ou referências históricas incorporadas ao fluxo-narrativo. Nunca são empregadas de modo aleatório, mas sim com finalidade utilitária. Notoriamente inter-relacionadas, elas contribuem para a interpretação objetiva da realidade, muitas vezes, de difícil apreensão. Além disso, esse

inter-relacionamento confere significado aos acontecimentos e constitui premissa básica do discurso histórico. Assim, ao citar a Vendéia, província francesa onde os camponeses favoráveis à restauração monárquica, em 1793, se sublevaram contra a República recém-instalada na França, o autor busca um símile que contribua para explicar o episódio do arraial de Canudos, acusado de ser foco monarquista e anti-republicano.

Nossa análise da relação da literatura e da história e, conseqüentemente, da estreita interseção do discurso histórico e o discurso ficcional será norteadas pelas teorias literárias e teorias historiográficas. Entre as primeiras, destacam-se: *A retórica de ficção* de Wayne C. Booth; *Discurso da Narrativa*, de Gérard Genette; *Magia e Técnica, Arte e Política*, de Walter Benjamin, entre outros. Os teóricos da Nova história são tomados como pontos de apoio e como intérpretes de historiadores e teóricos associados ao movimento da Escola de Annales, originada a partir da revista do mesmo nome, fundada em 1929: Georges Duby, Michel de Certeau, Paul Veyne, Hayden White, Peter Gay, Peter Burke, Lynn Hunt e outros. Esse movimento, nascido na França, foi responsável pelo desenvolvimento da chamada Nova história, que tem caráter econômico, social e cultural, interessando-se por toda a atividade humana.

No desenvolvimento da pesquisa, que ora realizamos, o concurso da Nova história favorece-nos pelas inovações que integra, pela retomada crítico-analítica da questão que envolve a problematização do lugar preciso de fronteiras entre literatura e história. Ela abre espaço para questionar se esses limites resistem à rediscussão de princípios como verdade, verossimilhança, veracidade, real, literariedade e historicidade, e cria condições para redimensionar a concepção da presença de estruturas de produção-de-significado e de tropos de linguagem no discurso histórico. Logo, a tessitura de algumas considerações com base nos pressupostos da

moderna teoria literária, bem como a observância dos postulados teóricos da Nova história são imprescindíveis ao cumprimento da nossa proposta de trabalho.

CAPÍTULO 3

1. Literatura e História: viagens através dos tempos

CAPÍTULO I

Literatura e História: viagem através dos tempos



1. Literatura e História

A literatura e história são duas áreas significativas do saber, tradicionalmente estabelecidas, duas expressivas maneiras de contar a experiência humana, de reconstruir o passado, de resguardar alguma coisa da morte. A aproximação entre esses dois pólos discursivos tem recebido a atenção de estudiosos desde épocas remotas, cabendo a Aristóteles as primeiras reflexões e a tessitura de algumas considerações, que chegam até nós através de sua *Poética*.

Com Aristóteles ficam historicamente traçadas as diferenças entre poesia e história que, na tradição ocidental, residiu no conceito de imitações de ações humanas. Conforme Walter Mignolo (1993, p.116-7), o conceito de literatura era ainda desconhecido na Grécia, só surgindo na Idade Média latina, envolvendo tudo aquilo que estivesse escrito em caracteres alfabéticos. O homem sábio, versado sobretudo em latim, passou a ser chamado *litteratus*, designando os homens de saber.

Quando o conceito de poesia foi substituído pelo de literatura, produziu-se uma mudança paralela na noção de estética, que passa a ser concebida como sensação de beleza. Por sua vez, a história, que em grego antigo era *istoreo* e significava fundamentalmente “informe de testemunhos oculares”, ato de apreender através do relato, passou, em latim, a ser concebida como “testemunhas dos tempos, luz da memória, mestra da vida”.

As duas categorias discursivas, embora persistentes e homologáveis, não constituem estruturas estanques e homogêneas através dos tempos. Condicionadas a posicionamentos significativos do espírito humano, a literatura e a história nunca se manifestam em espaço

sóciocultural vazio. Assim, as comunidades humanas necessitam conservar e transmitir o passado, porém as formas de concebê-lo e conceituá-lo variam no espaço e tempo.

O discurso ideológico, tanto do literato quanto do historiador, é proporcional a uma ordem social e está sujeito a uma série de condicionamentos. Cada época é sustentada por pilares básicos, ou seja, é marcada por modos específicos de expressão, dogmas, regras subjacentes à linguagem lícita, convenções canônicas que canalizam preferências pessoais, maneiras regionais de resolver problemas e atender necessidades.

Por outro lado, as duas esferas disciplinares, ora em análise, projetam sua energia criativa em diferentes formas, utilizando-se da linguagem oral e dos diversos sistemas de escritura. Explica-se, assim, a possibilidade de teorizá-las, conforme peculiaridades distintas, ao longo de suas trajetórias.

Só nos é possível apontar semelhanças entre essas duas áreas do conhecimento humano, porque as diferenças estão historicamente traçadas, isto é, caso não prevalecesse a diferença entre literatura e história não haveria motivo para apontar-lhes semelhanças. O fenômeno da mimesis supõe um jogo entre semelhança e diferença que incide no campo da arte e da literatura.

Na *Poética*, Aristóteles (1996, p.39) concebe a história e a poesia como dispositivos do discurso ordenados retoricamente, com a diferença de que a primeira trata do que efetivamente ocorreu, tendo como referenciais os eventos verdadeiros e particulares, enquanto a última envolve o possível, não tendo necessidade de se referir a eventos acontecidos, mas apenas possíveis sob o ponto de vista da verossimilhança ou da necessidade. O referido pensador estabelece, assim, a superioridade da poesia, que enuncia verdades gerais e trabalha não só com a memória, mas

também com a imaginação. Logo, “encerra mais filosofia e elevação que a história”.

Verificamos que a velha distinção do pensador clássico propõe dois campos. Um campo que envolve ou implica o que realmente aconteceu, o acontecido, o real, este campo é de domínio da memória, da experiência histórica, de que se tem testemunha ocular ou depoimento de terceiros, confirmando a existência da história como mimesis, como representação das ações humanas, e outro campo que integra o mundo das possibilidades, isto é, da criação, da transfiguração, da arte. Aristóteles, apesar de apontar certas peculiaridades específicas da poesia e da história, identifica-lhes, também, elementos comuns, como a presença de esquemas retóricos.

Dessa forma, literatura e história, diferenças e semelhanças interagem-se e essa interação tem atraído o interesse de literatos, historiadores e teóricos, principalmente a partir de 1960, quando as “grandes verdades” e os “grandes dogmas” começam a ser questionados e antigas fronteiras, abaladas. Seu estudo é pautado por perspectiva interdisciplinar e comparativista, pois envolve o intercâmbio de áreas das humanidades preocupadas com a linguagem, conforme veremos a seguir.

2. Trajetória do pensamento histórico

Os historiadores, ao longo dos séculos, incorporaram, em seus discursos, conceitos e convicções herdados de seus antecessores. Até o surgimento da Grécia, prevaleceu a história teocrática e o mito. Na antigüidade clássica, o pensamento histórico sofreu influências do teatro grego e dos tribunais romanos. Heródoto de Halicarnasso e Tucídides, historiadores gregos do século V a.C., conceberam a história como ciência

humanista, defendendo que só o imutável é suscetível de ser conhecido. Heródoto revolucionou a história, até então presa à enumeração de reis e anais dinásticos, ao voltar-se para os acontecimentos políticos, geográficos e militares. Nas antigas Grécia e Roma, os historiadores empreenderam verdadeira luta contra os pesquisadores detalhistas, que se distanciaram da retórica.

Nos tempos medievais, o pensamento histórico volta-se para a teologia, conforme os princípios postulados pela filosofia escolástica. Os historiadores sofrem a inferência da Igreja com sua postura norteadora e restritiva. Porém, com o advento do Humanismo, a historiografia liberta-se das rédeas e vícios do pensamento romano cristão medieval e os pesquisadores, preocupados com a redescoberta do passado, deixam-se influenciar pelos paradigmas clássicos, como Tito Lívio.

A mentalidade renascentista, conforme os princípios antropocêntricos, glorifica o homem e valoriza seus feitos, trazendo profunda mudança na concepção da história, que se torna um dispositivo discursivo respeitável entre os gêneros literários.

No século XVIII, o fazer histórico é enriquecido pela filosofia das Luzes, que abre aos historiadores uma fresta rumo à independência e facultá-lhes o acesso a todas as literaturas e a todos os modos de pensamento. Conhecido como Século da Razão, é apanhado nas redes da história serial, que explode a partir de 1930, com o movimento da Escola de *Annales*. As ciências separam-se, as letras e a própria história afirmam a sua exigência de desenvolvimento autônomo. Conforme Pierre Chaunu (1985, p.39), “as Luzes acendem-se, brilham e cintilam sobre os estilhaços dum conhecimento fragmentado”.

Por outro lado, o documento deixa de ser fonte de verdade irrefutável para ser analisado como versão da realidade e o pesquisador,

considerado testemunha passiva de seu tempo, assume sua função participante. A hipótese de que a história escrita deve ser uma narrativa dos acontecimentos é colocada em questionamento, promovendo-se um evidente ataque à historiografia detalhista do século XVII. Historiadores como Tácito, Guicciardini e Voltaire defendem o discurso histórico acurado, mas também interessante, pois reconhecem que a via para o interesse passa pelos terrenos da arte.

A cultura liberal do período citado, além de multiplicar o volume de informações, favorece a pesquisa histórica, ao colocá-la numa condição desimpedida, livre e mais ambiciosa. Enquanto as obras históricas criadas até início dos tempos modernos eram oferecidas com recursos literários estabelecidos, atendendo exigências morais, o pensamento histórico da época do Iluminismo não se limita a descrever, mas a medir e a ultrapassar as idéias claras da elite, favorecendo as confusas aspirações do Exército anônimo dos sem categoria.

Os historiadores da Ilustração sentiram a problemática resultante da separação das elites, com longas histórias, das sociedades mais rudes que as sustentam, embora a integração se faça por etapas, exigindo organização prévia de estruturas intermédias.

Ao Iluminismo sucede-se o Romantismo, com suas tendências peculiares, favorecendo o campo de investigação do passado, questionando a questão da imutabilidade da natureza. O empenho em restaurar o passado, tido como dispositivo substancial no curso do desenvolvimento do processo histórico, faz-se acompanhar do retorno ao modo metafórico, como condição permissível à historiografia.

No século XIX, a história conquista sua independência como disciplina e os historiadores vêm abrir, diante de si, um leque de novas opções estilísticas. Jacob Burckhardt voltou sua atenção para o estudo da

Renascença, refletiu seriamente sobre a relação entre beleza e verdade, entre estilo e conteúdo. Historiador consciencioso, dedicando-se à descoberta da verdade, veio a desconfiar das pretensões científicas e da neutralidade professada do historicismo de Ranke, contribuindo para uma visão mais ampla da história.

A partir do segundo quartel do século XIX, a história vai perdendo a flexibilidade de suas fronteiras, caminhando para o positivismo comtista, que segue paralelamente ao cientificismo, rumo à “geração do materialismo”. Ao contextualizar a referida disciplina e analisar sua concepção no período citado Hayden White (1995, p.17) tece algumas considerações: [a história era] “um modo preciso de existência, a consciência histórica um modo preciso de pensamento, e o conhecimento histórico um domínio autônomo no espectro das ciências físicas e humanas”. Como efeito, temos o conceito de uma historiografia científica e objetiva de curta existência.

É precisamente neste momento histórico que assinalamos a existência de Euclides, que, na condição de homem público participante, manifesta-se engajado a uma ideologia importada, que não satisfaz à problemática nacional. É à sombra da mentalidade do século XIX que podemos explicar porque Euclides da Cunha enfrenta, em diversos momentos da composição, as hesitações e dúvidas quanto ao modelo teórico importado, “um bando de idéias novas”, na expressão de Sílvio Romero, que, com seu caráter reducionista, não satisfaz plenamente à realidade concreta do país e, mesmo assim, prossegue reiterado, conforme veremos no decorrer da nossa dissertação.

Nas primeiras décadas do século XX, contudo, podemos observar o enfraquecimento da filosofia positivista, pretensamente científica, que buscava estabelecer a máxima unidade na explicação de todos os

fenômenos universais. Nos dias atuais, sobretudo a partir do movimento chamado Nova história, a tendência positivista ligada às elites políticas, eclesiásticas e militares é substituída pela observação do cotidiano de uma época, de um local, de uma individualidade.

Em 1929, com o aparecimento da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, tem início um novo movimento histórico que provoca, de certa forma, uma revolução no campo da historiografia. Convencionalmente chamado Nova história, tornou-se centro de interesse, ocupando posição de destaque.

Com o passar do tempo, os historiadores vão abandonando a visão olímpica dos acontecimentos e passam a se preocupar com pessoas comuns, minorias étnicas, mulheres e os modos nos quais elas entendem sua experiência, suas vidas, seu mundo. Começa a existir respeito maior pela narrativa nos estudos sociais.

Nos dias atuais é incontestável o empenho, entre os historiadores, de encontrar uma nova forma de narrativa capaz de contar a história das mudanças sociais e culturais que ocorrem gradualmente, conscientes ou não.

Vivemos o chamado Pós-modernismo, fenômeno contraditório, inacabado, que, na consideração de Linda Hutcheon (1991), postula a descontinuidade, o desmembramento, o deslocamento, a descentralização. Os paradoxos do Pós-modernismo refletem as inadequações e insustentabilidade dos sistemas totalizantes e de fronteiras fixas.

Na verdade, ele incorpora o que pretende contestar, ou seja, instala e depois subverte os próprios conceitos concebidos, não podendo ser considerado como novo paradigma, nem como sinônimo para contemporâneo; integra uma cultura pluralista, fragmentada, em que o antigo convive com o novo, a tradição com a inovação.

As considerações sobre essas tendências, hoje vivenciadas, são pertinentes e justificáveis, uma vez que Euclides da Cunha interpreta seu objeto de estudo de forma bipolar: como ideólogo, guiando-se pelos preceitos e preconceitos do século XIX, e como observador crítico de uma realidade peculiar, não explicável satisfatoriamente pelo teorismo acadêmico, lançando mão de conjectura e pragmatismo. Explicam-se, assim, as conclusões ambíguas, a presença da dicotomia, dos confrontos, dos contrastes, das imagens representativas do adorável e do ridículo.

A interpretação histórica é feita à luz dos pressupostos cientificistas, da análise da mestiçagem brasileira, da simultaneidade dos determinismos geográfico e racial, da busca de todos os componentes da nossa história - terra e homem - em correlação biológica, psicológica e histórica. Complementa essa congregação de recursos o embaralhamento de fronteiras, o consórcio interdisciplinar.

Nesse mosaico, cada elemento tem espaço próprio e, sem atropelamento, confere à obra dignidade estética e qualidades que ficam para além do domínio único. Desse modo, o escritor despertou e comoveu a opinião pública do Brasil diante da “inútil e criminosa guerra contra os rudes patrícios do sertão”, aproximando-se do movimento que surgindo *a posteriori*, com o nome de Nova história, coloca-o numa posição de vanguarda.



CAPÍTULO II

Euclides: um antecipador da Nova história?



1. Nova história

A chamada Nova história está pautada nas inúmeras mudanças que se deram na historiografia, principalmente nas décadas de 70 e 80. A visão positivista, com seu respeito pueril e devoto ao fato, prende-se ao relato de batalhas, de guerras, de feitos políticos de grandes celebridades, de heróis. Em síntese, preocupa-se com o movimento das elites e dos jogos do poder e, por limitar os horizontes da história, começa a ser rejeitada.

A contestação contra a estreita perspectiva da história e o questionamento do enclausuramento entre fronteiras, que se pretendiam fixas e estanques, ganham posição de destaque, notoriamente, a partir da fundação da escola histórica de *Annales*, com matriz na revista do mesmo nome, fundada em 1929 na França. Foram seus fundadores os historiadores Lucien Febvre, que se dedicou ao estudo do século XVI, interessado na análise de atitudes coletivas, uma espécie de “psicologia histórica”, e Marc Bloch, que se especializou em história medieval, adotando a máxima segundo a qual não há historiador que não seja cidadão e não há cidadão sem vivência histórica. “A história é algo que se faz”. Esse aforismo é partilhado por outros historiadores como Le Goff, considerado um exemplo vivo da fecunda escola histórica dos *Annales*. O “ofício de historiador” passa a abranger quase todos os domínios, incluindo a metodologia da história, não deixando ao abandono o compromisso do historiador com a atualidade, em todos os aspectos.

Esta escola tem como objetivo enriquecer a história e aproximá-la das ciências vizinhas, incentivar a inovação temática, franquear as fronteiras da história. Ao renovar os estudos historiográficos, transforma a tradicional narrativa de acontecimentos, a história factual, numa história-

problema, que se preocupa com a análise de todas as atividades do homem. Seu surgimento corresponde a um certo enfraquecimento ou perda do rigor de caráter cientificista das chamadas ciências humanas.

A Nova história é uma abordagem interdisciplinar da história e deve ter “como horizonte e ambição uma história que englobe o conjunto de evolução de uma sociedade segundo modelos globalizantes” (Le Goff, 1990, p.3). Ela pretende ser uma história total, que abre seu discurso às contribuições das ciências humanas e naturais, abrangendo tanto o indivíduo quanto a sociedade, tanto o discurso histórico realista, quanto o que nasce da imaginação, do poder da criação e da transfiguração. Desse modo, revoluciona o universo de domínio da historiografia e apresenta novas posturas e novas tarefas, tais como: uma nova concepção e crítica do documento; um “retardamento” da noção de tempo, matéria da história; o aperfeiçoamento de métodos comparativistas.

Coube ao referido movimento a revisão do documento, que deixa de ser fonte da “verdade histórica” e de ser analisado como “inocente”. Produzido pelas sociedades para criar uma imagem e para dizer o que supõe ser “a verdade” do passado, todo documento é uma versão, uma interpretação do que “realmente aconteceu”, da “história verdadeira”, inapreensível em termos de origem. O fato não preexiste à sua dimensão textual, de linguagem, de discurso; não temos acesso ao mundo “real” a não ser a partir das representações construídas sobre esse mundo, as quais, por sua vez, são versões sobre o evento. Sob a ótica da ciência, a fidedignidade factual implica o abandono do arsenal retórico. Dispensando quaisquer recursos literários, deve flagrar o objeto em análise na sua pureza e transmiti-lo com absoluta fidelidade. Isto é visto pela nova tendência historiográfica como algo insustentável.

A Nova história sentiu, também, a necessidade de desmoronar a idéia de um “tempo único, homogêneo e linear”. Essa nova idéia do tempo nos remete à aporia do tempo ou dialética do triplice presente de Santo Agostinho (1996). Este pensador, que viveu no século IV, concebe a fusão do tempo num presente amplificado e dialetizado: o passado ou memória funde-se ao presente através da imagem-impressão (*afectio*) deixada pelas coisas passadas, e ao futuro, através da imagem-signo, em caráter de antecipação. Na concepção agostiniana, a simultaneidade do tempo ocorre no espírito distendido (*distendio animi*). Para Santo Agostinho, no espírito encontramos o elemento fixo, que permite comparar os “tempos longos” e os “tempos curtos” em relação ao presente (agora). A meditação temporal remonta à antigüidade, com Platão, Aristóteles e Plotino, que reconheceram a subjetividade e a relatividade do tempo. No século passado, Proust reafirma a dialética agostiniana e, na atualidade, o abalo do tempo prossegue retratado por Joyce, Guide, Anatol Rosenfeld, Michel de Certeau, entre outros.

A perspectiva atual, defendida por historiadores e literatos, põe em questionamento os princípios da linearidade ou cronologia temporal. Os fenômenos históricos devem ser datados muito mais segundo a duração da sua eficácia na história do que segundo a data da sua produção. A Nova história reconhece a necessidade da concepção de uma multiplicidade do tempo, uma vez que cada homem encontra-se de fato em redes diversas de tempo. A “longa duração”, perspectiva analisada pelo historiador Fernand Braudel, um dos pioneiros da nova mentalidade histórica, baseia-se nas forças profundas da história, que só atuam e se deixam apreender no tempo longo, tais como costumes, hábitos mentais, mentalidades, sistemas econômicos e sociais. A partir da história de “curta duração” é possível trabalhar com os quadros de longa duração.

No tocante ao comparativismo, Jacques Le Goff (1990) enuncia que só é pertinente a sua aplicação quando possibilite comparar apenas o que é comparável, ou seja, é aconselhável evitar comparações improdutivas entre realidades diversas.

Ao se aproximar mais da antropologia, da sociologia, da psicologia, da lingüística, da geografia, da economia, a Nova história amplia seu campo de ação e oferece aos historiadores novas formas de abordar o passado, em detrimento do paradigma postulado pelo positivismo em vigor no século XIX, que apresentava uma historiografia voltada para as elites, para os heróis, num íntimo engajamento com o poder. Esse paradigma positivista conjuga história factual, história narrativa e história política centradas nos grandes temas e grandes acontecimentos.

A Nova história vai aos poucos ocupando o lugar da história positivista, amplia seu território, abre um leque de novos enfoques, “novas abordagens”, um conjunto de “aparentes banalidades”, favorecendo o surgimento de uma história fragmentada, que se expande por diversas áreas, colocando em articulação antigos parâmetros. Em outras palavras, podemos considerar uma colaboração recíproca de várias ciências ligadas ao estudo da humanidade, além de uma reavaliação e questionamento das fronteiras, que deixam de ser vistas como barreiras para serem consideradas significativas interfaces com outras ciências. Estas fronteiras tornam-se permeáveis e são submetidas a fluxos e refluxos, viabilizando a verdadeira interdisciplinaridade.

Hayden White (1994), discorrendo sobre as fronteiras entre literatura, história e filosofia, mostra que o discurso histórico e o discurso das ciências humanas têm a mesma origem das ficções, cujo eixo comum é a linguagem. Encontramos o papel decisivo dos códigos literários em todos os relatos, inclusive no discurso histórico, que deve ser analisado “como

complexa estrutura de linguagem”. O crítico destaca o estatuto da narração histórica considerada fundamentalmente como um “artefato verbal”, que tenta ser um modelo de estruturas e processos ocorridos no passado e, como tal, não pode estar sujeito ao controle experimental e nem ao da observação. A história, assim, é uma dramatização do material histórico, em uma linguagem mais ou menos figurativa, com tropos como: metonímia, sinédoque, ironia e, principalmente, metáfora. O crítico constatou, em seus estudos, que os historiadores clássicos oitocentistas: Jules Michelet, Leopold von Ranke, Alex de Tocqueville e Jacob Burckhardt empregam a linguagem figurada em suas obras. Assim, o texto histórico se aproxima de um texto literário e, com o decorrer de sua trajetória, será mostrado sob novas perspectivas, com outros significados e diferentes interpretações.

Hayden White (1994, p. 29) assegura que, na passagem do estudo de um arquivo para composição de um discurso e para sua tradução numa forma escrita, os historiadores têm de empregar as mesmas estratégias da figuração lingüística utilizadas por escritores imaginativos para dotar seus discursos daqueles tipos de significados latentes, secundários ou conotativos. “Analistas dos discursos históricos e filósofos reconhecem que a linguagem não é um conjunto de formas vazias, apresentando-se carregada de conteúdos figurativos, tropológicos e genéricos antes de ser atualizada numa enunciação qualquer”.

A análise e observância do enquadramento de *Os sertões* nesse universo crítico e teórico são essencialmente profícuas, pois dentro desse contexto percebemos a incorporação precoce do livro em estudo no vasto terreno que, anos mais tarde, seria aberto pela Nova história, bem como a preocupação do escritor em face da responsabilidade da difícil empresa assumida.

2. *Os sertões* no contexto da Nova história

A análise de *Os sertões* realiza-se à sombra da Nova história, graças aos aspectos inovadores que, incorporados às suas páginas, fazem parte da historiografia atual. Euclides é reconhecidamente um escritor com veia de ficcionista, investido nos papéis de historiador, antropólogo e sociólogo. Seu livro conjuga rico material informativo e múltiplos recursos vindos de variadas direções e fontes. O consórcio de textos e disciplinas nos diversos pólos discursivos é alvo da atenção de Michel Foucault, para quem as fronteiras de um livro nunca são bem definidas: “das primeiras linhas ao último ponto final, por trás de sua configuração interna e de sua forma autônoma, ele fica preso num sistema de referências a outros livros, outros textos, outras frases: é um nó dentro de uma rede”. (Hutcheon, 1991, p.163)

A atualidade da obra euclidiana e sua aproximação com postulados da Nova história têm início na própria concepção do texto: uma pluralidade de micro-textos que exige um trabalho de fotomontagem. A acolhida expressiva de livros e publicações, depoimentos, observação pessoal, casos ouvidos, folclore, quadras populares, lendas, documentos oficiais, cartas e telegramas, citações, noticiário jornalístico, hipóteses, enumerações, encadeadas e articuladas numa espécie de mosaico, caracterizam o caráter híbrido da composição. Como bem observa Leopoldo M. Bernucci (1995, p.22), são atípicos do discurso histórico e do relato científico da época, “o modo como a voz do narrador euclidiano se desloca de um ponto a outro, indo da objetividade à subjetividade de quem narra” e o emprego da multiplicidade do ponto de vista do narrador.



Ao dar ao seu livro caráter de ataque e acusação, em virtude da violência imposta ao sertanejo, Euclides da Cunha emite um conceito hoje aceito: “a civilização não se opõe à barbárie, por ser, ela própria, bárbara”. Em outras palavras, a violência praticada no sertão da Bahia exprime uma característica atual, manifestando-se de modo perverso e destrutivo, arrasando estruturas tradicionais e subordinando a vida humana aos imperativos da razão técnico-científica.

O livro traz uma alusão aos próprios comandantes da última expedição enviada a Canudos, Tupi Caldas e Dantas Barreto, que não acreditavam ser o jagunço¹ “um inimigo habituado à luta regular que soubesse tirar proveito das desvantagens táticas dos estrategistas de guerra”. Numa atitude de transparente defesa do sertanejo, o narrador criado por Euclides assevera que:

fora até demasia de frase caracterizá-lo inimigo, termo extemporâneo, esquisito eufemismo suplantando o “bandido famigerado” da literatura marcial das ordens do dia. O sertanejo defendia o lar invadido, nada mais... Enquanto os que lho ameaçavam permaneciam distantes, rodeava-os de ciladas que lhes tolhessem o passo. Mas quando eles, ao cabo, lhes bateram às portas e arrombaram-lhes a couces de armas, aventou-se-lhe, como único expediente, a resistência pé firme, afrontando-os face a face, adstrito à preocupação digna da defesa e ao nobre compromisso da desforra. Canudos só seria conquistado casa por

¹Conforme Walnice N. Galvão (1981, p.74), o termo jagunço tem campo semântico flutuante. Usado alternadamente como cangaceiro e guarda-costas a soldo é também empregado, até hoje, para designar bandido, homem violento que anda armado sem fazer parte do aparelho do Estado.

casa... E no último dia de resistência inconcebível, como bem poucas idênticas na história, os seus últimos defensores, três ou quatro magros titãs famintos e andrajosos, iriam queimar os últimos cartuchos em cima de seis mil homens! (Cunha, 1985, p.457-8)

Essa solidariedade para com os vencidos, oprimidos e abandonados do sertão, mostrada de modo retórico e contundente, encontra ressonância na atualidade, isto é, no sentimento de simpatia da população, pelos grupos marginais, nas sociedades contemporâneas. Conforme a voz narrativa de *Os sertões*, o sertanejo é “resignado e tenaz”; tem a “placabilidade superior dos fortes”.

A defesa inequívoca favorece a criação de uma imagem de brasilidade, presente na tradição literária do país e nas tendências atuais. Essa imagem é o vezo que o escritor, *a posteriori*, emprega ao apontar o mestiço do sertão, que vê na condição de “retrógrado”, como “cerne da nossa nacionalidade”.

Desse modo, a atitude defensiva corrobora o mito da essência nacional: a guerra colocava em evidência os “elementos profundos” das “camadas superficiais de uma nacionalidade” naqueles “patrícios resignados e estóicos”. Era impossível não sentir “admiração pela ousadia dos sertanejos incultos”, capazes de despedaçar batalhões inteiros que lhe iam ao encontro.

Logo, em *Os sertões* há elementos que caracterizam as tendências da poética do Pós-moderno. Esses elementos são identificáveis, por exemplo, quando o escritor rompe fronteiras e conjuga engastes interdisciplinares, intertextuais e multiculturais que, incorporados à sua narrativa, constituem autênticos palimpsestos da história, da literatura, da

ciência. Justificam-se, por esse e outros diversos fatores, as inquestionáveis relações entre *Os sertões* e as obras dos escritores: Vitor Hugo, Domingo F. Sarmiento e o contemporâneo Afonso Arinos, autor de *Os jagunços*, obra publicada em 1897, no jornal *Comércio de São Paulo*, em forma de folhetim.

Mediante a complexidade do fazer literário, do alcance significativo do texto e contrário ao isolamento cultural, no espaço e no tempo, Euclides da Cunha sentiu a impossibilidade de viver fora do “texto infinito”, amparando-se na intertextualidade que, segundo Roland Barthes, passa a assumir a própria condição da textualidade.

Por outro lado, a caracterização de palimpsesto, a presença da intertextualidade², na obra em estudo, são inevitáveis, uma vez que constituem questão substancial das associações entre literatura e história.

Linda Hutcheon (1991, p.157), citando Umberto Eco, diz que “os livros sempre falam de outros livros e toda história conta uma história que já foi contada”.

Neste livro, multifacetado por várias tendências e diversidade discursiva, que atendem à necessidade da ampla e complexa abordagem temática, o autor é levado a apresentar-se como caixa de ressonância de variadas vozes, algumas de identificação sutil, tornando difícil ao leitor discriminar quando ele fala como testemunha ocular e quando se manifesta como porta-voz, dando margem a uma falsa impressão de “purismo”. Por outro lado, torna-se inviável a leitura voltada a uma perspectiva única.

A obra sincroniza com o *zeitgeist atual*, também na maneira de enfocar o evento de Canudos, pois o autor analisa o conflito como um

² Leopoldo Bernucci (1995) constata e analisa a apropriação, em *Os sertões*, de imagens e idéias de artigos de jornal, de relatórios militares e governamentais, de ensaios históricos, como *Facundo* (1845), de Domingo F. Sarmiento e de romances históricos de Vitor Hugo e de Afonso Arinos. A realidade, muitas vezes, fisicamente inalcançável, inconcebível, inapreensível e intraduzível pelo aparato discursivo, leva Euclides a buscar apoio em outros textos.

movimento sócio cultural, fazendo-se caixa ressonante das vozes sertanejas ignoradas nas margens da história.

Olimpio de Sousa Andrade (1966, p.243), ao referir-se à vertente histórica de *Os sertões*, afirma que Euclides “foi historiador consciencioso, à altura de seu tema, hostil à velha maneira oficial e acadêmica de expor os fatos”, sempre conjugando ciência e arte e procurando, sem descanso, as razões do fato analisado tanto no “grande como no miúdo”.

Há uma interessante passagem da vida de Euclides que é citada por alguns de seus estudiosos e biógrafos, entre eles o já citado crítico literário, Sílvio Rabelo. Desde jovem, o escritor, de existência trágica, apresentava-se sensível aos problemas e injustiças de ordem social, sobretudo em relação aos marginalizados e oprimidos. Os contrastes e os paradoxos da vida sempre lhe despertaram atenção e lhe foram motivos de angústia e inquietação. Achando-se, certa noite, em companhia de um amigo, desperta-lhe a curiosidade um cassino em ruidosa festa. Enquanto o amigo se entusiasma pela presença de Dom Pedro II, pelo luxo e riqueza, pelo riso fácil, pela ostentação das vestes luxuosas, Euclides é tomado de súbita tristeza que o impede de sentir a euforia e beleza do ambiente. Subitamente, recorda-se da massa “esfarrapada e asquerosa que, imóvel ao relento, se queda ante aquele espetáculo, que era uma gargalhada horrível, irônica à sua fome, à sua nudez”. (Rabelo, 1948, p.44)

Reproduzir a visão dos vencidos, ouvir as vozes dos marginalizados, explorados, excluídos do poder, negligenciados de toda sorte e fazer uma “história vista de baixo” são tendências defendidas pela crítica historiográfica atual. Assim, cremos que o criador de *Os sertões* teve uma visão *sui generis* da problemática nacional que destoou da visão da maioria dos homens de letras e da praxe historiográfica da época. Ao invés dos fáceis deslumbramentos que desejavam os escritores de punho de

renda, “Euclides queria o cipó, a terra, os rios, o carrascal, as secas, os igarapés e as pororocas, o duro percorrer da nossa geografia para melhor captar as condições sociais do homem brasileiro”.(Brito, 1990, p.99)

Desse modo, Euclides, mesmo integrado às redomas da época, uniu o seu destino de escritor ao dos camponeses canudenses insubmissos, dando ao mesmo tempo a seu livro um sentido participante, elevado, tornando-o um exemplo da função social do literato e do historiador.

Os pesquisadores contemporâneos vêem Canudos como uma questão social, um veemente protesto de uma classe oprimida, como, aliás, a guerra ficou conhecida fora do Brasil. Tanto assim que o narrador euclidiano, numa alusão ao sertanejo, chega a afirmar ser “demasia de frase caracterizá-lo inimigo, termo extemporâneo, esquisito eufemismo suplantando o bandido famigerado da literatura marcial da ordem do dia. O sertanejo defendia o lar invadido, nada mais”. (Cunha, 1985, p.457)

Gilberto Freyre, prefaciando *Canudos, diário de uma expedição*, faz um paralelo entre Euclides da Cunha e Machado de Assis, concluindo que o criador de *Dom Casmurro*, ao referir-se ao drama de Canudos, fazia humor e protestava contra o fato de não terem os sabres da polícia resolvido antecipadamente o problema que perturbava a tranquilidade republicana, ao passo que, se Euclides se faz presente em tantas cenas de *Os sertões*, quase no livro inteiro, é pela sua identificação profunda com a “dor do sertanejo” e com a “tristeza da vegetação regional”.

Desse modo, Euclides, mesmo integrado às redomas, à “ciência” e sofrendo os efeitos castradores da intelectualidade da época e da ideologia colonialista remanescente, uniu o seu destino de escritor ao dos camponeses canudenses insubmissos, dando ao mesmo tempo a seu livro um sentido participante, elevado, tornando-o um exemplo da função social do literato e do historiador.

Em uma de suas últimas correspondências, como repórter de guerra, escreve:

Sejamos justos – há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estóica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patricios transviados e cada vez acredito que a mais bela vitória, a conquista real consistirá no incorporá-los, amanhã, em breve, definitivamente, à nossa existência política. (Cunha, 1939, p. 113)

O fragmento textual nos permite identificar, sob o ponto de vista ou foco narrativo, uma empatia entre o narrador e o objeto de análise. A ausência de alusões a conjuras patenteia um distanciamento dos pressupostos cientificistas que acusam a degradação física e moral do mestiço, o que não o impede de, em outros momentos, empregar a perspectiva do ideólogo, do intelectual atrelado à ciência. A marca crescente de simpatia para com o sertanejo e a preocupação com seu destino são, contudo, inequívocas no trecho acima e feitas num tom reflexivo: para o conflito armado do interior da Bahia, abordado como uma questão essencialmente social, só há uma solução: incorporar Canudos e sua gente à sociedade brasileira.

Tudo indica que o marasmo, a apatia e o conformismo não faziam parte do cotidiano do escritor e engenheiro, consciente da problemática social da nação, da inexistência de integração sócio cultural, da complexidade profunda do “fato Canudos”, da marginalização do sertanejo. Cabia-lhe acusar a sociedade litorânea e a si próprio, por dela

fazer parte, como responsável pela realidade vivenciada em Canudos, que é, na verdade, uma amostra modesta do sertão nordestino:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na cauda dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patricios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Por que não no-los separa um mar, separam-no-los três século. (Cunha, 1985, p.248-9)

Ao fixar a crise estrutural da nação nos seus diversos aspectos, decepciona-se com a República colocada em prática, voltada aos interesses de uma minoria oligárquica latifundiária. Embora esperada e idealizada, chega inesperadamente. Sua instalação, através de um golpe militar de cúpula e sem a participação popular, em nada muda a vida de penumbra secular em que jazem os “rudes patricios” do sertão. Estes continuam mais estrangeiros em sua terra e suscitando maior estranhamento que o próprio imigrante europeu.

A corroboração do advento do novo regime deve-se, em parte, ao fato de encarnar ideais de progresso, capazes de despertar ilusão em uma civilização pretensamente progressista, aspirante à modernidade e que tem a velha Europa como modelo. Assim, o mestiço “proteiforme” do litoral a ela se volta, na condição de parte integrante de uma “civilização de empréstimo”, esquecendo-se e distanciando-se da realidade e exigência da própria pátria mãe.

A revolta de Canudos constitui um contínuo despertar para Euclides, que, num primeiro momento, envergonha-se do novo regime político, curvado à cerviz ante “uma horda desordenada de fanáticos maltrapilhos” (Carta a João Luís, 14/03/1897). Ao mesmo destinatário declara-se, em duas outras cartas, descrente da terra onde lamenta ter nascido, mas ainda insiste que a República, como ideal, é imortal. Diz-se impressionado não com as derrotas, mas com as “derrotas sem combate – em que o chão fica vazio de mortos e o Exército se transforma num bando de fugidos... Não quero referir-me a assuntos políticos: não te quero assombrar com a minha tristeza imensa e amarga ironia com que encaro os *mâitre-chanteurs*, que nos governam”. (Cunha, 1966, p.109-10)

Ao deixar a Bahia, sua desilusão é transparente. Refere-se à República “hilariante”, em “bandalheira sistematizada”, em “atmosfera moral própria e de batráquios”. Procurando na história as luzes necessárias aos esclarecimentos dos fatos narrados, analisa o sistema latifundiário, vendo-o como “um velho vício histórico”, enraizado na lamentável montagem estrutural da economia brasileira.

Reiteramos que sua preocupação com o fatalismo racial, com o determinismo geográfico não lhe fora absorvente a ponto de fazê-lo esquecer do “feudalismo tacanho”, alicerçado no sistema monocultor latifundiário escravocrata. Na análise da nossa patologia social, o narrador

de *Os sertões* denuncia explicitamente a posição subserviente dos sertanejos sem terra, em relação ao sesmeiro, que “ausente conhece-lhes fidelidade...” “Os vaqueiros são-lhe servos submissos... cuidando, a vida inteira, dos rebanhos que lhes não pertencem”. (Cunha, 1985, p.185) Acreditamos que não fazia parte dos planos euclidianos, como de nenhum outro escritor da época, uma análise muito profunda da situação subsistente do sistema agrário feudal. Nas conseqüências perversas dessa estrutura agrária injusta, escondem-se os reais provocadores da guerra, `a espera de serem descobertos. O que está longe de significar que o autor tenha ficado alheio a elas.

No capítulo I de *O homem*, manifesta profundo conhecimento da inexistência de integração sócio cultural e econômica da nação ao buscar uma explicação na montagem estrutural do sistema de colonização:

Enfeudado o território, dividido pelos donatários felizes... sob a mesma indiferença da metrópole, voltada para as últimas miragens da “Índia portentosa”, abriu-se separação radical entre Sul e Norte. (Cunha, 1985, p.153)

Euclides da Cunha nunca fica na periferia dos fatos, busca-os na origem a fim de explicar as causas que os determinaram. Assim se comporta, por exemplo, a propósito do insulamento do homem do sertão, quando o narrador-voz, manifestando-se na primeira pessoa do plural, assevera:

Não sofismemos a história. Causas muito enérgicas determinaram o insulamento... Foram, primeiro, as grandes concessões de sesmarias,

definidoras da feição mais durável do nosso feudalismo tacanho. Os possuidores do solo... a custo toleravam a intervenção da própria metrópole. (Cunha, 1985, p.171)

O texto engloba a tomada de consciência a propósito da realidade social do país, da circularidade perversa sustentada pela monocultura, latifúndio e escravidão, tripé da economia colonial. Euclides da Cunha busca na história as luzes que lhe permitem colocar a miséria, o abandono, a penúria econômica e o absoluto desamparo a que fora relegado o homem do sertão, na retaguarda do drama de Canudos. A este abandono ele se refere, em vários momentos da parte II do livro, chamando a atenção para o insulamento do sertanejo num “país que não o conhece”. Essa redundância conota a posição crítica e contestadora do escritor em relação ao contexto sócio cultural do país.

Acreditamos que Euclides da Cunha aborda seu objeto de estudo sob perspectiva dupla: a do homem de idéias, com seus pressupostos científicos, do acadêmico aferrado aos preceitos fatalistas; e outra do autor ao se deparar com uma realidade adversa à visão cientificista.

Esse choque de perspectivas e a conseqüente ambivalência discursiva explicam o comentário feito por muitos críticos euclidianos, entre eles Walnice Nogueira Galvão, Nélson Werneck Sodré, Luiz Costa Lima. Para estes, quando se faz a primeira leitura de *Os sertões*, a sensação do leitor é que o criador da saga de Canudos teve, ao final, duas impressões distintas a respeito do fenômeno sócio cultural e de tudo que o envolve. Conseqüentemente, diante da ausência de uma conclusão única, empregou “dois modos de narrar”: um, a partir de pressupostos científicos; e outro, a partir de sua experiência, do seu pragmatismo, do seu raciocínio conjectural, do seu espírito crítico e questionador, do reconhecimento de uma realidade

que foge do alcance da ciência e, notoriamente, da sua condição de testemunha ocular, que o levara, segundo Gilberto Freyre (1944, p.25), a “descobrir na paisagem e no homem dos sertões valores para além do certo e do errado, da gramática da ciência”.

Euclides da Cunha é acusado de conceder importância exagerada ao processo biológico, aos determinismos étnico e geográfico, em detrimento à análise da extensão e profundidade da influência da chamada economia escravocrata e feudal sobre a vida brasileira. Esta consideração é insustentável, pois o autor buscou nas ciências, elementos que lhe permitissem interpretar a realidade do país, todavia, não ficou alheio aos resquícios coloniais remanescentes que integram a estrutura social e econômica da nação. Esta consciência é verificável não só em *Os sertões*, como também em outros escritos que produziu. No ensaio, *Um Velho Problema*, coloca-se contra o que chama de “egoísmo capitalista”, referindo-se criticamente às condições sob humanas a que fora submetido o trabalhador nas áreas de exploração petrolífera.

Tomemos, para autenticar essas considerações, a cena do interrogatório do garoto guerreiro de Canudos, que narrada sob dupla visão reflete os dois posicionamentos acima. Inicialmente flagramos o vezo racista do acadêmico preconceituoso, engajado com a importação e readaptação de pensamentos estrangeiros.

O protagonista abordado sintetiza as cristalizações mentais avoengas que carregam três séculos de barbaria. Aos nove anos já apresentava a astúcia de adulto, a “ardileza precoce”. Sabia manejar armas com destreza e usar a palavra como defesa e despiste. Ao ser interrogado, “respondia entre baforadas fartas de fumo de um cigarro, que sugava com a bonomia satisfeita de velho viciado” (Cunha, 1985, p.499).

Aquela criança era, certo, um aleijão estupendo... Repontava, bandido feito, à tona da luta, tendo aos ombros pequeninos um legado formidável de erros. Nove anos de vida em que se adensam três séculos de barbaria.(Cunha, 1985, p.499)

O primeiro parágrafo do trecho em destaque mostra a posição de marginalizado do sertanejo, excluído do direito de cidadania e visto como um bruto pelo homem “civilizado”, que contribuiu para o seu processo de degeneração.

Num discurso visivelmente positivista, a relação do narrador com o objeto narrado não vai além da solidariedade de quem se mantém à distância. O juízo de valor obedece a padrões rígidos e essa rigidez não era gratuita, pois espelhava a educação preconceituosa, “à européia”, que Euclides da Cunha condenava na “civilização de empréstimo” e elitista do litoral e que ele próprio recebera.

Essa formação, contudo, não impedira ou bloqueara a análise sob a ótica de quem observa e apreende, crítica e empiricamente, o significado de uma realidade inexplicável pelo teoricismo alienígena:

Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso

Vemos que o sentido, a reflexão descritiva da cena, toma, desse modo, outro rumo. O travo evolucionista, de vezo racista, é momentaneamente afastado. Há uma maior aproximação entre narrador e objeto narrado que permite desvendar e trazer à luz um problema sintomático de algo profundo e grave, uma questão substancialmente social, que adensa as precárias condições de um meio hostil e limitado, uma educação realizada na “órbita das necessidades de sobrevivência”.

A solução imediata, de caráter integrativa, representada pela incorporação de Canudos e “aqueles rudes compatriotas retardatários” à civilização brasileira, significa um salto rumo ao futuro. Acreditamos tratar de uma abordagem inovadora da interação, enxergada como fulcro de uma cultura brasileira. Talvez, congregue o empenho da busca das raízes da identidade do sertanejo colocado à margem da vida nacional.

Como bem observa Gilberto Freyre (1944, p.38), “tudo indica que tanto Euclides, como Nabuco, se fossem homens de trinta anos, diante dos problemas de hoje e no Brasil de nossos dias (1944), estariam entre os escritores chamados indistintamente da esquerda”. Também, o crítico e intérprete euclidiano, Sílvio Rabelo, ao se referir a Euclides assevera:

Ele viu a resistência heróica dos jagunços do Conselheiro mais do que uma possível ameaça às instituições e à ordem estabelecidas. Ele viu o direito de sobrevivência de uma população que estacionou por não ter tido condições favoráveis à assimilação dos valores culturais do litoral, em bases econômicas mais sólidas e sob a influência de

idéias mais avançadas. Os sertões são, desse modo, um brado e brado quase inútil, contra o crime de um governo que abandonara a sua gente a uma natureza nem sempre propícia à vida e a uma organização social nem sempre compatível com a dignidade humana; e, mais que isto, extermina-a sem nenhuma condescendência... Todavia, nunca a sua voz faltou como um protesto contra as modalidades de exploração do homem pelo homem. A miséria brasileira sempre despertou em Euclides da Cunha as suas melhores reservas de humanidade. Defendendo os trabalhadores dos seringais, um pouco mais tarde, ele iria colocar-se ainda em defesa dos oprimidos contra os opressores. (Rabelo, 1948, p.284-301)

O fragmento textual do capítulo I de *A luta*, entre muitos outros, dá respaldo e autenticidade ao ponto de vista de Sílvio Rabelo:

Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas. (Cunha, 1985, p.374)

O trecho traz o lastro do determinismo étnogeográfico: a presença da alusão ao insulamento, recorrente em *Os sertões*, encerra crítica e ataque aos representantes da civilização e defesa ao sertanejo, esse ator sombrio transfigurado, em vários momentos, pela imaginação do autor.

Euclides, empenhado na função de historiador da guerra de Canudos, sente a necessidade de ampliar o estreito território da história da época e faz o que o historiador Peter Burke afirma ser a mais importante contribuição do grupo de *Annales*: expande o campo da história por diversas áreas, invadindo o território das disciplinas que lhe são auxiliares e abordando áreas inesperadas do comportamento humano. Ao interessar-se pelo historiamento do homem do sertão, até então ignorado, preenche lacunas da história do Brasil, incorporando à memória nacional os esquecidos da “terra ignota”.

Em *Os sertões*, ao assumir a função de historiador, o escritor tem consciência de que a história surge da compilação e do estudo de fatos, documentos e fontes diversos, que devem selecionados, organizados e interpelados com imaginação e arte. Conforme preconizações teóricas atuais, a historiografia não dispensa a presença de elementos ficcionais, que confere plasticidade ao texto, tornando-o mais sugestivo.

A transformação do acontecimento em assunto ou discurso histórico envolve um processo de encadeamento e articulação de fatos e está substancialmente relacionada à perspectiva, ao conhecimento, ao interesse cognitivo, à ideologia e à formação literária do historiador, pondo em questionamento a objetividade do fazer histórico. Por outro lado, na análise da realidade, presente tanto no discurso literário, quanto no histórico, entram categoria de pensamento e de linguagem, principalmente na descrição de cenas e na narração de eventos.

A leitura de *Os sertões* permite-nos constatar os impasses enfrentados pelo escritor: o estudo do meio, a noção de progresso, a preocupação para com os fatores hereditários, a análise do sertanejo e vários outros enfoques que, tão bem, refletem o alcance de suas inquietações intelectuais, tais como os paradoxos entre a realidade palpável

e a inadaptabilidade das teorias alienígenas empregadas para interpretá-las. Para levar adiante a difícil empresa de elaboração da obra, recorre às diversas áreas de conhecimento que não se opõem, mas se complementam harmoniosamente. Na impossibilidade de chegar a uma conclusão única, a uma síntese, joga com paráfrases discordantes, que resultam na ambivalência no modo de narrar.

3. Um outro modo de narrar

Euclides tem consciência do conflito e do incômodo entre a “autenticidade” da história e a dúvida na conveniência, na eficácia e na adaptabilidade absolutas dos métodos da chamada filosofia científica, da teorização acadêmica concordes com os pressupostos cientificistas. A solução encontrada foi incorporar à instância narrativa, conforme dissemos, um “duplo modo de narrar”.

O primeiro modo, quando fala investido da cultura livresca, acadêmica e da ideologia do colonialismo, reunindo conceitos de clima, raça, civilização. Como resultado temos as páginas carregadas de “espírito científico”: “A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior” (Cunha, 1985, p.174).

O segundo modo mostra que Euclides não aplicou dogmaticamente as lições de fatalismo, herdadas de seu mestre, o antropólogo Nina Rodrigues e de outros teóricos influentes. Ocorre quando o autor depõe sobre o que vê, observa, analisa ou conhece; quando conjectura, deduz ou preenche lacunas obedecendo às suas “intuições lampejantes”; quando, calçando suas “botas de sete léguas”, conforme

expressão de Olímpio de Sousa Andrade, interna-se no sertão, ou mais precisamente, no palco das operações e confronta-se, “do alto da Serra de Belo Monte”, com o “humílimo vilarejo”, ocupado por uma população que o surpreende, sobretudo pelo seu estoicismo.

No confronto entre teoria e realidade, o autor toma consciência, entre outras coisas, da necessidade de se livrar das amarras do raciocínio antropológico e evolucionista, da mediação teórica em geral, da coerência cientificista de preceitos e dos preconceitos, criando um espaço para a observação, para a imaginação e ficcionalização.

A conseqüência mais expressiva é a presença do duplo modo narrativo, ou seja, da projeção bipolar. Cremos, desse modo, que os fatos são narrados sob dois olhares, cujos efeitos manifestam-se nos paradoxos, nas recorrentes afirmações contraditórias, que oferecem a possibilidade de se ler dois livros num só.

Essa dicotomia difusa, tal como acontece com o consórcio ou entrelaçamento entre literatura, história e aparato científico, convive harmoniosamente, servindo para dar maior expressividade e dramaticidade à narrativa e à apresentação do real.

Quanto ao aparato científico, buscado como recurso de interpretação do objeto de estudo, é justificável: Euclides não podia afastar-se do chamado “espírito da época”, que reunia conceitos de clima, de raça, de civilização. A imagem que nos passa é a do homem que sempre viveu intensamente a problemática das idéias, em função das diversas conjunturas históricas, de um conjunto de situações em si contraditórias. Do homem munido de instrumentos de análise elaborados por uma cultura externa, destinados à aplicação em certo tempo e em certo meio e em condições diversas daquelas vigentes na nação brasileira, mas também do estudioso atento e sensível à problemática nacional.

Os escritores europeus, principalmente os franceses, forneciam o modelo de civilização e progresso, invocando diagnósticos “científicos” para analisar a degeneração e a evolução social.

Contemporâneo e leitor da antropologia biológica e evolucionista, Euclides da Cunha (1985, p.86) postula, em a *Nota preliminar*, influenciado pelo sociólogo polonês, Ludwig Gumplowicz, que a “civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável força motriz da História... no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”:

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar dos futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que ameaçam invadir profundamente a nossa terra. (Cunha, 1985, p. 85)

Ao anunciar esse esmagamento étnico, o escritor cria um impasse frente à feição defensiva que envolve o sertanejo. O caráter de denúncia, de ataque que perfaz o “livro vingador” contra as atrocidades praticadas por uma guerra injusta e responsável pelo genocídio de um povoado perde sua força, uma vez que a população sertaneja já estava condenada a desaparecer pela própria inexorabilidade das leis biológicas.

Conseqüentemente, não fortalece nem respalda seus propósitos de defender o sertanejo.

Cabe ao escritor acirrar as críticas contra as medidas tomadas pelo governo republicano, contrárias a uma flagrante questão social, a um conflito de mentalidades; mostrar as arbitrariedades, o despreparo, os erros estratégicos do Exército; tomar a defesa do sertanejo que deve atingir dimensão heróica. Assim, no encerramento do capítulo II de *O homem*, torna-se evidente a insatisfação frente ao embaraço da explicação evolucionista da degeneração do mestiço: o jagunço fez-se guerrilheiro intangível... é um “Anteu indomável”. “É um titã bronzado fazendo vacilar a marcha do Exército”.

Mediante o vezo da conjectura é apresentada uma conclusão mediadora. Através dela, o mestiço do sertão atinge “um tipo fisicamente constituído e forte”. A “raça cruzada surge autônoma... transfigurando, pela própria combinação, todos os atributos herdados” (Cunha, 1985, p.177). O sertanejo é elevado à categoria de “retrógrado”, enquanto a condição de “degenerado”, preconizada pelas teorias da mestiçagem, fica restrita ao mestiço “proteiforme” do litoral:

O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais justificáveis à sua fase social independente. (Cunha, 1985, p.177)

Ao justificar as razões da superioridade dos “nossos patrícios retardatários”, “isto sem método, despretensiosamente, evitando os

garbosos neologismos etnológicos” (Cunha, 1985, p.178) e sem o “divagar pouco atraente” da ciência, Euclides abre espaço para a criação do mito da essência nacional. Mediante uma dimensão heróica, o sertanejo sobe à posição de “cerne da nossa nacionalidade”.

No capítulo III de *O homem*, a descrição favorável tem prosseguimento. Aparece a conhecida frase: “O sertanejo é antes de tudo um forte”. Essa afirmação acentua o vezo caracterizado pela dicotomia e suscita novo impasse, do qual, segundo Miguel Reales, o escritor não conseguira libertar-se. Cremos, porém, que a caracterização positiva do sertanejo consolida a presença do mito: de um lado temos o reconhecimento e a proclamada fragilidade da consistência étnica dos mestiços, fruto da tese antropológica postulada pelas falsas doutrinas ideológicas do imperialismo europeu; de outro lado Euclides, mediante um desencadear de conjectura, que lhe serve como solução alternativa, para a defesa irrefutável do homem do sertão confirmando seu poder transfigurador de artista e de homem de pensamento.

Dentro da dinâmica bipolar, o sertanejo é, num primeiro plano, heróico, superior, inventivo, impávido. Num segundo, é ignorante, racialmente inferior, anormal, retrógrado, fraco de espírito.

Ao abrir mão do autocontrole ideológico e das amarras da antropologia biológica, Euclides conquista uma situação de autonomia que, sem caráter de impugnação, cria-lhe condições para o emprego do duplo modo de narrar.

A insuficiência das fontes de informação e a inocuidade do cientificismo empurram o escritor ao terreno da imaginação, da criação literária, a um “exagerado romancear”, conforme linguagem sua, isto é, a um outro discurso que lhe permitem uma explicação distinta e, conseqüentemente, uma outra conclusão a respeito do sertanejo, de seu

líder e do próprio arraial, que reflete o próprio sertão. Ao abrir mão do autocontrole ideológico e das amarras da antropologia biológica, conquista uma situação de autonomia momentânea, sem caráter de impugnação, pois a explicação de cunho científico é recorrente em *Os sertões*.

No confronto entre teoria e realidade, vemos o narrador acusar nossa proverbial indiferença com “as cousas desta terra”, a nossa “inércia cômoda de mendigos fartos”, que nos impedem de perceber a significação mitológica do local. Assevera que “aquele sertão, até hoje desconhecido, ainda o será por muito tempo”.

A dúvida quanto à eficiência científica, para explicar a realidade nacional, torna-se explícita quando ele afirma: “o que se segue são vagas conjeturas” ou mero “desfiar de conjeturas”, pois “nenhum pioneiro da ciência suportou ainda as agruras daquele rincão sertanejo, em prazo suficiente para definir” (Cunha, 1985, p.110). Assim, o teoricismo de que o autor se valeu não o absorveu de modo absoluto e, muitas vezes, deixa-o para reproduzir as impressões, “verdadeiras ou ilusórias”, que tivera ao deparar-se com o sertão e a sua gente.

É dentro dessa dinâmica, desse processo antagônico e de “dupla valia”, que o sertanejo é analisado e são criados os mais expressivos retratos, dentre eles, o de Antônio Conselheiro e de Moreira César, representativos como mural de uma época, de um meio.

Para Leopoldo Bernucci (1995, p.86-7), Euclides descreveu o sertanejo “à sua moda, de maneira antitética, emprestando-lhe o mesmo andamento severo e ambíguo que atribuiu ao livro na sua totalidade”:

Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas... O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e síluoso, aparenta a

translação de membros desarticulados... É o homem permanentemente fatigado. Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo... Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude... se uma rés alevantada em vereda, esquiva, adiante, pela caatinga garranchenta, ou se uma ponta de gado, ao longe, se tresmalha, ei-lo em momentos transformado... Não há como contê-lo, então, no impeto... realiza a criação de um centauro bronco... mergulhando nas macegas altas; saltando valos e ipueiras; vingando cômoros alçados... A sua compleição robusta ostenta-se, nesse momento, em toda a plenitude. (Cunha, 1985, p.180-1)

Mesmo apontando o cruzamento étnico como um mal e “a mestiçagem extremada [como] um retrocesso”, mostra que os mestiços do sertão, ao invés de degenerados e desprezíveis, conforme a teoria que profetizava, eram criaturas que se podiam comparar aos heróis de Homero. Assim, Canudos é apontada como a “Tróia sertaneja”; os canudenses são vistos como “titãs”; os sertanejos do Norte são dedicados, sóbrios, resistentes e tão honestos a ponto de entregar toda a descendência de uma novilha desgarrada no seu campo, ao cabo de muitos anos, ao verdadeiro dono de quem fugira a rês.

Essa dicotomia, fruto das oscilações conceptivas do escritor, das quais nunca se libertara é, portanto, empregada na definição ontológica e antitética do sertanejo e, em vários outros momentos da escritura da obra, ganhando ênfase na análise das práticas religiosas conselheiristas, na caracterização do profeta Santo Antônio Conselheiro e de sua gente. O retardamento biológico torna a massa sertaneja vítima de credices, superstições e formas inferiores de religiosidade. Com um discurso

visivelmente positivista e estimulado pelos pressupostos teóricos da antropologia biológica, a voz narrativa reduz Canudos, em certos momentos, a estatuto de ignorância e fanatismo, primitivo seguimento de um desequilíbrio mental, um “falanstério”:

[Conselheiro] *parou nas fronteiras oscilantes da loucura, nessa zona mental onde se confundem facínoras e heróis, reformadores brilhantes e aleijões tacanhos, e se acotovelam gênios e degenerados. Não a transpôs. Recalcado pela disciplina vigorosa de uma sociedade culta, a sua nevrose explodiria na revolta, o seu misticismo comprimido esmagaria a razão. Ali, vibrando a primeira uníssona com o sentimento ambiente, difundindo o segundo pelas almas que em torno se congregavam, se normalizaram.* (Cunha, 1985, p.209)

O discurso reflete que além da influência geográfica, moldando o sertanejo à sua imagem, este era vítima de uma tara intrínseca, herdada de seus ancestrais. Para o jurista e professor Ataliba Nogueira, Euclides, ao criar o retrato do Conselheiro, deixou-se influenciar pelas idéias do psiquiatra inglês Henry Maudsley³. A frágil consciência do Conselheiro oscilava em torno da “posição que Maudsley lamenta não se poder traçar entre o bom senso e a insânia”. Ao encerrar o livro cria um capítulo com uma única frase: “É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e crimes das nacionalidades”. (Cunha, 1985, p.573)

³ Na caracterização de Antônio Conselheiro e na análise de suas manifestações místicas, Euclides da Cunha deixou-se influenciar pelas teorias dos médicos Henry Maudsley, da Inglaterra, de Cesare Lombroso, da Itália e Nina Rodrigues, do Brasil, que preconizaram a relação de causalidade entre patologia e delito, vendo, muitas vezes, as manifestações religiosas como anomalias.

Luiz Costa Lima (1997, p.105), porém, ao analisar os pressupostos teóricos desse psiquiatra afirma que o mesmo privilegia o dado social sobre o estritamente médico; sem o respaldo de “boas condições sociais”, o homem é tomado por uma espécie de barbárie. A família é um dos meios poderosos de que dispõe o controle social; logo, o crime tem antes a ver com as falhas da sociedade familiar, não havendo criminosos, mas perturbadores sociais, portadores de taras. Euclides dá mais ênfase ao fator biológico, por estar preocupado em explicar a sociedade e o meio físico à luz dos determinismos étnico e geográfico.

Em *O homem*, o historiador é confrontado com o geólogo. Assim como este último, só pode interpretar o perfil de uma montanha extinta se confrontá-la com antigas formações rochosas,

o historiador só pode avaliar a altitude de Antônio Conselheiro, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou. Isolado, ele se perde na turba dos nevróticos vulgares e pode ser incluído numa modalidade qualquer de psicose progressiva. Mas posto em função do meio, assombra. É uma diátese, e é uma “síntese... indo para a história, como poderia ter ir para o hospício. Porque ele para o historiador não foi um desequilibrado. (Cunha, 1985, p.207)

Chamamos a atenção para o jogo antitético, que foge dos parâmetros postulados pela teoria biológica e é significativo, sobretudo, ao refletir a consciência crítica do autor em relação ao caráter limitado e redutor da ciência e carência de convicção para apontar uma explicação única.

A própria resistência e coragem “estóica” que o autor, presente no palco das operações, pode observar no sertanejo, “violando as leis biológicas, no estadear resistências inconceptíveis” (Cunha, 1985, p.475), põem em questionamento a inteireza da ciência, como detentora absoluta da verdade e depreciadora do homem dos trópicos e da mestiçagem. Referindo-se a alguns prisioneiros sertanejos, na fase final da luta, o narrador euclidiano, na condição de “cavaleiro andante da honra e da justiça”, parece-nos desejar gritar ao leitor o que presencia no cenário assustador da guerra:

[o jagunço começa aparecer] *arrojando-se, nunca visto no adversário; deslizando, invisível, pela caatinga, como as cobras; resvalando ou tombando pelos despenhadeiros fundos, como espectro; mais leve que a espingarda que arrastava; e magro, seco, fantástico, diluindo-se em duende, pesando menos que uma criança... espelhando incisivamente a energia inamolgável daqueles caçadores de Exército.* (Cunha, 1986, p.475)

A superioridade do mestiço do sertão em relação ao mestiço “neurastênico” do litoral é justificada pelo narrador, ao afirmar que o abandono em que jazeram os “rudes patrícios dos sertões do Norte” teve função benéfica:

Libertou-os da adaptação penosíssima a um estádio social superior e, simultaneamente evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados... O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o

meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na indole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis a sua fase social incipiente... É o homem permanentemente fatigado, mas basta qualquer incidente para que numa descarga nervosa instantânea... todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos se corrijam... e da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e habilidades extraordinárias. (Cunha, 1985, p.177)

O mestiço “proteiforme” do litoral, devido à posição geográfica, é suscetível à miscigenação. Como produto de cruzamentos mais prolongados e extensos, torna-se, assim, mais distante da estabilidade que poderia ser a da sub-raça brasileira. Ele traz consigo uma carga negativista, agravada “por uma civilização de empréstimo”. Na *Nota preliminar*, o narrador faz uma afirmação capital para o desenvolvimento da obra: acusa a direção do país de ser a responsável pela campanha de Canudos. Esta direção é exercida pelos que “vivem parasitariamente à beira do Atlântico, dos princípios civilizatórios elaborados na Europa e armados pela indústria alemã”. Cria-se, assim, a metáfora do parasita que assume feição de cientificidade.

Dessa forma, busca, nas próprias teorias evolucionistas, “causas perturbadoras” que complicavam a mestiçagem no litoral em face das migrações e da guerra. Ao mesmo tempo, mostra o insulamento favorecendo a população autóctone do sertão, que aliada aos “raros mocambeiros foragidos”, “brancos escapos à justiça” ou “aventureiros

foragidos”, persistiu dominante, reproduzindo-se livre de “elementos estranhos”.

A diferença entre o mestiço do litoral e o mestiço do sertão, apontando para a superioridade do último, não chega a ser animadora, nem cria otimismo, pois são qualificados de “neurastênico” e “retrógrado”. Induzido pelas teorias que postulam a influência negativa do meio e da mistura de raças sobre a natureza física, moral e intelectual do homem, Euclides parece-nos admitir a incapacidade intelectual desse mesmo sertanejo, que não teria capacidade para participar criticamente do contexto sócioeconômico, político e cultural em que está inserido, fazendo-o permanecer à margem da evolução do país. Conforme a voz narrativa de *Os sertões*, os “rudes patrícios dos sertões do Norte” são inaptos para “apreender a forma republicana como a monárquico-constitucional”; logo, incapazes de compreender, assimilar e participar das instituições do país. Porém, admite que:

A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autônoma e, de algum modo, original, transfigurada, pela própria combinação, todos os atributos herdados; de sorte que, despeada afinal de existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada por isto mesmo que não a atingiu de repente.
(Cunha, 1985, p.177)

Observamos uma flagrante oposição entre uma civilização natural e uma civilização artificial e copista, que se pretende progressista. Num certo momento, porém, o mestiço do litoral e o mestiço do sertão são quase nivelados pelo narrador onisciente, quando, através da focalização interna,

afirma que ambos “tinham na alma as mesmas superstições e a mesma religiosidade ingênua” (Cunha, 1985, p.437). Ou, ao referir-se à situação humilhante das tropas oficiais, mediante a morte do líder Moreira César, que foi, em ponto maior, uma das muitas ocorridas entre aqueles que combatiam a suposta ameaça à ordem constituída e em face do prolongamento da resistência sertaneja:

Na maioria mestiços, feitos da mesma massa dos matutos, os soldados, abatidos pelo mesmo contragolpe de inexplicável revés, em que baqueara o chefe reputado invencível, ficaram sob a sugestão empolgante do maravilhoso, invadidos de terror sobrenatural... É que grande parte dos soldados era do Norte, e criara-se ouvindo, em torno, de envolta com os heróis dos contos infantis, o nome de Antônio Conselheiro. (Cunha, 1985, p.361-2)

Euclides vê o sertão como reflexo do litoral: a barbárie estaria em ambos. Acusou o governo e o Exército pelo massacre, realizado em nome da ordem e do progresso; criticou a racionalidade do homem litorâneo, elitista com suas pretensões civilizatórias; embora, agindo em defesa do sertanejo, encarou Canudos e sua gente de forma negativa, ou seja, como comunidade primitiva, “urbs monstruosa”, onde haveria o “amor livre” e o coletivismo de bens. Usou o mesmo distanciamento ao caracterizar o líder sertanejo e seu misticismo, que espelharia a “instabilidade”; ao referir-se aos seus escritos, encontrados entre as ruínas do arraial, como “pobres papéis”, com “orografia bárbara” e “escrita irregular”, reflexo do “pensamento torturado” dos rudes “patricios do sertão”. Acreditamos que a distância entre o intelectual e a realidade é fruto da descrença alimentada

pelos indicadores da ciência. Esse pessimismo encontrou eco nas inúmeras imagens antitéticas que povoam o texto.

Para Miguel Reale, a dicotomia do modo de narrar manifesta-se como “uma atitude de empiriocriticismo de viés conjectural” do escritor que viveu intensamente a problemática das idéias, em função das diversas conjunturas históricas de seu tempo, sendo que “verdade e conjectura corre paralelamente à realidade, como forma de raciocínio plausível que não conflita com a experiência”. (Reale, 1993, p.56)

Toda essa preocupação em estudar a terra e o homem justifica-se pelo empenho em explicar o conflito armado do montanhoso sertão do Norte e em conhecer o país no seu real concreto. E isto só é possível através da perspectiva ou ponto de vista múltiplo: a) do ideólogo, que se norteia pela ciência e define o sertanejo como uma manifestação pura e simples de reação mesológica. O autor refere-se a ele na condição de “produto histórico expressivos”; b) a do observador que, mediante uma realidade não explicável cientificamente, lança mão de conjectura e pragmatismo. Um exemplo ocorre por ocasião da representação que Euclides faz do homem como “agente geológico notável”, “um terrível fazedor de deserto” que, segundo ele, deu seqüência a um desastroso legado cultural dos índios que utilizavam o fogo para abrir suas roças, num costume que, retomado mais tarde pelo colonizador, contribui para agravar as condições do clima calcinante dos sertões.

Essa contestação na escrita euclidiana transforma-se numa impressão transfiguradora da qual ele próprio se desculpa quando nos fala que, por vezes, se vê obrigado a buscar a fantasia para insurgir-se contra a gravidade da ciência. Exemplifiquemos citando os momentos de descrição dos elementos naturais que, ganhando vida, transformam-se e promovem um embate entre forças.

De acordo com Walnice Nogueira Galvão, a antítese colige o contato traumático do intelectual com o povo a que pertence. Na impossibilidade de apresentar uma síntese que satisfaça às diversas tendências, o autor, mediante o emprego da antítese, encontra uma solução, em nível literário, para os impasses e desafios. Analisando algumas dessas tendências, a referida crítica questiona:

Como obter uma comunicação harmoniosa, uma síntese, entre o que foi aprendido nos livros e no convívio urbano, com aqueles estranhos perigosos, tão brasileiros quanto nós? Como compreendê-los, como entendê-los, como confraternizar com eles, se são tão diferentes de nós, se não aceitam nossa ciência, se não aceitam nossa revolução? Como podem não admitir que nós estamos certos e eles errados? Por que nos odeiam? É bem verdade que os métodos de contato que estamos usando são exterminadores: aquilo que não conhecemos procuramos destruir. Mais nem isso eles aceitam passivamente; eles, os retardatários, os fanáticos, os inferiores, reagem e contra-atacam. O fascínio pelo heroísmo, que Euclides demonstra não só pelo Exército como também pelos camudenses, é palpável. Como não admirá-los? Como não ficar traumatizado para sempre, se foi ali que se descobriu o Brasil, em que pela primeira vez se foi ao encontro da plebe miserável que até hoje constitui a maioria da população brasileira, e uma plebe cujas ações são de natureza incompreensível. (Galvão, 1981, p.80)



É-nos possível identificar alguns determinantes dessa dicotomia na instância da enunciação. Assim, a descrição do sertanejo e de várias outras passagens que integram o texto levam-nos a concluir que a falta de uniformidade na forma tem suas raízes na contradição entre realidade e a ideologia do escritor e não propriamente de impulsos subjetivos. Clóvis Moura citando, Nélson Werneck Sodré, afirma:

Existe em Euclides da Cunha um dualismo singular... enquanto observa, testemunha, assiste, conhece por si mesmo, tem uma veracidade, uma profundidade e uma largueza insuperáveis; enquanto transmite a ciência alheia, ainda sobre o que ele mesmo viu, testemunhou, assistiu, conheceu, resvala para o teorismo vazio, para a digressão subjetiva, para a ênfase científica, para a tese desprovida de demonstração. (Moura, 1964, p.120)

Mediante essas duas óticas, as antíteses aparecem como resultante literária e refletem a fissura entre a ciência e os fatos narrados. Sua presença é significativa, sobretudo, quando o autor: a) fica descontente com a interpretação do objeto em estudo, sob as luzes da ciência, isto é, sente que a ciência não alcança plenamente o que observa, está aquém do que deseja explicar; b) pretende, por exemplo, apresentar um painel do universo mental dos sertanejos coerente com os princípios do verossímil e da veracidade; c) quer penetrar no inconsciente coletivo do homem do sertão e explicar seus hábitos mentais seculares, seus valores cristalizados, seu aprisionamento à tradição, seu misticismo exacerbado; d) mediante o impasse lança mão do “desfiar de conjeturas”, que lhe permite avançar no “mar largo” da literatura.

CAPÍTULO III

História das mentalidades e *Os sertões*

*Sábios em vão tentarão decifrar o eco de
antigas palavras, fragmentos de cartas, poemas,
mentiras, retratos, vestígios de estranha civilização.
(Chico Buarque)*



1. Uma imersão no universo das mentalidades

O empenho de Euclides na interpretação e explicação do caso Canudos leva-o a realizar uma verdadeira devassa analítica do meio e do momento, recorrendo a uma diversidade de recursos, fontes e demais dispositivos, que o contato com o palco das operações lhe facultava. Observa atitudes, hábitos mentais, comportamentos, crenças, lendas e rituais; analisa o misticismo e as idéias; estuda as manifestações folclóricas, as prédicas, os testemunhos diversos. Sua conduta é congruente ao historiador disposto a atingir e conhecer o universo mental de Canudos com suas lembranças e seus vícios mentais enraizados, suas estruturas sociais conservadoras, seus condicionamentos, seus cárceres interiores de longa duração: reflexo do inconsciente coletivo do sertão do Norte brasileiro.

Conforme registra a voz narrativa, o meio e o insulamento são responsáveis pela conservação dos “atributos e hábitos avoengos”, de suas “vestes características”, dos seus “costumes antigos”, do seu “estranho aferro às tradições mais remotas”, do seu “sentimento religioso levado ao fanatismo”, do seu “exagerado ponto de honra” e do seu “folclore belíssimo de rima de três séculos” (Cunha, 1985, p.168). Espanta-se do heroísmo do sertanejo:

[Esse heroísmo] surge de uma luta que ninguém descreve - a insurreição da terra contra o homem. A princípio este reza, olhos postos na altura. O seu primeiro amparo é a fé religiosa. Sobraçando os santos milagreiros, cruzes alçadas, andores erguidos, bandeiras do Divino ruflando, lá se vão, descampados em fora, famílias inteiras - não já os

fortes e sadios senão os próprios velhos combalidos e enfermos claudicantes, carregando aos ombros as pedras dos caminhos, mudando os santos de uns para outros lugares. (Cunha, 1985, p. 195)

O autor, obstinado em conhecer de perto tudo quanto fosse importante ao estudo da história de Canudos e da sua gente, apaga fronteira e analisa Canudos como conflito de mentalidades. Afirma que o homem do sertão está “mais que qualquer outro em função imediata da terra”: “os sertanejos, herdeiros infelizes de vícios seculares”, saem das missas para “os ágapes selvagens dos candomblés africanos” (Cunha, 1985, p.200). Outras vezes, porém, recuando-se do que preconiza a ciência, narra as impressões colhidas do que vê, ouve e sente, no seu contato direto com o que lhe interessa: Monte Santo é um “lugar lendário”, “um frêmito de nevrose”, “um anfiteatro”, “um templo prodigioso, um monumento erguido pela natureza e pela fé”.

Seus preconceitos teóricos associados ao etnocentrismo parecem, em certos momentos, produzir sobre sua mente um turvamento analítico, por exemplo, quando afirma que:

*A população (camudense)
caminha do esvairamento
pelo fanatismo à transfiguração pela fé.
(Cunha, 1985, p.200-1)*

*Jugulada pelo seu prestígio, a população
tinha, engravescidas, todas as condições do estádio
social inferior. Na falta da irmandade do sangue, a
consangüinidade moral dera-lhe a forma exata de
um clã... Camudos estereotipava o facies dubio dos*

Buscando uma explicação para a religião do sertanejo, o escritor atribui ao isolamento sóciogeográfico e ao círculo estreito de atividades num meio hostil, “o monoteísmo eivado de misticismo extravagante. Assim, consciente de que as agitações sertanejas “não tiveram ainda um historiador”, encarrega-se da árdua, mas proveitosa missão: revelar o Brasil desconhecido e incorporar não só a “terra ignota”, mas também a sua gente, às férteis páginas da literatura e da história nacionais.

A resistência sertaneja às mudanças é mostrada através da rejeição dos canudenses às novas leis republicanas, entendendo-se o sentimento monárquico por eles cultivado como fruto de uma simbiose: apego à tradição e presença do misticismo. Para Euclides, o Conselheiro “arremetia contra a ordem constituída porque se lhe afigurava iminente o reino de delícias prometido”. A essa plausível razão acrescentamos o cultivo da teoria do direito divino, ou seja, a concepção de rei como representante celeste entre os homens, doutrina condenada pela Igreja desde o seu aparecimento, mas aceita pela maioria dos monarquistas.

A queda da monarquia significava a ruptura da tradicional e visível unidade igreja/sociedade; a constituição republicana de 1891 institui o casamento civil obrigatório e passa para a competência do Estado o que antes era de domínio da Igreja, tais como registro de nascimento, matrimônio e óbito. Logo, Antônio Conselheiro via a República como “ - pecado mortal de um povo - heresia suprema indicadora do triunfo efêmero do Anti-Cristo” (Cunha, 1985, p.249). O escritor tem consciência do real significado do novo regime político para a sociedade retrógrada do sertão: tolhe e elimina os ideais místicos, tendo no profeta de Canudos o

representante divino na terra e o líder político com suas leis e normas particulares.

Sintetizando, se no Brasil de fins do século XIX, a adoção de valores como republicanismo, positivismo racional e um novo ideário moderno realmente significaram uma mudança para elites urbanas, porém, no sertão, as antigas formas de enxergar o mundo continuaram a prevalecer no comportamento de homens como Antônio Conselheiro e seus seguidores. Euclides da Cunha cita versos populares da época, representativos dos “desvarios republicanos” e rimados em quadras por “rudes poetas”:

*“Sahiu D. Pedro segundo
Para o reyno de Lisboa
Acabosse a monarquia
O Brazil ficou a tóa!”*

*“Bem desgraçados são elles
Pra fazerem a eleição
Abatendo a lei de Deus
Suspendendo a lei do cão!”*

*“Casamento vão fazendo
Só para o povo illudir
Vão casar o povo todo
No casamento civil!”*

*“D. Sebastião já chegou
E traz muito regimento
Acabando com o civill
E fazendo casamento”.*

*“O Anti-Cristo nasceu
Para fazer o Brasil governar
Mas aí está o Conselheiro
Para deles nos livrar”*

*“Visita nos vem fazer
Nosso rei D. Sebastião.
Coitado daquele pobre
Que estiver na lei do cão.
(Cunha, 1985, p.250)*

Procurando dar autenticidade e valor documental às quadras, o escritor afirma, em nota de rodapé, que seus originais foram conservados. Quanto às alusões referentes ao sebastianismo, vistas nas estrofes acima, remetem a uma questão muito polêmica: para alguns críticos de Euclides e estudiosos de Canudos, o sebastianismo não fazia parte do universo conselheirista. Como exemplo, citamos Ataliba Nogueira (1974, p.28), analista dos manuscritos atribuídos a Antônio Conselheiro, ao asseverar que o personagem histórico, o infante D. Sebastião, rei de Portugal, morto na África durante combate, era desconhecido no arraial.

Acreditamos que não fazia parte do universo canudense a crença na vinda miraculosa de um messias, pois os relatos dos sobreviventes, os depoimentos dos oficiais do Exército e as reportagens de guerra não fazem menção ao sebastianismo, entendido como espera pela chegada do rei salvador. O líder de Canudos é abordado, em alguns momentos, em *Os sertões*, como um simples apóstolo que, como muitos outros, apareceu na trajetória do cristianismo pois, “a exemplo dos seus comparsas do passado, Antônio Conselheiro era um pietista ansiando pelo reino de Deus”. (Cunha, 1985, p.224)

O movimento liderado pelo beato combinava espiritualidade mística e compromisso em relação aos crentes e necessitados. Como o estado místico da alma e a promessa de salvação eram o foco principal do sebastianismo, alguns cronistas tomaram por certo sua presença em Canudos. Porém, não existem evidências que comprovem tal hipótese.

Conselheiro fazia com que os sertanejos sonhassem com imensos espaços sagrados e se unissem, marchando em direção ao indizível por meio de uma geometria construída por suas próprias mãos. Ao chegar, com



seus seguidores em Canudos, a primeira tarefa consistiu em construir a “igreja nova” que, “Erguida dominadoramente sobre as demais construções, assoberbando as planícies externas” (Cunha, 1985, p.224), torna-se centro do sertão, ponto de referência da “cidade de Deus”, símbolo de uma vida nova.

Ao transmitir para o imaginário popular a esperança do retorno da figura paternal do imperador Dom Pedro II, que se juntando à devoção apocalíptica reinante e à influência que exercia sobre o seu rebanho, Antônio Conselheiro contribui para que alguns estudiosos euclidianos, inclusive Gilberto Freyre, apontem para a existência de resquício do sebastianismo no arraial canudense. Para o historiador Marco Antônio Villa (1995), na literatura da época, o significado de sebastianista está associado à restauração monárquica.

De qualquer modo, os autores que defenderam o sebastianismo tomaram *Os sertões* como fonte, onde o narrador afirma que, imóvel no tempo, a “rústica sociedade, despeada do movimento geral da evolução humana”, cultiva “o misticismo político do sebastianismo”. Segundo relato do personagem Pajeú, do qual o autor faz-se porta-voz, em 1837, no “bloco solitário” chamado “Pedra Bonita”, “gigantesco anfiteatro”, na “Serra Talhada”, “um mameluco ou cafuz, um iluminado... anunciava, convicto, o próximo advento do reino encantado do Rei D. Sebastião. (Cunha, 1985, p.200-1)

A concepção de Canudos, como parte de uma realidade complexa, que deve ser analisada no que há de mais real, nas suas estruturas intangíveis, enraizadas na pré-história do país, é anunciada na *Nota preliminar*, quando Euclides assevera que a campanha de Canudos

tem “significação inegável de um primeiro assalto em luta talvez longa” e necessita ser vasculhada.

Esse interesse é transparente pela própria abordagem da obra e, em vários momentos, pela própria enunciação textual. Acreditamos que o último parágrafo do capítulo II de *O homem* ilustra e complementa a nossa observação, pois o autor tem a pretensão de reproduzir, intactas, todas as impressões que teve quando, de repente, “acompanhando a celeridade de uma marcha militar”, deu de frente, “numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão - abandonados - há três séculos”. (Cunha, 1985, p.178). O seu assombro se avulta diante dos sertanejos esquecidos na “penumbra secular”, isto é, diante dos “rudes patricios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separam o mar, separam-no-los três séculos”. (Cunha, 1985, p.249)

A sociedade da “Tróia de taipa” canudense causa-lhe estranhamento, conforme podemos constatar através do retrato que dela apresenta. Eram vários os repórteres, que a serviço de uma multiplicidade de jornais, escreviam sobre a guerra, porém, conforme ressalta Olímpio de Souza Andrade, Euclides “via o que os outros não viam”. Mostrou o erro do litoranismo político, corrompendo as forças armadas pelo veneno politicante, procurando resolver pela força o que na essência trata-se de uma questão sócio cultural, de um conflito de mentalidade, resultante de séculos de abandono a que fora condenada a sociedade sertaneja. “A guerra de Canudos foi uma pateada lúgubre”. “O povoado triste [de Canudos] e de todo decadente reflete o abandono, traindo o desalento de uma raça que morre, desconhecida à História, entre parede de taipa”. (Cunha, 1985, p.290)

Com seu olhar ciclópico, o narrador onipresente tudo focaliza, dando-nos a impressão de estar com uma câmara fotográfica, ou com recursos filmicos, que lhe permitem uma diversidade de focalizações, nos mais diversos espaços, atento a todos os detalhes. Surge-nos onipresente, descrevendo até a divisão interna das casas, que lhe aparentavam “uma paródia grosseira da antiga casa romana”, ou das “choupanas dos gauleses de César”. O “jagunço” entrincheirado resistia e torturava batalhões inteiros; surgia repentinamente, saindo de uma cova qualquer, confundindo-se com a própria vegetação. Como nada escapava ou passava despercebido a esse narrador, nem mesmo as ocorrências de bastidores, colhidas através de interrogatórios, fixava traços, maneiras, gestos e linguagem típica, logrando chegar no inconsciente coletivo e conhecer um pouco mais da realidade do sertão. É o que já podemos observar nas reportagens de guerra quando, por exemplo, o autor descreve a cena da mulher ferida e conduzida à presença do general que a interroga:

- *Há muita gente aí em Camudos?*

- *E eu sei? Eu não vivo navegando na casa dos outros. Está com muitos dias que ninguém sai por via das peças. E eu sei contar? Só conto até quarenta e rola o tempo pra contar a gente de Belo Monte...*

- *O conselheiro tem recebido algum auxílio de fora, munições, armas? E eu sei? Mas porém em Belo Monte não manca arma nem gente pra brigar. (Cunha, 1939, p.96)*

O diálogo enriquece a cena, permite que o autor, ao ceder a voz aos personagens, aproprie-se de depoimentos diversos, incorporando à história o influxo da tradição oral. As respostas do personagem, que tem o rosto “iluminado por um olhar de altivez estranha e quase ameaçadora”, refletem um certo desprezo do personagem para com o entrevistador e através da expressão “E eu sei”, desvia-se da resposta num desafio.

Depois de traçadas, minuciosamente, a evolução do caráter do sertanejo, cabe ao autor apresentar uma explicação embasada na antropologia biológica e na influência do meio, raça e momento, defendida por Taine: “Caldeadas a índole aventureira do colono e a impulsividade do indígena, tiveram, ulteriormente, o cultivo do próprio meio que lhes proporcionou, pelo insulamento, a conservação dos atributos e hábitos avoengos” (Cunha, 1986, p.168), ligeiramente modificados pelas exigências da vida.

Uma das mais expressivas e reveladoras passagens refere-se ao ritual, denominado por Antônio Conselheiro, de “beija” das imagens. A descrição começa com Antônio Beatinho que aconchega ao peito um crucifixo, imprimindo-lhe “ósculo prolongado”, que a passava em seguida para o Conselheiro, e daí para todos os outros presentes, tudo de mão em mão, de boca em boca e acompanhado pelo “vozear indistinto das prédicas balbuciadas a meia voz” e “os *mea culpa* socados nos peitos arfantes”. “Depois erguia-se uma virgem santa. reeditando os mesmos atos... O misticismo de cada um, porém, ia-se a pouco e pouco confundindo na nevrose coletiva”. (Cunha, 1985, p.168). Euclides foi atento às manifestações folclóricas:



A multidão repartia-se, separados os sexos... as beatas - êmulas das bruxas das igrejas... lembrando a holandilha finebre da Inquisição... as solteiras, termo que nos sertões tem o pior dos significados, desenvoltas e despejadas; as moças donzelas ou moças damas, recatadas e tímidas; honestas mães de famílias; nivelando pelas mesmas rezas.

Faces murchas de velhas - esgrouviados viragos em cuja boca deve ser um pecado mortal a prece - rostos austeros de matronas simples; fisionomias ingênuas de raparigas crédulas, misturavam-se em conjunto estranho.

Todas as idades, todos os tipos, todas as cores.

Grenhas maltratadas de crioulas extintas; cabelos corredios e duros, de caboclas; trunfas escandalosas de africanas... vestuários singelos, algodão ou chita: um xale de lã, uma mantilha ou um lenço de cor... peitos cobertos de rosários, de verônicas, de cruzes, de figas, de amuletos, de dentes de animais, de bentinhos... únicos atavios que perdoava a ascese exigente do evangelizador... um ou outro rosto formosíssimo... beleza imortal que o tipo judaico conserva imutável através dos tempos. Madonas emparceiradas a fúria, belos olhos profundos, em cujos perfumes afuzila o desvario mistico...

E lá vinham, sucessivamente, todos os santos, e registros, e verônicas, e cruzes,



vagarosamente, entregues à multidão sequiosa, passando, um a um, por todas as mãos, por todas as bocas e por todos os peitos. (Cunha, 1985, p.244 - 247)

Ao descrever o agrupamento, o narrador mantém um distanciamento expressivo do objeto narrado. Num discurso impregnado de preconceito, de preceitos, representativo da visão da elite litorânea e coerente com o quadro teórico que orienta toda a obra, caracteriza a população. Mostra a presença de certos tabus, como a divisão das pessoas por sexo, o caráter heterogêneo do grupo, constituído por pessoas de faixa etária, de tipos, de raças, de cores e de costumes diferentes. Esses personagens só são nivelados ou homogeneizados por: a) credices; b) “desvario místico”; c) apego às superstições; d) obediência a um mesmo chefe evangelizador; e) uso de “acervos de trapos”; f) desleixe em relação ao estético; g) ausência de asseio.

Ao Conselheiro devemos a instituição da cerimônia como um rito fetichista. A maldição de Canudos, segundo pressupostos teóricos, entre eles os postulados pelo médico e professor Raimundo Nina Rodrigues, origina-se na crença fetichista africana arraigada na nossa população e explorada literariamente pelo escritor.

O relato espelha ostensivamente diversas “verdades”: a mestiçagem, a hostilidade do meio físico e a vida maltratada produzem criaturas física e moralmente pavorosas. A alusão à beleza imortal da prisioneira judaica, que sobrevive às misérias sofridas, bem como a decepção estética que a visão da “urbs monstruosa” provocam ao narrador,

exprimem um forte veio europeizante: a única mulher bonita do arraial não é mestiça e sim judaica.

O texto reflete, portanto, um escritor ainda não totalmente liberto dos “nocivos cruzamentos”, das mazelas da realidade nacional e da nossa origem colonial. Para Luiz Costa Lima (1997, p.149), talvez Euclides “se julgasse brunido pelos liceus que freqüentara e melhor civilizado pelos muitos cálculos que praticara e tantos livros que percorrera”.

Verificamos uma preocupação voltada para o levantamento de elementos elucidadores do real por diversas vias. Assim, quando o olhar do narrador “se acomodava à penumbra daqueles cômodos exíguos”, em que viviam os conselheiristas, “lobrigava trastes raros e grosseiros: um banco tosco; dous ou três banquinhos”; “canastras”; “redes”; “insignificantes acessórios”; “oratório tosco”; “imagens de linhas duras objetivavam a religião mestiça em traços de manipansos: Santo Antônio proteiformes e africanizados, de aspecto bronco de fetiches; Marias Santíssimas, feias como megeras”. (Cunha, 1985, p.233)

O narrador mostra-se detalhista ao caracterizar as personagens e mostrar usos e costumes. Ao descrever, por exemplo, a cerimônia religiosa, acima citada, refere-se ao uso do xale, no que é confirmado por Sílvio Rabelo, que simpático aos estudos das manifestações da cultura popular, referindo-se a Antônio Conselheiro, afirmara que o “sombrio fanático” detestava demonstrações de ostentação, proibindo às mulheres de seu rebanho o uso de pentes no cabelos e de xales de lã, mandando-as queimar quaisquer objeto que representassem a vaidade pessoal (Calasans, 1997, p.13). Quanto ao vocábulo “solteiras”, empregado na descrição do ritual, era

usado entre os sertanejos para designar as mulheres de vida promíscua, segundo Robert Levine.

Na análise dos personagens no seu *modus vivendi*, o narrador euclidiano enfoca a realidade concreta dando uma impressão errônea ou enganosa de enveredar-se pelo vezo do macabro e do grotesco. No capítulo I de *A luta*, através do olhar curioso dos soldados, nova alusão é feita, num mesmo tom, a propósito de um grupo de mulheres trazendo ao colo “crianças engelhadas como fetos, seguidas dos filhos maiores, de seis a dez anos” (Cunha, 1985, p.498), como se ele desejasse reforçar essa imagem constrangedora, mas real:

As infelizes, em andrajos... eram como animais raros em divertimento de feira... Um dos pequenos – franzino e cambaleante - trazia à cabeça... um velho quepe apanhado ao caminho. O quepe, largo e grande demais, oscilava grotescamente a cada passo, sobre o busto esmirrado que ele encobria por um terço. A criança alçou o rosto, procurando vê-los. Os risos extinguíram-se: a boca era uma chaga aberta de lado alado por um tiro. As mulheres, eram, na maioria, repugnantes. Fisionomias ríspidas de viragos, de olhos zangas e maus. (Cunha, 1985, p.498)

A cena tem um tom acusatório: a boca do menino perfurada por uma bala reflete a intensidade da violência e da barbárie da “luta injusta”. É necessário mostrar ao leitor a sua função estúpida, em detrimento da necessidade de um objetivo superior, pois conforme é anunciado na

Introdução, o sentido de Canudos é complexo e tem raízes bem mais profundas que aparenta.

O historiador Robert Levine (1995, p.229) destaca que, em Belo Monte, os moradores diferiam muito pouco de outros sertanejos. “Tanto homens como mulheres pareciam ressecados em consequência da severidade do clima e da opressividade da vida”. Os visitantes achavam que as mulheres de vinte e cinco anos pareciam bruxas. A expectativa de vida no sertão da década de 1890 era muito baixa em relação a outras áreas do país, pouco ou nada ultrapassando os trinta anos.

Ao referir-se ao povo seminômade do sertão, ao caráter religioso do arraial e às prédicas de Antônio Vicente Mendes Maciel - o Conselheiro - Euclides deixa transparente um julgamento crítico não muito condizente com a realidade sertaneja. Justificável, porém, por sua formação atéia, técnica, militar, progressista e atrelado ao credo comtista, sua análise reflete as tendências da época.

Enquanto nas cidades as massas eram norteadas pelo credo comtiano, que preconizava a ordem e o progresso, a população canudense concentra sua força e sua violência em torno do seu profeta, o Conselheiro, que há vinte anos vivia pregando, rezando, construindo e reconstruindo igrejas e cemitérios. Na condição de líder diz, interpreta e age e, no conjunto de seus gestos, traz a imagem de uma cultura tradicional, livremente reproduzida:

*Canudos era o homizio de famigerados
facinoras... A seita esdríxula - caso de simbiose
moral em que o belo ideal cristão surgia monstruoso*

dentre aberrações fetichistas - tinha os seus naturais representantes nos batistas truculentos, capazes de carregar os bacamartes homicidas com as contas do rosário... Os ingênuos contos sertanejos desde muito lhes haviam revelado as estradas fascinadoramente traiçoeiras que levam ao Inferno. Camudos imunda ante-sala do Paraíso, pobre peristilo dos céus, devia ser assim mesmo - repugnante, aterrador, horrendo.
(Cunha, 1985, p.239-243)

O etnocentrismo e as teorias preconceituosas correntes contribuem também para o julgamento do narrador euclidiano ao referir-se aos manuscritos atribuídos ao profeta canudense. Revelando distanciamento, afirma que os mesmos espelhavam o “turbamento intelectual de um infeliz” e a sua “religiosidade difusa e incongruente”. Os dois documentos, atribuídos ao Conselheiro, foram encontrados pelo médico João de Sousa Pondé, no lugar denominado Santuário, no arraial canudense, no dia 5 de outubro de 1897, final da guerra. Estes acabam chegando às mãos de Euclides através de Afrânio Peixoto, quando já estava na fase final da elaboração de seu livro, e é provável que não os tenha lido. Por outro lado, de acordo com Ataliba Nogueira, esses manuscritos eram essencialmente baseados em dois livros intitulados *Missão Abreviada* e *Horas Marianas*, ambos já usados por missionários em terras portuguesas de além-mar ao longo de todo século XIX. O primeiro deles traz reflexões e vidas de santos, prega a iminência do apocalipse e acompanha missionários leigos e clérigos regulares de todo o mundo. O segundo aborda, entre outras coisas, a pobreza de Nossa Senhora.

Desse modo, Euclides busca na análise não só da terra, mas também do homem e da luta, elementos que lhe permitem tomar Canudos como símbolo da realidade nacional, chegando a afirmar que “Canudos é um cosmo”, refletindo a realidade brasileira.

O empenho de Euclides da Cunha, a propósito do conflito de Canudos, leva-o a perceber que ao contrário do que a imprensa divulgara e do que ele próprio, inicialmente, chegara a acreditar, o sertanejo não entra no jogo de conspiração monárquica, ou seja, não partilha de convicções monarquistas. A “Jerusalém” sertaneja é um agrupamento de alienados, sem “intento político”, que sofre as consequências da depressão econômica da seca e do uso cada vez maior da polícia estadual em problemas políticos e administrativos, aos quais o narrador se refere. Conselheiro e sua gente sofrem a queda da monarquia e, conseqüentemente, o desaparecimento da autoridade tradicional representada pelo imperador, aos quais o sertanejo se agrega, conforme veremos. A solução apontada é a integração dos “rudes patricios” à sociedade nacional.

Convicto de haver cometido um engano ao comparar o arraial de Canudos à província francesa de *Vendéia*, o autor procura analisá-lo no que há de mais real, nas suas estruturas intangíveis e enraizadas na pré-história do país, no seu *habitat*, a fim de compreendê-lo na sua essência:

Insulado no país que o não conhece, em luta aberta com o meio, que lhe parece haver estampado na organização e no temperamento a sua rudeza extraordinária, nômade ou mal fixo à terra, o sertanejo não tem, por bem dizer, ainda

capacidade orgânica para se afeiçãoar a situação mais alta. (Cunha, 1985, p.198)

Canudos era uma tapera miserável, fora dos nossos mapas, perdida no deserto, aparecendo, indecifrável, como uma página truncada. (Cunha, 1985, p.374)

Para Euclides (1985, p.374), Canudos era em si um ensinamento que não foi assimilado. A campanha de Canudos tem a “significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa”. “Entre nós, de modo geral, despertou rancores. Não vimos o traço superior do acontecimento... Não entendemos a lição eloqüente”. Cabe-lhe, assim, a tarefa de adentrar no “afloramento originalíssimo do passado”, patentear todas as falhas da nossa evolução, analisar as marcas deixadas pelo jugo português, sugerir soluções corretivas e prever seus efeitos.

Com esse intuito invade, inconscientemente, a área que hoje é de domínio da história das mentalidades, centrada, conforme Robert Mandrou (1991, p.15), na história das “visões do mundo”. Ampliando nos últimos trinta anos seu campo de ação, passando por sucessivas conotações, deixa de se restringir à história voltada às culturas e ao pensamento manifesto de um povo, passando para a incorporar a história dos comportamentos e atitudes, com representações coletivas inconscientes, que são identificáveis através de fontes: testamentos, objetos iconográficos, arqueológicos, interessando-se pela criança, mãe, família, amor, sexualidade, morte.

É o que faz Euclides, sobretudo, ao analisar o sertanejo e, mais precisamente, a intimidade do rebanho canudense e presenciar o

“impressionador” culto aos mortos, com orações à luz de candeia de azeite. “O falecimento de uma criança” é, segundo constata, tido como um dia de festa: violas, desafios, banda, velas de carnaúba, flores, “pais, jubilosos entre lágrimas”. O anjinho espelha a “felicidade suprema, pois a morte implica sua “volta para o céu”; “a terra é o exílio insuportável, o morto um bem aventurado sempre”.

O narrador relata as lendas que envolvem a vida do sertanejo e emite um julgamento: “a imaginação popular começara a romancear-lhe a vida, com um traço vigoroso de originalidade trágica” (Cunha, 1985, p.219). Caracteriza os seguidores de Antônio Conselheiro como “voluntários da miséria e da dor” e “venturosos na medida das provações sofridas”. Para o “profeta” canudense:

a virtude era como um reflexo superior da vaidade. Uma quase impiedade. A tentativa de enobrecer a existência na terra, implicava de certo modo a indiferença pela felicidade sobrenatural imanente. (Cunha, 1985, p.238)

Para Jacques Le Goff (1988), a história das mentalidades é um dos braços da chamada Nova história e envolve tanto o individual quanto o coletivo. O estudo do comportamento individual implica e aprofunda o conhecimento do coletivo, o “longo tempo” e o cotidiano, o inconsciente e o intencional, o estrutural e o conjuntural, o marginal e o geral. As mentalidades incorporam à sua narrativa áreas inteiras da história: religiosa, literária, das idéias, do folclore, da feitiçaria, da etnografia.

Fernand Braudel abordou o tema da “longa duração”, demonstrando exemplar preocupação com a continuidade no espaço e no tempo. Philippe Ariès (1991, p.262) procurou apreender melhor os tempos históricos e chegou à conclusão de que a história inconsciente “é precisamente aquela que se situa na longa duração, atrás da crosta dos acontecimentos visíveis demais”, constituindo as cristalizações mentais seculares.

Para Ariès, a história cultural ou das mentalidades integra o campo privilegiado dos estudos no tempo longo, porque concebida como história das “inércias” e das “prisões de longa duração”. As mentalidades, como “histórias das lentidões”, permanecem incutidas nos comportamentos das pessoas e são transmitidas de geração a geração, como se fossem genes herdados biologicamente.

A noção “longa duração” é bastante absorvente e tem por base as forças profundas da história, as quais atuam e se deixam apreender no tempo longo, como é o caso dos costumes, das mentalidades e dos sistemas econômicos e sociais. Desse modo, as mentalidades assemelham-se ao inconsciente coletivo que, conforme Jung, “é um reservatório de imagens latentes... que dizem respeito ao desenvolvimento mais primitivo da psique. O homem herda tais imagens do passado ancestral, que inclui todos os antecessores humanos” (Hall, 1993, p.30).

Essas imagens étnicas, tais como preconizam Jung e os teóricos das mentalidades, não são herdadas no sentido de uma pessoa lembrar-se delas conscientemente. Manifestam-se com tendências, potencialidades ou predisposições no experimentar e no responder às experiências atuais. O

desenvolvimento e a expressão dessas faculdades ou imagens latentes dependem inteiramente das experiências do indivíduo, portanto, do meio.

As mentalidades preocupam-se com as formas de resistências, ou seja, com o que se tornou corrente definir como “a força de inércia das estruturas mentais”, com modo de pensar coletivo, enraizado num passado remoto.

Pelo vezo da analogia, destacamos o interesse de Euclides (1985, p.199) pela reflexão sobre a sertanejo, nos seus três séculos de abandono. “Insulado no país que não o conhece”, o homem do sertão é um “retrógrado”; aprisionado aos valores herdados atavicamente e parou no tempo. “Canudos estereotipava o *facies* dúbio dos primeiros agrupamentos bárbaros, “a mesma revivescência de estádios remotos”. “Uma grande herança de abusões extravagantes, extinta na orla mediterrânea pelo influxo modificador de outras crenças e de outras raças, no sertão ficou intacta”. O autor faz alusão às diversas lendas, que envolvem a vida de Antônio Conselheiro, na sua missão perversa, a qual, “avultando na imaginação popular”, acaba por lhe “romancear a vida”. Referindo-se ao líder do “mais lendário dos vilarejos”, sustenta:

Antônio Conselheiro, símbolo dos “rudes patricios”, “reproduz o facies dos místicos do passado. Considerando-o, sente-se o efeito maravilhoso de uma perspectiva através dos séculos... Está fora do nosso tempo... Como os montanistas, ele surgia no epílogo da Terra... O mesmo milenarismo extravagante... Obedecia à finalidade irresistível de velhos impulsos ancestrais... A exemplo dos seus

comparsas do passado era um pietista ansiando pelo reino de Deus, prometido, delongado sempre e ao cabo de todo esquecido pela igreja ortodoxa do Século II. (Cunha, 1985, p.223-4)

Na concepção de Michel Volvelle (1991, p.19), “o conceito de mentalidades é mais amplo que o de ideologia: ele integra o que não está formulado, o que permanece aparentemente como “não significante”, o que se conserva muito encoberto no nível de motivações inconscientes. Daí a vantagem, talvez, dessa referência mais maleável para uma história total.

Euclides da Cunha, visando apreender esse universo oculto dos “fanatizados sequazes” de Antônio Conselheiro, como todo pesquisador de mentalidades da nossa atualidade, apaga fronteiras e invade outro territórios, além de recorrer a uma variada fonte: documentos fiscais, registros, objetos e ferramentas antigas, discursos forçados, documentos literários e artísticos, quadras populares, literatura de cordel, entre outros: “Do céu veio uma luz/Que Jesus Cristo mandou/Santo Antônio Aparecido/Dos castigos nos livrou!” (Cunha, 1985, p.241)

Os historiadores das mentalidades têm como preciosa fonte a literatura que veicula as imagens, os clichês, as traduções, sem cessar distorcidas e reutilizadas. Os testemunhos literários têm como privilégio a mobilidade, pois vibram e registram os “frêmitos da sensibilidade coletiva”, a evolução de certas maneiras de pensar e agir através dos tempos.

Nossa breve reflexão pelos terrenos das mentalidades é significativa para o desenvolvimento do nosso trabalho. A força imaginativa e criadora do escritor é sua aliada favorável, pois a história das mentalidades

é de fato a narração das realizações coletivas atuais em relação a um passado que é resgatado e não dispensa o testemunho literário.

O autor assinala que a estóica bravura do sertanejo não resulta puramente da resistência adquirida na luta contra a seca e na batalha contínua para tirar da caatinga os meios indispensáveis à sua sobrevivência. A dimensão psicológica dessa luta está na resistência desafiadora oferecida contra a tentativa do adversário em subjugar-los e é nela que repousa a necessidade de análise do imaginário⁴ sertanejo.

A trajetória seguida por Antônio Vicente Mendes Maciel prefigura o peregrino andarilho dos sertões nordestinos e o líder carismático do arraial canudense, Antônio Conselheiro. Este trajeto é um encontro do inconsciente individual de um homem humilhado, sofrido e esmagado pelo poder e pelas circunstâncias, com o inconsciente coletivo da população miserável que, de modo equivalente, é brutalizada pelo secular desdém do sistema de dominação que nem sequer a encara como humana. Logo, é também a fusão entre as massas desesperadas e o líder na busca de restauração, construção, esperança e salvação.

O escritor e repórter criou, desse arraial longínquo e ignoto, uma imagem que se perpetua na mentalidade popular. Imagem que nem mesmo o açude, construído nas terras calcinadas pela tragédia, conseguiu apagar.

⁴ "O imaginário, é dentro da concepção psicanalítica, um pensamento que oscila entre a opinião e o julgamento racional, entre a metáfora e o conceito". (Menezes, 1995, p.62)

CAPÍTULO IV

Os sertões: ambiência e origem

1. Euclides: um filho do tempo

A formação acadêmica, o elitismo cultural de Euclides da Cunha, abertos às novas tendências e sua inserção na chamada “era do materialismo” (1870 - 1900), são fatores relevantes a serem considerados em nossa análise. A concepção geral da vida que dominou essa época deu-lhe fisionomia espiritual típica, resultante do culto da ciência e do progresso: evolucionismo de Herbert Spencer, ambientalismo de Hippolyte Taine, materialismo psicológico de Lombroso, positivismo de Augusto Comte. As mais diversas teorias oferecem luzes aos estudiosos, norteiam o saber, a pesquisa e constituem o *zeitgeist*, o espírito da época.

No Brasil, esse universo de teorias, correntes e ideologias sociais, econômicas e científicas, que têm origem no “velho mundo”, defronta-se e tenta ajustar-se com uma realidade ambígua e complexa, definida culturalmente pela sua herança latina, somada à cultura européia e à etnia mestiça.

As alterações econômicas e sociais em processo, o trabalho ascensional de uma classe média que afirmava a sua fisionomia política, a acirrada luta da classe dominante para manter as posições que consolidara na longa vigência do regime colonial e o processo de consolidação nacional, contribuem para caracterizar o último quartel do século XIX. Literatos ou cientistas, monarquistas ou republicanos, liberais declarados ou indiferentes, encontram-se atrelados ao poder. A jovem República oligárquica, essencialmente elitista, enfrenta as tendências florianistas remanescentes, as hostilidades entre monarquistas e republicanos e entre estes.



A frágil burguesia brasileira lutava e sonhava com a industrialização e o progresso econômico, mas esbarrava na inércia da propriedade territorial. O grande latifúndio, comandado pelo coronel oligarca, mostrava-se hostil a qualquer mudança na estrutura agrária. Os interesses contraditórios desses dois seguimentos sociais não os impediram de estabelecer uma aliança política receando os movimentos populares de contestação ao governo central. A situação do Nordeste era mais grave: além do abismo entre os camponeses miseráveis, em regime de servidão e a minoria latifundiária detentora dos poderes econômico e político, o homem sofria as vicissitudes dos fatores climáticos e geográficos.

Os sertões baianos, inóspitos, amplos e muito distantes do litoral, faziam parte das regiões não integradas econômica e socialmente, num momento em que a unidade nacional era assegurada pelo centralismo político-institucional.

Neste contexto assinalamos a gênese de *Os sertões*, e é à sua sombra que identificamos a imagem de Euclides, como cidadão que sempre viveu intensamente a problemática das idéias, em função das diversas conjunturas históricas de seu tempo, um conjunto de situações em si contraditórias. Imagem do homem munido de instrumentos de análise elaborados por uma cultura externa, destinados à aplicação em certo tempo e em certo meio e em condições diversas daquelas vigentes na nação brasileira.

O universo ideológico é marcado pela “ideologia do colonialismo”⁵, seguida de seu componente básico, o pessimismo. Esse

⁵ Expressão usada por Nelson Werneck Sodré para designar o conjunto de idéias e conceitos que pretendiam justificar a dominação das metrópoles européias sobre as áreas de que haviam se apossado em ultramar. Nos fins do século XIX, tal ideologia reunia tudo que justificava a exploração colonial.

pessimismo contra o nosso homem, nosso clima e nossa terra, constituindo um modo de pensar aceito como método, é transformado por Euclides, conforme Clóvis Moura, “em atitude pessoal de encarar os problemas”.

Em 1897, com o desenvolvimento das teorias evolucionistas e deterministas, determinando modelos historiográficos, observamos “audaciosas correlações” entre as lutas da nova República francesa contra o *ancien régime* e a conquista republicana do Brasil, que se debate contra as forças monárquicas ainda operantes. Favorecidas pela dinâmica da ambiência sociocultural, política e econômica, fruto da nossa origem colonial, as “audaciosas correlações” são bem recebidas pelo escritor fluminense.

Numa época em que comparar as mais diversas situações internas com o antecedente estrangeiro estava em efervescência, o símile não poderia deixar de ser buscado na história da nação de Vitor Hugo, que despertara expressiva admiração em Euclides e o influenciara profundamente. O escritor, desde jovem, revelara, através de seus escritos, ardentes paixões pelos ideais revolucionários franceses.

Em 1892, no artigo intitulado: *A Nossa Vendéia*, compara as lutas da nova República francesa contra o *ancien régime* e a conquista republicana brasileira em luta contra o espírito monárquico remanescente. Estava criada a matriz que moldaria o segundo artigo, escrito em 1897, com o mesmo nome, e da qual não se libertaria ao escrever *Os sertões*, quando já não mais acreditava na propriedade do cotejo.

O momento era de ferrenhas disputas políticas e de notícias absurdas e escabrosas. A capital federal tornou-se um autêntico barril de pólvora. O arraial de Canudos, acusado de foco monarquista com

ramificações internacionais, conforme se divulgam, faria parte de uma vasta rede de caráter restaurador, com sede em Paris, Nova Iorque, Londres e Buenos Aires, munida de recursos financeiros para compra de armamento. Pouco importa que, consoante se verificou *a posteriori*, tudo fosse falso, pois somente é relevante como sintoma.

Walnice Nogueira Galvão (1974) reconstituiu o *corpus* das reportagens sobre a guerra de Canudos, analisando os jornais de 1897 com seu estilo híbrido: representação galhofeira, sensacionalista, satírica e jocosa, com seu caráter de mosaico, integrando materiais literários de várias fontes. Transladado pela referida crítica, do jornal *Diário de Notícias*, o fragmento abaixo mostra que seu autor apropria-se do acontecimento, foco de atenção da época, para fazer propaganda comercial:

ESPANTOSO

Por pessoas, recentemente chegadas de Canudos ouvimos o seguinte:

Que no último ataque, um grupo de valentes soldados, depois de ter esgotado a munição, lembraram-se de recorrer a pontapés os conselheiristas, confiados na resistência dos calçado que foi comprado na popular casa O MONUMENTO. Que feliz idéia! (Galvão, 1974, p.47)

A imprensa é um reflexo de tendências manipuladoras de opinião, utilizando-se do conflito de Canudos para as mais díspares finalidades, inclusive para fazer humor e sátira política.

O viés satírico, tradicionalmente empregado na denúncia contra os opressores do povo, por intelectuais afastados do círculo do poder, passou a servir de instrumento ao próprio governo, no intuito de manipular a consciência das camadas populares contra o estranho e prejudicial fascínio que Antônio Conselheiro passara a exercer sobre milhares de pessoas, esquecidas no sertão da Bahia. O resultado não tarda a se projetar.

O tratamento jocoso da guerra de Canudos, que também foi explorado, assume aspecto diverso e paradoxal após a derrota da Segunda Expedição e, principalmente, depois da morte do coronel Moreira César, comandante da Terceira Expedição, que desfruta da imagem de herói por suas atuações em campanhas anteriores.

Trava-se uma guerra entre duas forças, duas imagens opostas: de um lado temos o herói da República, representante da “civilização” e do “progresso”: cruel e vingativo, “tinha o temperamento desigual e bizarro de um epilético provado, encobrendo a instabilidade nervosa de doente grave em placidez enganadora” (Cunha, 1985, p.23). De outro lado, o “herói” dos “jagunços”, reflexo do atraso e da ignorância: condensa “todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às aberrações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores”, “era um gnóstico bronco”.

Além do jornalismo satírico, galhofeiro e sensacionalista, surge o jornalismo com tom de denúncia e feição vingativa, após a morte inesperada de Moreira César, quando se julga necessário punir os “inimigos” da República. É o que nos mostra Lizir Arcanjo Alves (1997, p.26) ao analisar a imprensa brasileira nos primeiros tempos de República. Citamos trecho de matéria extraída do jornal *Diário de Notícias* por Lizir, em seu estudo crítico:

Rapsódias

*Mata, esfola, gritam todos
Contra Aleixo, de repente,
Entretanto o Conselheiro
Pinta o sete impunemente!*

*Põe a tropa em debandada,
Põe o povo amedrontado!
Não receia a carabina,
Não tem medo de soldado!*

*Fosse eu, hoje, o Governo
E mandava logo e logo,
Sem menor condescendência,
Contra o bicho fazer fogo!*

*Se os canhões que possuímos
Fossem poucos, francamente,
Enviava os fortes Krups
Que nos trouxe o Del-
Puent!. (Alves (1997, p.26)*

A imagem de Antônio Conselheiro e seus homens é rebaixada e degradada, só recuperando posição favorável depois da destruição de Canudos. Rui Barbosa chegara a chamá-los de “horda de mentecaptos e galés” e, só após o massacre de Canudos, passa a referir-se a eles

Rapsódias

*Mata, esfola, gritam todos
 Contra Aleixo, de repente,
 Entretanto o Conselheiro
 Pinta o sete impunemente!*

*Põe a tropa em debandada,
 Põe o povo amedrontado!
 Não receia a carabina,
 Não tem medo de soldado!*

*Fosse eu, hoje, o Governo
 E mandava logo e logo,
 Sem menor condescendência,
 Contra o bicho fazer fogo!*

*Se os canhões que possuímos
 Fossem poucos, francamente,
 Enviava os fortes Krups
 Que nos trouxe o Del-
 Puent!. (Alves (1997, p.26)*

A imagem de Antônio Conselheiro e seus homens é rebaixada e degradada, só recuperando posição favorável depois da destruição de Canudos. Rui Barbosa chegara a chamá-los de “horda de mentecaptos e galés” e, só após o massacre de Canudos, passa a referir-se a eles

utilizando-se do vocábulo “meus clientes”. Todavia, ao declarar que vai pedir *habeas-corpus* para os sertanejos, estes já estão mortos.

É o momento do “terror” do conflito, mostrando que o novo regime não se resumira à passeata militar de 1899, mas envolvia camadas importantes daquilo que era chamado povo. Essas camadas eram manipuladas por um bando de informações inconseqüentes que lhes chegavam através da mídia da época, principalmente jornais, que clamavam contra o levantamento de um “reduto monarquista” no árido sertão baiano, sendo necessário proteger a República contra os insurretos.

Euclides refere-se a esse momento de intensa agitação e manipulações tendenciosas: “Na desorientação completa dos espíritos alteou-se... a idéia de que não agiam isolados os tabaréus turbulentos... os distúrbios sertanejos significavam pródomos de vastíssima conspiração contra as instituições recentes”. (Cunha, 1985, p.371)

A luta sertaneja começara... a tomar feição misteriosa que conservaria até o fim. Na maioria mestiços, feitos da mesma massa dos matutos, os soldados, abatidos pelo contragolpe de inexplicável revés, em que baqueara o chefe reputado invencível, ficaram sob a sugestão empolgante do maravilhoso, invadidos de terror sobrenatural. (Cunha, 1985, p.361-2)

A apropriação da matéria jornalística, cuja fonte é apontada em nota de rodapé, segundo a qual, na capital federal “alguns cidadãos ativos

congregaram o povo... e resumiram-lhe a ansiedade patriótica numa moção incisiva”:

O povo do Rio de Janeiro reunido em meeting e ciente do doloroso revés das armas legais nos sertões da Bahia, tomadas pela caudilhagem monárquica, e congregado em torno do governo, aplaudindo todos os atos de energia cívica que praticar pela desafronta do Exército e da Pátria, aguarda, ansioso, a sufocação da revolta. (Cunha, 1986, p.372)

A verdade dos fatos é desvirtuada a serviço de paixões individuais ou partidárias. Jornais monarquistas são incendiados, assassinatos tornam-se freqüentes. A ambiência é favorável ao papel ditatorial exercido pelos órgãos mais fortes da imprensa, aliados a determinadas facções políticas, sobre aqueles que eram tidos como monarquistas, ou outros de posição neutra, mas perseguidos por informações ou acusações parciais. No *Relatório*, já mencionado, escrito pelo Frei João Evangelista e apresentado pelo pesquisador José Calasans (1897, p. 4), observamos a preocupação de realçar o contraste entre o retrato real e a imagem do Conselheiro que interessava ao Governo.

O religioso não consegue disfarçar a finalidade do seu relatório, que era a de confirmar o caráter maléfico do beato rebelde: “o porte grave e ar penitente davam-lhe ao todo aparência que não pouco teria contribuído para enganar e atrair o povo simples e ignorante dos nossos sertões”, que deixava as fazendas desprovidas de mão-de-obra e a Igreja sem seus antigos fiéis. Ao

Governo e à Igreja, incapazes de encontrar a solução que atendesse aos reais problemas e necessidades das populações desvalidas da sorte, era oportuno apontar Antônio Conselheiro e seus seguidores como responsáveis diretos pela situação incômoda.

2. Matriz da obra

A matriz de *Os sertões* encontra-se: a) nos dois artigos escritos por Euclides da Cunha, em períodos diferentes, aos quais foi dado o nome de *A Nossa Vendéia*; b) *Caderneta de Campo*, que contém as primeiras impressões do escritor no sertão, espécie de diário de trabalho; c) nas correspondências de guerra enviadas para *O Estado de São Paulo*, mais ou menos simultâneas à *Caderneta*. Todos esses escritos constituem importantes roteiros que favorecem a compreensão da principal obra euclidiana. Assim, quando se observa a gênese do livro, constatamos quatro níveis: os dois artigos; os manuscritos que serviram de base para as reportagens de guerra, hoje reunidas no volume intitulado, *Canudos: diário de uma expedição*; e, finalmente, em 1902, *Os sertões*.

No primeiro artigo, *A Nossa Vendéia*, escrito em 1892, o autor aponta a iminência de um desastre causado pelo florianismo, afirmando que a “República brasileira tem também a sua Vendéia”. No segundo analisa, pela primeira vez, os episódios que ocorrem, há algum tempo, no isolado sertão baiano. Nele podemos constatar a dupla vertente, ou seja, a presença da história associada às tendências ficcionais, bem como a metáfora da

Vendéia, que aparecerá também nas páginas de *Os sertões*. A título de exemplificação, transladamos o fragmento do primeiro artigo:

E sobre as chapadas desertas e desoladas alevantam-se quase que exclusivamente os mandacarus (cereus) silentes e majestosos; árvores providenciais em cujos galhos e raízes armazenam-se os últimos recursos para a satisfação da sede e da fome ao viajante retardatário — cactaceas gigantes que revestidas de grandes frutos de um vermelho rutilante e subdividindo-se com admirável simetria em galhos ascendentes, igualmente afastados, patenteiam a conformação típica e bizarra de grandes candelabros firmados sobre o solo. (Cunha, 1939, p.163)

Na descrição da natureza, sentimos o olhar ciclópico do narrador que tudo vê, analisa e explica: as chapadas são “desertas e desoladas”, as árvores surgem “providenciais”, amigas do viajante retardatário, fornecendo-lhe água e alimento. O fragmento indica uma representação ou imagem do mundo “real”, através de um discurso que condensa narração imaginária, em estreita interação com narração de cunho científico. A linguagem figurada permeia todo texto: a natureza estilizada ganha força e beleza, com presença de “cactaceas gigantescas” que patenteiam a conformação de “grandes candelabros”;

O homem e o solo justificam assim de algum modo, sob um ponto de vista geral, a



aproximação histórica expressa no título deste artigo. Como na Vendéia o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitada pelos propagandistas do império.
(Cunha, 1939, p. 167)

Verificamos que o escritor, justificando o emprego do símile importado da história francesa, reduz o povoado canudense ao estatuto de ignorância e fanatismo. O discurso, à luz dos determinismos cientificistas e da filosofia positivista, refere-se ao fanatismo religioso do sertanejo relacionando-o à ingenuidade do homem, fruto do meio e da constituição étnica. Porém, esta vertente não impede a presença da literatura, com a qual se articula.

O segundo artigo foi motivado, sobretudo, pela “fragorosa derrota” da terceira expedição, sob o comando do Coronel Moreira César, a quem o autor irá se referir com acentuada ironia: “o expoente da nevrose”, que poderia receber tanto a “camisa-de-força”, quanto a “púrpura”. Ao redigi-lo, Euclides já experimenta uma certa desilusão quanto ao regime político, que tão alto idealizara e pelo qual havia lutado. Quando estudante, chegara a ser expulso da Escola Militar, por ter lançado aos pés do ministro de guerra o sabre, em sinal de protesto contra a monarquia em vigência. Assim, a República imaginária entra em colisão com a República real.

Tal como ocorre na redação do primeiro artigo, num discurso pretensamente científico, faz uma análise da geologia de Canudos: descreve tipo do solo, sistema de ventos, clima, vegetação; examina a hidrografia, relevo e topografia; e, finalmente, volta-se ao homem, considerando-o fruto do meio. A escritura desses ensaios demonstra que Euclides da Cunha

poderia escrever *Os sertões* sem que presenciasse pessoalmente a guerra. Dotado de alma de artista, de escritor, de poeta, narra cenas não presenciadas como se fosse seu observador argucioso. As pormenorizadas descrições da natureza que tão bem revelam-no como “pintor de paisagens”.

Os escritos de Euclides refletem sua capacidade em transformar impressões longínquas no espaço e tempo em dados minuciosos e concretos aos olhos do leitor. A *Caderneta de Campo*, de acordo com Olímpio de Sousa Andrade (1975), é o mais extenso documento que diz respeito à obra em estudo, constituindo subsídios significativos para a sua compreensão. Muitas passagens ali relacionadas, numa linguagem que vai muito além das necessidades de informação do jornalista ou do autor científico, são encontradas, com pequenas alterações, em *Os sertões*.

As narrativas sobre a guerra ganham impulso com a quarta expedição, organizada, conforme o autor, através de “grande comoção nacional”. Dela faziam parte o Ministro de Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt e o próprio Euclides, a quem os biógrafos atribuem uma vida atormentada e uma existência trágica. Encarregado de fazer a cobertura do conflito, o escritor parte em direção ao teatro das operações, defendendo os mais puros ideais políticos, embora já começando a ser assaltado pelas primeiras dúvidas a respeito de Canudos. Assim, em sua reportagem, com data de 22 de agosto de 1897, sobre os acontecimentos de Canudos para o jornal, cita textualmente alguns trechos das declarações do chefe militar, Coronel Carlos Teles, entre eles:

*não há fim restaurador nem influência de
pessoa estranha nesse sentido; não há lá estrangeiro*

algum... Adulterar a verdade para esclarecer Canudos é alarmar o espírito público, e a isto não me presto. Não vivo de reclamos, digo sempre o que se me afigura ser a verdade. (Cunha, 1939, p.142)

Esse trecho reflete, juntamente com outros, a opinião do oficial do Exército e, ao encontrar o assentimento de Euclides, passa a constituir um denunciador da “reviravolta da sua idéia ou juízo crítico” em relação à propalada conspiração monarquista, envolvendo Canudos. Ele contribui, portanto, para a criação da metáfora da Vendéia, tão explorada em *Os sertões*. Fadada à instabilidade, ela constitui um movimento pendular, no discurso euclidiano.

3. Nasce o livro

O contato de Euclides da Cunha, facultado pela sua condição de repórter, com o palco das operações, despertou-o para uma nova realidade que deve ser buscada nos silêncios da história, analisada e compreendida nas suas profundezas. O propósito de escrever um livro, que já existia antes de sua ida à Bahia, amadurece e ganha impulso. Impressionado pela violência e barbárie despropositadas, o escritor “é um outro homem” ao deixar a arena conflituosa, passando a ter uma outra concepção a respeito do objeto analisado.

A imagem de Euclides, criada pelos seus intérpretes e biógrafos, como Sílvio Rabelo, é a do homem público que sempre viveu intensamente a problemática das idéias e as diversas conjunturas históricas de seu tempo,

um conjunto de situações em si contraditórias. Do homem munido de instrumentos de análise elaborados por uma cultura externa, destinados à aplicação em certo tempo e em certo meio e em condições diversas daquelas vigentes na nação brasileira. Do homem que realiza uma voraz consulta de arquivos, autores, testemunhas, livros científicos e muitas outras fontes, favoráveis à empresa abraçada.

A trajetória, que o pensamento euclidiano percorre do real sentido da guerra de Canudos, fica transparente e facilmente observável pelas leituras das reportagens e anotações de sua *Caderneta de Campo*.

Clóvis Moura, em *Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha*, aponta quatro fases fundamentais da evolução do pensamento do escritor.

a) da Escola Militar à ida a Camudos. Caracteriza-se por uma predominância acentuada do positivismo comtiano e do espencerianismo, com alguma influência dos socialistas utópicos; b) da ida a Bahia (Salvador), para assistir, como correspondente de "guerra", à luta de Camudos, até sua chegada ao local, permanência e regresso. Fase que se caracteriza por uma posição crítica à ortodoxia republicana e pelo predomínio dos fatos sobre as teorias que abraçava; c) do regresso de Camudos à elaboração de Os sertões. Nessa fase, Euclides da Cunha, já distante dos fatos, procurou lastrear o seu pensamento com teorias em voga na época,

que em nada o ajudaram a compreender e interpretar a essência do problema que ele presenciara no interior baiano. Preponderância do racismo no seu pensamento. Retrocesso ideológico; d) da publicação de Os sertões ao seu concurso de lógica. Tentou uma revisão mais positivismo comtiano e do spencerianismo, com alguma influência dos socialistas utópicos; da publicação de Os sertões ao seu concurso de lógica. Tentou uma revisão mais profunda de suas posições teóricas, procurando através de uma atitude eminentemente crítica, descobrir novos postulados metodológicos para interpretar a realidade brasileira. (Moura, 1964, p.18)

Essa face oculta do escritor fluminense, identificável através de tudo que deixou escrito, revela o ideólogo, ou seja, o homem que, ao agir, deixou-se conduzir pelas idéias e, também, por suas experiências. Seu pensamento evoluiu do dogmatismo comtiano e spenceriano para uma atitude além do empirio-criticismo, de viés conjectural com preponderante visão artística. Algumas dessas tendências são espelhadas em seu *corpus* literário. Em 1888, com apenas vinte e dois anos, escreve um artigo para a *Revista da Família Acadêmica* onde diz: “creio sinceramente naquela ascensão progressiva de uma alma... a par de muita coisa feia há muita coisa bonita e a própria existência humana emerge da reação contínua dos contrastes... o fanatismo é o único sintoma de vida dos imbecis... e boçal é o

indivíduo genuflexo ante Zola, como um adorador *enragé* de Lamartine” (Cunha, 1966, p. 520).

A *Nota preliminar*, que se apresenta como autêntico “microcosmo orientador” de *Os sertões*, traz elementos que justificam nossa asserção, ao apontar algumas das razões de a guerra de Canudos ser a mola propulsora da composição da obra: a) o livro “a princípio se resumia à história da campanha de Canudos”. Logo, ela constitui o seu ponto de partida, a sua razão primeira; b) a intenção explícita do autor em esboçar “ante o olhar de futuros historiadores, os traços mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil”, fazendo surgir no texto um tema de caráter antropológico, que serve para explicar a guerra, a ela se relacionando intimamente; c) Euclides atribui à campanha de Canudos “a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa”; d) a “campanha lembra o refluxo para o passado” e como tal deve ser estudada; e) a finalidade acusatória do próprio livro, pois o conflito armado canudense “foi, na significação integral da palavra, um crime” a ser julgado nos tribunais da história; f) a célebre divisão do livro em três blocos textuais está intimamente associada à “guerra”. Antes de entrar na descrição e análise da mesma, o escritor sentiu a necessidade de contextualizá-la geográfica, social e historicamente. A divisão interna da obra, em desacordo com a ordenação de Taine: “raça, momento, meio”, numa abordagem inversa: *A terra*, *O homem* e *A luta* e a recorrência às teorias científicas, sobretudo antropobiológicas, longe estão de serem gratuitas, servindo para explicar o fato histórico, ou seja, a guerra de Canudos.

Achamos não só oportuno, mas também pertinente, lembrar uma significativa passagem da vida do escritor que fez da nossa história uma



“epopéia nacional”. Segundo depoimento de João Luso, cronista e redator do *Jornal do Comércio*, Euclides da Cunha confessara-lhe “escrever com lentidão” e admirar os escritores espontâneos, capazes de escrever rapidamente sobre variados assuntos. Compara-se, confidencialmente ao amigo, “como certos pássaros que, para desferir o vôo, precisam de trepar primeiro a um arbusto”. (Rabelo, 1948, p.195). O seu arbusto, dizia-lhe, é “o Fato”. Porém, nem todo arbusto satisfazia a esse pássaro “de asas pesadas”, que só considerava ser o “seu fato” aquele com o qual se identificasse inteiramente. Concluimos que Euclides identifica-se com o episódio de Canudos, dá-lhe dimensão social, econômica, política e cultural e significado de fato histórico, transforma-o em mais uma página da história do Brasil; incorpora-o como elemento referencial da estrutura interna do seu maior livro; orna-o com sua poesia, dá-lhe colorido e amplitude monumental:

A caatinga mirrada e nua, apareceu repentinamente desabrochando numa florescência extravagantemente colorida no vermelho forte das divisas, no azul desmaiados dos dólmãs e nos brilhos vivos das chapas dos talins e estribos oscilantes... Um pormenor doloroso completou a cena cruel... Era assombroso... Como um manequim terrivelmente lúgubre, o cadáver desaprumado, braços e pernas pendidos, oscilando à feição do vento no galho flexível e vergado, aparecia nos ermos feito uma visão demoníaca. (Cunha, 1985, p.368)

Euclides (1966, p.621), em carta a José Veríssimo, afirma que “o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é hoje tendência mais elevada do pensamento humano”. E, formulando o que seria seu ideal, escreve: “eu estou convencido de que a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta, e que nesse caso, a comedida intervenção de uma tecnografia própria se impõe obrigatoriamente”.

Retomando as palavras confidenciais do autor a João Luso, asseveramos que, estimulado pela sua condição de testemunha ocular, encontrou no conflito armado não apenas o arbusto, mas gigantescas árvores a lhe facultar o grande vôo rumo às profundezas do real concreto, à imaginação, ao belo. Aliou ao fato a inventividade, aprimorando o discurso e afetando mais profundamente o leitor.

Diante do drama de Canudos, o autor definiu sua postura voltada mais de dentro para fora do assunto, levando consigo seus contemporâneos e pósteros, o que motivou a pertinente consideração de Gilberto Freyre (1966, p.21) em *Os sertões*, “ele deixou de tal modo se impregnar, não apenas por simpatia, mas, por empatia profunda, que conseguiu comunicar essa sua identificação empática com seu tema, ao próprio leitor estrangeiro”.

4. Na composição da obra, uma tentativa de explicar a luta

Vimos pela *Nota preliminar* que o objetivo imediato da composição da obra está centrado na guerra de Canudos. Acreditamos que esta centralidade permanece mesmo quando um outro campo semântico surge e ganha dimensão: a questão antropológica, que tem um fim utilitário -

oferece elementos para estudar as “sub-raças brasileiras” e, indiretamente, para explicar a guerra de Canudos. Na abordagem da história como centro e na sua análise à luz da ciência, não nos referimos ao seu domínio ou preponderância em termos quantitativos, em detrimento da literatura, mas à sua importância, enquanto mola propulsora, razão essencial da construção do livro.

Em Os sertões, as duas primeiras partes constituintes, *A terra* e *O homem*, mediante um encadeamento de alusões, preparam o leitor para a recepção do terceiro bloco, *A luta*. Na verdade, nos dois primeiros blocos textuais estão as causas e o porquê do terceiro, pois são nas pesquisas dos fatores mesológicos - geográficos ou raciais - que Euclides busca as razões do deflagrar do levante, episódio narrativo, que faculta a incorporação da história.

Seguindo uma orientação determinista, o escritor faz, em *A terra*, uma descrição detalhada da paisagem física: topografia, vegetação, regime das chuvas, tudo convergindo para formar a imagem de uma natureza que se compraz em contraste: ora branda, ora rígida e hostil. De um lado, a agitação sem trégua; de outro, a majestosa calma. Os montes, ásperos e nus nas estiagens e adornados de verdura após a chuva. Esse antagonismo está presente também na caracterização do homem.

A descrição da natureza se faz mediante uma duplicidade discursiva, ou seja, o discurso científico conflui e interage com o discurso ficcional dramatizante. Assim, a narrativa ora obedece às leis científicas, ora se liberta e ganha expansão, longe das rotinas e dos preconceitos:



... quem segue pelo caminho de Queimadas, atravessando um esboço de deserto, onde agoniza uma flora de gravetos - arbustos que nos esgalhos revoltos retratam contorções de espasmos, cardos agarrados a pedras ao modo de tentáculos constritores, bromélias desabotoando em floração sanguinolenta - avança rápido, ansiando pela paragem que o arrebatam. (Cunha, 1985, p.289)

Embora a primeira parte aspire à cientificidade, o discurso literário aí aparece com um jogo de imagens, figuras, signos lingüísticos e outros recursos que constituem verdadeira fonte de emissão, dando-lhe feição antecipatória. Nele, a imaginação, o gênio peculiar e criador euclidianos tornam-se mais explosivos favorecendo configuração e adensamento dos elementos que servem de alusão à terceira parte, *A luta*. Assim, a descrição de uma espécie vegetal, os “cabeças-de-frade”, permite ao narrador por em circulação um signo lingüístico, o da degola, símbolo da barbárie e da suprema atrocidade da luta, que aparece na parte final do livro:

os cabeças-de-frade, deselegantes e monstruosos melocactos de forma elipsoidal, acanalada, de gomos espinescentes, convergindo-lhes no vértice superior formado por uma flor única, intensamente rubra. Aparecem, de modo inexplicável, sobre a pedra nua, dando, realmente, no tamanho, na conformação, no modo por que se espalham, a imagem singular de cabeças decepadas e sanguinolentas jogadas por ali,

a esmo, numa desordem trágica. (Cunha, 1985, p.124)

Quando o narrador inicia a narração de *A luta*, antes da eclosão do primeiro combate, o leitor já presenciara o combate de forças antagônicas diversas no palco vibrante da natureza e já está motivado e apto para acompanhar a narrativa dos acontecimentos, através de múltiplos recursos: cenas, sumários, diálogos, depoimentos de personagens, ofícios, citações, entre muitos outros.

Nos dois primeiros blocos, mediante análise físico-geológica, a voz narrativa parece interpretar a linguagem inarticulada do espaço físico do sertão, apreendendo, por antecipação, o sentido do conflito que irá ocorrer. A natureza antropomorfizada e geradora de novos eventos, viabiliza um sistema de relação entre ela, personagens e episódios reais. Assim, o estudo da natureza, como sistema vivo e inteligente, traz revelações, favorecendo a compreensão e análise do homem.

Em outras palavras, ouvindo a “fala complexa da natureza”, o narrador-voz pode mostrar a luta, o embate agônico entre os diversos agentes geológico-climáticos e colocar dois mundos em contato.

Dessa forma, em *Os sertões*, encontramos perspectivas filosóficas, estéticas e científicas. Em vários momentos, a força criadora da natureza alia-se à força criativa do artista: o solo se “contorce” e “explode”, as plantas agriem com seus espinhos “cáusticos”, as águas se “precipitam”, as terras “saltam”, o dia “fulmina”, o litoral é “revolto”, os leitos dos rios são “contorcidos”, os “arbustos... retratam contorções de espasmos”, a caatinga, que “como um cilício dilacerador estende sobre a terra suas ramagens de

espinhos”, ou “os cereus esguios e salientes”, lembrando enormes “candelabros”, são plantas que “ao descer das tardes breves... dão a ilusão emocionante de círios enormes”, evocando, no orbe vegetal, os fetiches de um religiosidade “primitiva”, “mestiça” e “fanática”, que farão parte do rebanho conselheirista. “As favelas... têm, nas folhas... aprestos de condensação, absorção e defesa... a sua epiderme... provoca precipitações de orvalho... a mão que a toca, toca uma chapa incandescente de ardência natural”.

A árvore aparelha-se para reagir contra o regime bruto... Espancado pelas canículas, fustigado dos sóis, roído dos enxurros, torturado pelos ventos, o vegetal parece derrear-se aos embates desses elementos antagônicos e abroquelar-se daquele modo, invisível no solo sobre que alevanta apenas os mais altos renovos da fronde majestosa. (Cunha, 1985, p.120)

A natureza, porém, tem seu lado solidário: quando as espécies vegetais não se mostram armadas para a reação individual, “disciplinam-se, congregam-se, arregimentam-se, unem-se, intimamente abraçadas, transmutando-se em plantas sociais”.

Essa visão de luta, de agonia e de combate entre forças, que confere ao texto um tom dramático, não é privativo de um fragmento específico, mas perfaz toda a instância narrativa. Tem início no processo de formação ecológica, percorre a descrição do meio geográfico e o historiamiento do homem, do seu universo social, dos movimentos

migratórios e dos múltiplos cruzamentos raciais, que produziram o tipo característico e singular do sertão. Cuidadosamente preparada, prefigura vários níveis: parte da formação geológica da Terra e atinge seu clímax, de modo mais concreto, nos embates entre civilização e selvageria, entre “raça superior” e “raça inferior”, ou entre mestiços do litoral e mestiços do sertão, que aparecem na terceira parte do livro, quando ao leitor já foram mostradas várias espécies de luta.

O arraial de Canudos, que “parecia disposto para o choque de cargas”, é o palco das operações brutais, reproduzidas pelo narrador que articula enfaticamente cada episódio descrito, narrado ou meticulosamente analisado transforma as marcas do discurso científico, predominantes em *A terra*, primeira parte do livro, em ação, ou seja, em elemento vivo da estrutura dramática.

O narrador, atrelado à ciência, e mediante o emprego do viés representativo, cria uma “réplica” da realidade e conjuga representação e ilustração. Desse modo, *Os sertões* insere-se num contexto realista sob duplo aspecto: a) como obra representativa de um acontecimento histórico, a guerra de Canudos, abordado como sintomático de uma realidade mais ampla, anterior ao discurso e cuja existência é atestada e autenticada por fontes diversas e analisada sob múltiplos ângulos; b) a nível da representatividade da linguagem, que está a serviço da história.

Sob este aspecto, a fronteira entre literatura e história é enfraquecida ou extinta, pois, considerando as relações da ficção com a realidade exterior, podemos estabelecer uma distinção fundamental entre dois tipos de obra literária: representativa e auto-representativa. Maria Teresa de Freitas (1986, p.42), afirma que a primeira “conta uma história



cujo referencial pode ser encontrado na realidade exterior, considerada representação ou imagem do mundo”. A segunda representa a si mesma, coloca-se em evidência enquanto linguagem e elemento autônomo.

Na análise de *Os sertões*, procuramos considerar que o valor da obra literária, tal como da obra histórica, está na análise e reprodução do “real objetivo”, mas, notoriamente, está nas forças criadoras que dão significado ao mesmo. A literatura, tanto quanto a história, além de presentificar o objeto, a realidade em análise, interroga e problematiza essa presença. E problematização da realidade objetiva significa, de acordo com a referida crítica, realidade estética, que faz parte, portanto, das duas vertentes discursivas, ora em estudo.

Fica flagrante, após a leitura atenta de *Os sertões*, a tentativa do escritor em explicar a luta, ou seja, o acontecimento histórico. Porém, ao final de nossa reflexão, sentimos dificuldade e, talvez, a inviabilidade de apontar uma só e primária causa que, para Euclides, seria responsável pela deflagração do movimento. Isto porque ele não chegou a uma conclusão única e acabada no desenvolver da narrativa, mas sim, traz à tona vários fatores que vão sendo apontados, implícita ou explicitamente, como determinantes da luta armada.

Creemos que, entre as múltiplas causas abordadas, estão: a) esmagamento inevitável das raças fracas pelas mais fortes, conforme a tese defendida pelo cientista polaco, Gumplowicz: o avanço da civilização no sertão obedece a essa “força motriz da História”; b) a miscigenação estimula a revivescência dos atributos da raça inferior: [a população] “estava adrede talhada para reviver os estigmas degenerativos de três raças” (Cunha, 1985, p.237); c) a natureza agreste, embora agasalhe e proteja o sertanejo,



moldando-o à sua imagem, é um cenário de embates de elementos antagônicos; d) conflito inevitável entre o litoral europeizado e progressista e o sertão retrógrado e selvagem; e) a religião “mestiça”, mostrada como “seita esdrúxula” e síntese dos caracteres fisiológicos do destemido e bruto homem do sertão: “Canudos esteriotipava o *facies* dúbio dos primeiros agrupamentos bárbaros”; f) o envolvimento e a arbitrariedade da polícia estadual, em questões políticas e administrativas, levaram Antônio Conselheiro a queimar editais de cobrança de impostos, em sinal de protesto; g) jogo político: o movimento de Canudos foi usado, sobretudo, como instrumento necessário para destruição de vestígios pró-monárquicos remanescentes;

No capítulo I de a *Quarta expedição*, o porta-voz de *Os sertões* desabafa, num tom acusatório e essencialmente crítico:

Na desorientação completa dos espíritos alteou-se, logo... a idéia de que não agiam isolados os tabaréus turbulentos [canudenses]. Eram a vanguarda de ignotas falanges prontas a irromperem... sobre o novo regime [republicano]. E como nas capitais, federal e estaduais, há muito, meia dúzia de platônicos, revolucionários, contemplativos e mansos, se agitavam esterilmente na propaganda da restauração monárquica, fez-se de tal circunstância ponto de partida para a mais contraproducente das reações... Era necessário uma explicação qualquer...

Exageremos?

Deletreemos, ao acaso, qualquer daqueles dias. (Cunha, 1985, p.371).

Alguns aspectos, motivadores da luta, são mostrados de modo ambíguo e sem muita convicção do enunciante e outros suscitam ambigüidades no decorrer da narrativa. Todos eles são, contudo, meritórios como intuito em explicar a campanha de Canudos, síntese de uma realidade bem mais profunda, conforme concepção do autor.



Capítulo V

Os sertões: Interpretação científica

1. Euclides e a Ciência

Euclides da Cunha, ao internalizar à sua narrativa a questão antropológica das sub-raças brasileiras, viu-se obrigado a manejar um quadro teórico, numa linha determinista e positivista, obedecendo aos ditames analíticos de raça, meio e momento. As ciências, nas quais se ampara, eram, contudo, insuficientes para explicar exata e objetivamente os fenômenos socioculturais brasileiros na sua dinâmica. Os pressupostos teóricos, incorporando elementos conceptuais de autores representativos de países capitalistas desenvolvidos, não só se tornam inaptos quando aplicados a uma realidade semicolonial, como também se chocam em face de uma situação sociológica peculiar. Clóvis Moura elucida essa questão:

A alienação no processo do conhecimento surgia dentro de uma ciência que já vinha com a "marca de fábrica" da burguesia industrial e tinha como função explicar - dentro dos padrões de idéia e valores dessa classe - as modificações profundas por que passavam instituições até então tidas como eternas e imutáveis. (Moura, 1964, p.10)

O caráter redutor das teorias científicas alienígenas, em face da realidade nacional, motiva o autor a lançar mão de conjectura e pragmatismo que têm como efeito imediato a presença constante das afirmações contraditórias e suas resultantes literárias, tais como as figuras da antítese e do oxímoro.

Walnice Nogueira Galvão (1995, p.23) diz que, analisando “*Os sertões* do ponto de vista literário, todos os defeitos e incorreções de informação e de reflexão, que se encontram sob a ótica de outras disciplinas, desaparecem... porque o dever número um do artista que escreve literatura é com sua própria imaginação, é com a estética”. O aparato científico tem, contudo, voz ativa na narrativa euclidiana e ignorá-lo significa prejuízo à compreensão da obra. As idéias e as teorias, empregadas na interpretação da realidade nacional, são amiúde buscadas e postas em relevo, adquirindo autonomia.

Em face da consciência da ineficácia dos pressupostos cientificistas e da ausência da verificação factual, nos é possível precisar o dilema de Euclides na sua ambição de apreender criticamente o objeto em estudo. É o que podemos verificar quando o autor, investido de juízo de valor e empenhado na análise da constituição étnica do brasileiro, faz áspera alusão aos antropólogos que, fugindo à tarefa penosa de subordinar suas pesquisas a condições complexas, contentam-se com “uma meia-ciência difundida num extravagar de fantasias... começam excluindo objetos oferecidos pelas circunstâncias mesológica e histórica... fazem repontar desta metaquímica sonhadora alguns precipitados fictícios... e arquitetam fantasias que caem ao mais breve choque da crítica”. (Cunha, 1985, p.144)

Talvez, esta alusão aos cientistas inclua o próprio autor, quando, por exemplo, antropomorfiza a natureza mediante uma visão trágica, transfigurando o real e favorecendo a criação de seu universo particular, que lhe permite dar novo significado ao objeto em estudo. À medida que descreve a vegetação, ou narra certos episódios, entremeia o discurso com



imagens e figuras buscadas na Bíblia, na mitologia greco-romana, na história universal.

Na quarta seção da parte I de *A terra*, é transparente o empenho do narrador em apontar os fatores determinantes da escassez de chuvas. Depois de muito analisar o aspecto físico da região acaba por revelar certa descrença na ciência, considerando-a “sem leis ainda definidas” e incapaz de explicar os “agentes desordenados e fugitivos”, relacionados ao flagelo da seca. Consciente das limitações científicas, busca as causas dos fenômenos climáticos através do paralelismo com situações análogas no passado.

Dessa forma, mediante uma ótica amplificada da realidade, volta-se para a disposição topográfica da região, observa a “repetição desoladora” dos períodos de seca, encontrando uma explicação satisfatória para as chuvas torrenciais e as estiagens prolongadas: o choque entre a massa quente que sobre as chapadas desnudas se forma e a ação dos ventos provindos do litoral.

Euclides da Cunha, desejando apreender as razões de tudo que é transtorno ao país e à sua gente, oscila entre duas tendências: uma colhida no campo das ciências, das afirmações avançadas, mas, por vezes, imprudentes; outra, fruto das concepções, dos conceitos e conjeturas que formulava ao caminhar sozinho, a partir da sua: a) visão direta que tinha da paisagem física, social e humana, isto é, de suas próprias impressões; b) intuição fervilhante; c) idealização artística que desenvolve tecnologias próprias; d) capacidade imaginativa e criadora, que tanto contribuíram para dar expressividade ao elemento factual e ao real concreto.

Tomando o dito de Walnice Nogueira Galvão, de que nada é aleatório em *Os sertões*, tudo indica que Euclides tem consciência da

necessidade da intervenção dessa duplicidade de ponto de vista, sem a qual não conseguiria transmitir aos pósteros a sua visão sobre o Brasil e sua gente e a sensação que a guerra injusta e fratricida lhe causara.

Nesse contexto, a sociologia acadêmica surge como expressão da autoconsciência de uma classe no poder - a burguesia - enquanto nos países subdesenvolvidos ela integra um corpo teórico, o qual é usado pelos sociólogos que, engajados com o poder, deles se utilizam com o objetivo de escamotear a mudança social e defender a estrutura da sociedade capitalista.

Com a introdução do conceito de evolução e progresso, surge o que Michel de Foucault chama de “era da história”. Dissolve-se a unidade histórica, ou seja, a coexistência da história moral, política e natural (descrição da flora, fauna e recursos naturais de uma região, dos costumes de seus habitantes, do modo de vida e governo). Na separação ou divisão dos saberes, os povos selvagens são excluídos do território do historiador, isto é, estabelece-se uma linha divisória entre: a) história do mundo civilizado, estendida às suas possessões ultramarinas; b) descrição de sociedades não ocidentais, tidas como selvagens e desprovidas de história e escrita, que são examinadas por disciplinas como a etnologia e a antropologia. Desse modo, a historiografia, tendo por objeto sociedades históricas, separa-se do discurso etnológico voltado para os grupos “selvagens”. Modelos literários, filosóficos e científicos como o positivismo e o evolucionismo ganham lugar de destaque.

Montesquieu relaciona a fraqueza, a timidez e a apatia dos habitantes dos climas quentes à exaltação de suas faculdades imaginativas. A partir da influência climática, ele explica as formas de escravidão e postula que os povos das regiões tórridas são os mais propensos à sujeição, ao

despotismo e à servidão. Roberto Ventura (1991, p.29) cita textualmente o conceito defendido pelo referido filósofo político: “a natureza, que deu a esses povos uma fraqueza que os torna tímidos, deu-lhes também uma imaginação tão viva que tudo os impressiona ao excesso”.

A existência de teorias que atribuem um papel determinante à influência do clima na natureza física e moral dos indivíduos e das sociedades remonta a antiguidade. Hipócrates, médico grego, que viveu entre finais do século V e inícios do século IV a.C, estabelece distinção entre europeus e asiáticos, a partir da tipologia climática.

Do clima, do solo e da mestiçagem adviriam os traços negativos do homem brasileiro, como relaxamento orgânico e moral, indolência, enervamento do corpo e enfraquecimento da coragem.

A visão européia do continente americano é ambivalente: ora prevalece a “imagem positiva da felicidade natural e inocente dos habitantes do clima fértil, ora a condenação dos seus costumes bárbaros” (Ventura, 1991, p.22). A América, como imagem do Éden, vista como região em eterna primavera, com temperatura constante, favorecendo sua ocupação pelo europeu, atraído pelo seu “fascínio”, coexiste com uma visão calcinada de negativismo.

Essa dicotomia abre espaço para um discurso impregnado da idéia da “inferioridade” do meio americano e da “fraqueza” de suas formas de vida. Enriquecida de novas concepções, chega ao século XIX, influenciando o universo pensante da época de Euclides. Foram aplicados princípios da “degeneração” aos animais, às plantas e ao homem da América, incluindo os descendentes europeus, vistos como povos sem história.

Esse contexto sociocultural e ideológico justifica a cosmovisão euclidiana dominada por duas linhas mestras, ambas de cunho determinista: a) a da inflexibilidade dos fatores mesológicos, entre eles o clima; b) a das raças superiores no plano histórico, segundo a tese aristocrática, que postula a superioridade da raça ariana, com a conseqüente condenação da mestiçagem, vista como fonte geral de instabilidade e desequilíbrio.

O discurso da ideologia civilizatória, com base na superioridade européia, posiciona povos e raças na história humana. A influência desse discurso é perceptível em *Os sertões* quando o narrador se manifesta como ideólogo, condicionado por uma visão essencialmente litorânea e acadêmica.

O resultado é a presença de conceitos negativistas, como: a) “a mistura de raças é, na maioria dos casos, prejudicial”; b) “a mestiçagem extremada é um retrocesso”; c) “o homem do sertão está em função imediata da terra. Seu isolamento deixou-o quase sem mescla de sangue africano, mas “é uma variável dependente no jogar dos elementos”; d) o homem, que vive no litoral revolvido pelas imigrações, “está sujeito “a mil causas perturbadoras [que] complicavam a mestiçagem” (Cunha, 1985, p.174-5).

O século XIX é o século dos resgates das raízes nacionais, do surgimento da história “científica” que analisa estruturas profundas, do conhecimento racionalizado, da pesquisa, da compilação e do estudo dos documentos. Euclides da Cunha vive dinamicamente este *zeitgeist*: busca as luzes da ciências, debruça-se sobre livros, arquivos e fontes diversas, mas não os deixa falar por si, interpela-os com sua singular imaginação, com suas “intuições lampejantes”, que o colocam na situação de vanguarda, de inovador, sem, contudo, abandonar a tradição clássica, herdada dos gregos e latinos e certas características legadas do

Romantismo, como o apego à terra, a busca do nacionalismo. Conjuga, assim, tradição e inovação; revela-se ambíguo, porque a ambigüidade está presente na própria ambiência em que se dá a sua inserção de cidadão, de homem público participante.

O racismo europeu, transplantado para o Brasil, surgiu como um instrumento de defesa dos interesses da nobreza contra as reivindicações burguesas. Serviu como instrumento de manutenção dos privilégios estamentais, apresentados como expressão jurídica das desigualdades naturais entre os homens. Através das obras de vários estudiosos, entre eles Herbert Spencer, as idéias racistas foram integradas ao cientificismo. O racismo científico foi adotado a partir de 1880, enviesando os ideários liberais ao refrear suas tendências igualitárias e desmoralizantes. Em nosso país, as teorias racistas ligaram-se aos interesses de alguns grupos letrados e dos colonialistas e imperialistas.

A visão negativista do homem tropical e notoriamente do mestiço, tida como científica e realista, foi empregada na abordagem do caráter do homem brasileiro até o último quartel do século XIX. Essa visão é espelhada não só em *Os sertões*, mas nas obras de Sílvio Romero, de José Veríssimo, do médico e antropólogo baiano Nina Rodrigues, entre outros, que pensavam a miscigenação como sinônimo de degeneração. Sílvio Romero chegou a propor o “branqueamento” como saída para reabilitar as raças “inferiores”. Encontra-se, assim, uma “solução” para o dilema racial que escapava às previsões pessimistas sobre o futuro da civilização brasileira, sem contudo contestar os fundamentos do racismo. Enquanto Sílvio Romero privilegia a raça, Araripe Júnior destaca o meio.



Segundo o historiador Hipollite Taine, três fatores determinaram o estado moral e a atividade espiritual de um povo: a) raça, isto é, disposições inatas e hereditárias; b) meio, ou ambiente físico e geográfico; c) momento. Para Taine, o olhar crítico do historiador desloca-se do objeto em estudo para investigar os fatores naturais que explicam o estado moral de cada povo e época.

Euclides deixou-se influenciar por esse impulso, mas não de modo ortodoxo ou dogmático. Teve consciência das limitações, lacunas e impotência das leis científicas, diante não só do desconhecido, mas também do ignoto, do “homizio de famigerados facínoras” do arraial canudense. Com esta perspectiva, cremos poder identificar alguns aspectos da interpretação histórica do conflito de Canudos, espécie de laboratório utilizado pelo escritor, para explicar uma problemática muito mais complexa e de âmbito nacional.

2. Humboldt e Euclides

Acreditamos que Euclides, ao determinar a proposta de composição de *Os sertões*, tinha como meta, apagar fronteiras e aproximar-se do que hoje preconiza os teóricos, defensores da historiografia aberta à intertextualidade, à interdisciplinaridade. Coloca em conexão e em comunhão recíprocas, narrativa ficcional, narrativa histórica e aparato científico. Embora integrado na cosmovisão científico-positiva, o escritor usou reserva pessoal, espírito crítico e mescla de saberes.

A história em *Os sertões*, caracteriza-se: a) pelas hibridações entre tradição, inovação, engajamento teórico, metodologias, disciplinas; b) pela

libertação à submissão cega a propostas e interesses estabelecidos; c) pelo emprego da narrativa “multivocal” ou “polifônica”, que faculta a fuga a um ponto de vista único; d) por seu caráter de ciência não especializada, que só adquire sentido na sua relação interdisciplinar; e) pela presença do vezo poético: Euclides da Cunha foi defensor das criações artísticas nos tratados científicos, sendo apontado como artista da palavra.

O universo das artes ou universo ficcional, da representação, encadeado e inter-relacionado a outros campos do saber não é estranhável: na história da Humanidade, as grandes lições sempre foram apresentadas de forma poética, simulada ou velada, a fim de sobreviverem aos tempos e terem o seu significado interpretado conforme os parâmetros de cada época. Citamos, como exemplo, obras religiosas como o Vedanta, a Bíblia, o Alcorão e obras literárias imortais como as de Homero, Virgílio, Ovídeo, Horácio.

Vários cultores da filosofia da ciência combinaram interesse literário e interesse científico nos campos do conhecimento e da ação. Dentre eles, citamos Hipollite Taine, Herbert Spencer, Alexander von Humboldt, Saint Hilaire, Hegel, Buckle, Carl Friedrich von Martius. Alguns estiveram no Brasil no primeiro quartel do século XIX, deixaram suas influências e têm seus nomes citados em *Os sertões*. O cientista e viajante alemão, Alexander von Humboldt, percorreu a região do Rio Orenoco, que é um dos principais formadores do Rio Negro e, portanto, do Amazonas; transpôs o Rio Cassiquiare, entre os Andes e o maciço da Guiana, chegando até a fronteira do Brasil, já no Rio Negro.

Parafraseando Miguel Reale (1993, p. 68), Spencer referia-se à poesia, à escultura e à música como “flores da civilização”, embora



declarasse que “não se deve abandonar a planta, a instrução científica, para cuidar antes da flor, que neste caso brotará degenerada.

Conforme registra Roland Barthes (1988, p.149), é mera ilusão acreditar que o referencial fale por si. Cabe tanto ao literato, quanto ao pesquisador, em geral, dar-lhe sentido e significado. Logo, a questão da objetividade absoluta é ilusória ou questionável. Essa ilusão não é exclusiva do discurso histórico, pois na época realista muitos autores acreditavam ser “objetivos” por suprimirem de suas obras os signos do eu.

Por outro lado, as artes são, entre as razões da inteligência humana, as mais livres, criadoras e espontâneas em seus objetivos e realizações.

Euclides da Cunha é confrontado com Alexander von Humboldt (1769-1859), que durante meio século viaja, anota, descreve e reúne suas observações da natureza, sobretudo hispano-americana. O cotejo é empregado por Luiz Costa Lima, em *Terra Ignota*, ao julgar possível que o escritor fluminense tenha se deixado influenciar não só pelo naturalista acima, mas também por geógrafos, historiadores e cronistas diversos. Transladamos de *Terra Ignota* trecho do prefácio do livro-síntese, *Kosmos*, de Humboldt:

O resultado mais importante de um estudo racional da natureza é capitar a unidade e a harmonia nesta imensa reunião de coisas e de forças... O sentimento da natureza grande e livre se apodera de nossa alma e nos revela como por uma misteriosa inspiração, que as forças do universo são submetidas a leis. (Lima, 1997, p.221)

Mediante a análise semântica do excerto, que traz a descrição física da natureza, percebemos que Humboldt sugere e suscita o equilíbrio da imaginação e do conhecimento como caracterizador da beleza e da experiência, numa alusão implícita à poderosa unidade que rege o mundo, com suas leis pré-estabelecidas, colocando em conexão, em encadeamento, formas e forças diversas.

Ao fazer uma leitura crítica de *Kosmos*, Luiz Costa Lima deixa registrado que Humboldt e Euclides preservam a imagem de homens conscientes de que a escrita científica ideal condensa ressonância estilística e emprego de imagens. Ambos, contemporâneos da disciplina histórica como ciência e, ao mesmo tempo, da legitimação da literatura como discurso autônomo, legam aos pósteros a lição de que é possível, sem prejuízo da unidade e valor da obra, consorciar harmoniosamente literatura e história, descrição de cunho científico e incursão dos recursos literários.

O confronto feito por Luís Costa Lima abre, assim, a possibilidade de curiosas relações. Humboldt inverte a imagem negativa dos trópicos e do clima americano e, o mais notório, provoca mudança na abordagem da natureza. Esta passa a ser buscada como objeto científico e não só como correlato estético, diluindo a “visão de paraíso” e as imagens redutoras da filosofia iluminista. Euclides busca uma nova abordagem da história e deixa o testemunho do consórcio bem sucedido entre descrição científica e nobres prazeres da contemplação do bem, belo e verdadeiro. Essa simultaneidade de discursos é responsável pela recepção prazenteira do leitor e pelo caráter de permanência da obra, através do tempo.



Capítulo VI

Os sertões: obra de literatura e obra de história

Euclides da Cunha provou que elegância e vigor de frase, imagens rutilantes, sombras e colorido, que são do manejo corrente dos bons escritores, nada perdem quando o autor conhece bem os fenômenos descritos – o que por si só, caracteriza o espírito científico. (E. Roquette Pinto)

1. A história em *Os sertões*

Iniciamos o presente capítulo partindo da premissa de que tanto a história quanto a literatura não têm existência em si. Somos nós que as construímos como objeto de nossa compreensão e assimilação. É sob essa perspectiva que fazemos uma aproximação da história com a literatura.

Na identificação do referencial histórico, o método comparativista torna possível o confronto dos fatos históricos, interpretados por Euclides em *Os sertões*, com suas crônicas escritas enquanto repórter de guerra, que, como vimos, fazem parte da matéria bruta empregada na construção do livro.

A observância do elemento histórico será feita também mediante o paralelismo e a análise de outras fontes, entre elas documentos, registros, depoimentos de testemunhos, informes colhidos da tradição oral, obras de alguns autores que tratam do mesmo assunto, como as de Manuel Benício e de Afonso Arinos, entre outros. O primeiro integra o rol dos intelectuais brasileiros que defendeu a causa dos canudenses, esteve presente na área de deflagração do conflito, encarregado de fazer a cobertura da guerra a serviço do jornal *O Comércio*, testemunhando os grandes acontecimentos da Segunda Coluna.

Manuel Benício, motivado pelo conflito de Canudos, escreveu a crônica histórica e de costumes sertanejos *O Rei dos Jagunços*. Afonso Arinos, autor de *Os jagunços*, pertencia a um círculo aristocratizante. Monarquista convicto, colocou-se a serviço da “verdade histórica”, sendo o primeiro a utilizar o jagunço como tema de livro. O aparecimento inicial de seus escritos, motivados na campanha de Canudos, ocorreu pela primeira



vez nas páginas do jornal *O Comércio de São Paulo*, em forma de folhetim, em 1898. No mesmo ano, foi publicado em volume, com pequena tiragem. Tal como Euclides, pela via da história e da ciência, pretendeu escrever a versão mais verdadeira do conflito de Canudos, incorporando a seu texto documentos e notas oficiais, apontando devidamente as fontes.

O criador de *Os sertões*, talvez por displicência no registro de fontes, não faz alusão à obra de Afonso Arinos, nem à de Manuel Benício. Apesar da omissão, constatamos, no livro de Euclides, a presença de trechos, episódios, imagens e até detalhes que fazem parte do texto de Afonso Arinos. Muitos deles não integram as crônicas de *Canudos, diário de uma expedição*. É o caso da prática da degola, enfaticamente registrada em *A luta*: “Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República... Era o prólogo invariável de uma cena cruel... dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço... degolavam-na. (Cunha, 1985, p.533)

Um outro elo comum em Arinos e Euclides é a ênfase ao heroísmo do sertanejo; a alusão à necessidade de incorporá-lo à comunidade político-social do país; a crítica à atitude do governo e do Exército, em relação à comunidade canudense. Para Arinos (1985, p. 310) “venceu [a luta], como devia vencer, a força que representa a civilização; venceu a autoridade que o jurista chama a mais alta expressão de toda força”. Euclides da Cunha, (1985, p.176) assevera que “a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização”, porque é, ela própria, bárbara.

Os dois escritores fazem alusão ao episódio envolvendo os filhos de Macambira, que atacam a “matadeira”, nome dado ao canhão *Whitworth*. Euclides a ele se refere nas suas reportagens de guerra e em *Os sertões*. Diz que se trata de uma história ouvida “pelos soldados enfermos, em perene

contato com o povo”, soldados que se tornam “colaboradores inconscientes das lendas, que envolverão mais tarde esta campanha”. A cena, embora apresente uma base real, é descrita com imaginação, riqueza de pormenores não documentados, minúcias de pura ficção e espelha “a energia inamogável” daqueles “rudes patrícios”, “caçadores de Exércitos”:

No dia 1º de julho, o filho mais velho de Joaquim Macambira, rapaz de dezoito anos, abeirou-se do ardiloso cabecilha:

“Pai! Quero escangalhar a matadeira!”

O astuto guerrilheiro... acobreado e bronco encarou-o impassível:

“Consulta o Conselheiro e vai”...

Os fanáticos contemplam-na algum tempo. Aprumam-se depois à borda da clareira. Arrojam-se s/bre o monstro. Assaltam-no; aferram-no; jugulam-no. Um traz uma alavanca rígida. Ergue-a num gesto ameaçador e rápido... E um brado de alarma estala na mudez universal das cousas; multiplica-se nas quebradas; enche-se o espaço todo... sacudindo-se num repelão violento o acampamento inteiro. Num segundo, os assaltantes se vêem num círculo de espingardas e sabres. Um apenas se salva - chamuscado, baleado, golpeado - correndo, saltando, rolando, impalpável entre os soldados tontos...

Estes e outros casos - exagerado romancear dos mais triviais sucessos - dando à campanha um tom impressionante e lendário. (Cunha, 1985, p. 477)



O quadro, embora sem nenhuma ligação aparente com a ação central, é veiculador de informação. Conota o heroísmo do sertanejo, a discrepância entre o equipamento bélico das duas forças combatentes e reflete o pavor que os canhões despertavam nos jagunços. O narrador mostra o episódio mediante uma focalização que lembra a visão de uma testemunha ocular, quando na realidade sabemos que o conheceu por depoimento de terceiros.

Afonso Arinos, ao descrever os bombardeios, faz menção às “proezas da matadeira”, afirmando que:

Joaquim Macambira, pediu licença ao chefe para ir agarrar a bicha”. O pai, o velho Macambira, relutou em aceder aos desejos do filho. Mas, por fim, consentiu, e o rapaz reuniu onze companheiros e partiu com eles a tomar o canhão... Surgiram rápidos e avançaram terríveis... Então, um a um, aqueles lutadores feros foram caindo sem recuar... exceto um, que rompendo como um demônio, por entre os feixes de baionetas, ganhou a caatinga e desapareceu. (Arinos, 1985, p.264)

Bem diversa, embora bastante significativa pela abrangência de sentidos nela implícito, é a cena que tem como personagem central Antônio Beato. Trata-se de um episódio verídico, narrado também por um médico baiano, contemporâneo dos acontecimentos de Canudos, Dr. Aristides César Spinola Zama(1989), que dois anos após o conflito publicou, em opúsculos,

Libelo Republicano, acompanhado de comentários sobre a Guerra de Canudos, comprovando que o incidente narrado ocorreu realmente.

O narrador-voz de *Os sertões*, empenhado em atribuir valor documental ao acontecimento e em convencer o leitor quanto à sua autenticidade, afirma que ele fora transladado, sem alteração, de um *Diário* e que seu conteúdo tem “o valor da própria incorreção derivada do tumulto em que se traçara (Cunha, 1985, p. 563).

O narrador apresenta um retrato físico do personagem real, Antônio Beato, utilizando-se de suas características físicas e psicommentais, como signos caracterizadores da psicologia coletiva. Cedendo a fala aos personagens, mostra sua prosódia, seu falar enérgico, costumeiro e lacônico, que teria causado estranhamento e risos entre os soldados litorâneos: como, por exemplo, “caminheira” - expressão usada para designar disenteria.

“Beatinho” viera apresentar-se diante das linhas dos sitiadores, notadamente à presença do general Artur Oscar. Chegara acompanhado do único sertanejo bem nutrido do arraial, Barnabé José de Carvalho.

Para justificar essa divergência entre a gente sertaneja e o referido personagem, o narrador lança mão da conjectura: provavelmente, Barnabé era de ascendência de flamengos⁶, que por “largos anos” estiveram “naqueles territórios”. Vieram entregar-se, mas não falavam em nome dos companheiros.

Artur Oscar pede-lhes que tragam a sua gente, que terá a vida garantida: “Não morrerão... Serão entregues ao governo da República”. Conforme enunciado em nota de rodapé, em *Os sertões*, a reprodução do diálogo é integral:

⁶ Observamos que o único personagem bem nutrido era de ascendência holandesa.

Antônio, o Beatinho, acólito e auxiliar do Conselheiro dirige-se a um dos comandantes das tropas oficiais. " Vem se entregar, lançando sobre os circunstantes um olhar sereno. Fala do "bom Conselheiro" que está no céu, das causas que provocaram sua morte: uma caminha (disenteria). Dizia não falar pela sua gente, mas por si próprio. Recusa a missão de convencer os companheiros de se entregarem, em troca de garantia de vida. É interrompido por um companheiro que o acompanhava: "Viu-se, pela primeira vez, um jagunço, bem nutrido e destacando-se do tipo uniforme dos sertanejos. Chamava-se Barnabé José de Carvalho, chefe da Segunda linha dos "jagunços". Tinha o tipo flamengo... olhos azuis e grandes; o cabelo alourado... apresentou logo como credencial o mostrar-se duma linguagem superior... Era casado com uma sobrinha do capitão Pedro Celeste, do Bom Conselho... depois contraveio...

Vamos! Homem! Vamos embora... eu falo uma fala com eles... deixe tudo comigo. Vamos! ...

A crítica dos acontecimentos indica que aquilo foi, talvez, uma cilada... A entrada do prisioneiro foi comovedora. Vinha solene, na frente, o Beatinho... O arraial in extremis, punha-lhes adiante, naquele armistício transitório, uma legião desarmada, mutilada, faminta e claudicante... A vitória tão longamente apetejada decaía de súbito. Repugnava aquele triunfo... Nem um rosto viril, nem



um braço capaz de suspender uma arma... velhas e moças indistintas na mesma fealdade, escaveiradas e sujas, filhos escanchados nos quadris... crianças, velhos, enfermos opilados... Uma megera assustadora, bruxa rebarbativa e magra - a velha mais hedionda talvez destes sertões. Tinha nos braços uma menina, neta, bisneta, tataraneta talvez. Essa criança horrorizava. A sua face esquerda fora arrancada... por um estilhaço de granada... Aquela velha carregava a criança mais monstruosa da campanha... via se, então, pela primeira vez, em globo, a população de Camudos... Um ar de família em todos delatando, iniludível, a fusão perfeita de três raças. (Cunha, 1985, p.564-5)

A voz narrativa intervém na apresentação cênica para emissão de juízos de valor e interpretação do relato. Diz que “Beatinho” talvez tenha dado um “golpe de mestre”, revelando-se caridoso e “consumado diplomata”, ou seja, alentado pelo desejo de “fazer um último sacrifício em prol da crença comum”, agindo de boa-fé, tenta salvar das balas “entes miserandos”: velhos, mulheres, enfermos e crianças, deixando, assim, livres para lutar, até o esgotamento total, os poucos homens ainda existentes no arraial. A cena é uma alusão à luta desigual e injusta. Entre o relato encontrado em *Os sertões* e o presente em *Libelo Republicano* há muitas afirmações comuns, confirmando a veracidade deles. No primeiro, Beatinho volta acompanhado de “umas trezentas mulheres e crianças e meia dúzia de velhos imprestáveis”, mas não deixa muito transparente o destino do lastimoso séquito, não mencionando a prática da degola dos prisioneiros.



César Zama (1989, p.37-8) assevera que mediante a promessa do general Oscar Artur em respeitar a vida dos canudenses que se entregassem, “Beatinho voltou ao arraial; reuniu um grupo superior a mil indivíduos, composto de mulheres, crianças, velhos, feridos, enfermos, e horas depois... Beatinho e todos os infelizes, que o acompanharam, sem exceção de um só, foram friamente degolados”.

O ritual ou cerimônia conhecido como “beija” das imagens também faz parte das inúmeras transcrições de cenas, de reprodução de diálogos e incidentes, que o autor não presenciou e que, provavelmente, nenhuma testemunha teria relatado com a riqueza de detalhes que encontramos no livro. Esse ritual foi abordado primeiramente por Frei João Evangelista do Monte Marciano, capuchinho italiano, que esteve em Canudos. Acompanhado pelo Vigário do Cumbe, padre Vicente Sabino dos Santos, que pastoreava o rebanho de Canudos e o Frei Caetano de S. Leo, constituíam a tríade, que tinha como delicada missão dissolver pacificamente a gente do “Bom Jesus”. “O terço em vez do fuzil”, era a solução preconizada.

Ao voltar para Salvador, esse religioso elaborou o denominado *Relatório*, documento que sobressai entre os primeiros informes que conhecemos sobre Canudos, tendo sido utilizado como fonte histórica por vários estudiosos, historiadores e escritores, entre eles Afonso Arinos e Euclides da Cunha. Na atualidade é alvo de atenção dos críticos e historiadores, notoriamente, do historiador e pesquisador José Calasans.

Euclides da Cunha deixou de mencionar a referida cerimônia em suas crônicas, mas a incorporou em sua principal obra.



O emprego do método comparativista fortalece a constatação do labor intertextual, da caracterização do palimpsesto, da veracidade do relato histórico em *Os sertões*. O escritor amparou-se na pesquisa, consultou registros, buscou as fontes exequíveis na época, apropriou-se de informes tidos como fidedignos. Entre estes, estão os colhidos no *Relatório* escrito pelo Frei João Evangelista ou em obras escritas no decorrer do conflito, como o romance *Os jagunços*, de Afonso Arinos.

*Relatório*⁷

... e à noite vão cantar Benditos na latada, acendendo fogueiras quando é tempo de frio... e as cerimônias do culto a que preside, e que se repetem mais amiúde entre os seus, são mescladas de sinais de superstição e idolatria, como é, por exemplo, o chamado Beija das imagens, a que procedem com profunda prostração e culto igual a todas sem distinção entre as do Divino Crucificado, e da Santíssima Virgem e quaisquer outras.

Os jagunços

À tarde de cada dia, o povo todo se ajuntava para cantar o Bendito, rezar o terço, ou fazer outras orações.

Havia constantemente a cerimônia do "Beija", em que a gente do Belo Monte ia prestar culto às imagens dos santos e todas as pessoas,

reverências, osculavam as imagens. (Arinos, 1985, p.252-3)

Os sertões

As rezas, em geral, prolongavam-se. Percorridas todas as escalas das ladainhas, todas as contas dos rosários, rimados todos os benditos, restava ainda a cerimônia final do culto, remate obrigado daquelas. Era o “beija” das imagens. Instituíra-se o Conselheiro completando no ritual fetichista a transmutação do cristianismo incompreendido. Antônio Beatinho, o altareiro, tomava de um crucifixo; contemplava-o com o olhar diluído de um faquir em êxtase; aconchegava-o do peito, prostrando-se profundamente; imprimia-lhe ósculo prolongado; e entregava-o, com gesto amolentado, ao fiel mais próximo, que lhe copiava, sem variantes, a mímica reverente. (Cunha, 1985, p.246-7)

O fragmento transladado de *Os sertões* conjuga intenção documental e plasticidade da palavra. O escritor compara o olhar místico de Beatinho ao olhar de um faquir em êxtase. O eixo comum entre os três discursos consiste no seu tom impregnado de preconceito a propósito das práticas religiosas de Conselheiro e seu rebanho.

Também, a afirmação de que a revolta de Canudos não tinha caráter de conjuração e nem visava à restauração monárquica, feita por Afonso Arinos, é endossada por Euclides. Walnice Nogueira Galvão cita

textualmente um artigo escrito por Afonso Arinos, quatro dias após a queda do arraial, onde afirma, entre outras coisas, que:

A luta da Bahia indica um estado d'alma que em parte alguma da terra, em época alguma da história, poderia ser produzida pela ação de um ou mais homens inteligentes, com fito político. Ela veio registrar a manifestação de um fenômeno, cuja elaboração deveria Ter sido lenta e funda. Admitir-se que a simples ação de um indivíduo possa produzir o fanatismo de um povo, é ser cego, é não conhecer coisa alguma de história ou de sociologia. (Galvão, 1976, p. 66-7)

Percebemos que, a rigor, tanto Arinos quanto Euclides não viam em Canudos propósitos, revanches de caráter monarquista. Tudo não passava de boatos e alarmes falsos, pois caso tratasse de um levante pró-monárquico os sertanejos agiriam em todo o sertão e não num arraial distante e isolado. Tudo indica que Afonso Arinos percebeu não se tratar de levante restaurador, mesmo estando longe da arena dos acontecimentos. Euclides, entretanto, inicialmente, chegou a comparar Canudos com a província monarquista, em território francês, a Vendéia. O contato com os canudenses, na última fase da campanha, foi-lhe o despertar para novas verdades. O engenheiro vingador, através do capítulo V da parte II, ao referir-se a Antônio Conselheiro, convicto de não se tratar de uma sublevação restauradora, manifesta-se:



Pregava contra a República: é certo.

O antagonismo era inevitável. Era um derivativo à exacerbação mística; uma variante forçada ao delírio religioso. Mas não traduzia o mais pálido intuito político: o jagunço é tão inapto para apreender a forma republicana como a monárquico-constitucional. Ambas lhe são abstrações inacessíveis. É espontaneamente adversário de ambas. Está na fase evolutiva em que só é conceitual o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro. (Cunha, 1985, p.248)

O confronto, no terreno da história, suscita a Euclides a metáfora da Vendéia. E dela não se liberta, pois, mesmo consciente de seu erro inicial, em julgar o arraial canudense como foco monarquista, prefere continuar empregando a analogia, ora para criticá-la, ora para confirmá-la. Talvez a recorrência prossiga por questão de pudor, por lhe faltar a humildade necessária para o reconhecimento do *mea culpa*, ou por comprometer-se com o dito, assumindo a instância da enunciação. Nas *Preliminares de A luta*, volta a insistir no emprego do símile. O narrador heterodiegético diz que “o espantalho da restauração monárquica, negrejava, de novo” e “os sertanejos apareciam como os *chouans*”.

Malgrado os defeitos do confronto, Camudos era a nossa Vendéia. O chouan e as charnecas emparelham-se bem com o jagunço e as caatingas. O mesmo misticismo, gênese da mesma aspiração política; as mesmas ousadias servidas

aspiração política; as mesmas ousadias servidas pelas mesmas astúcias, a mesma natureza adversa, permitiam que se lembrassem aquele lendário recanto da Bretanha, onde uma revolta depois de fazer recuar Exércitos... só cedeu ante as divisões volantes... do general Turreau. (Cunha, 1985, p.282)

Três líderes da insurreição da Vendéia são comparados a personagens canudenses: “o bronco Pajeú emergia com o *facies* dominador de Chatelineau. João Abade era um Charette de chapéu de couro” (Cunha, 1985, p.461). Os prisioneiros de guerra canudenses eram obrigados, antes de serem degolados, a darem um “Viva a República!” a mando das tropas, que por sua vez usavam o exclamativo como grito de guerra, ao saudar um superior. Este uso também fora tomado de empréstimo dos revolucionários franceses e conota que seus ideais pairavam não só sobre Euclides, mas sobre o Exército, embora nem todos os tenham assimilado em sua essência.

Para Euclides, Antônio Conselheiro era a síntese da própria sociedade que liderava. O fanatismo era o enfeixamento, o fulcro agregador, apoiado num discurso místico, de milhares de forças ou energias individuais concentradas em uma só pessoa. Depois de reconhecer que o reduto canudense “não traduzia o mais pálido intuito político”, retrata o líder do “humilimo vilarejo” como símbolo de uma época, de um meio social: “Antônio Conselheiro, espécie bizarra de grande homem pelo avesso, tem o valor de sintetizar admiravelmente todos os elementos negativos, todos os agentes de redução do nosso povo” (Cunha, 1985, 248). Reflitamos, a seguir, sobre a dedução análoga de Arinos:



Considerando o fenômeno [Canudos] num ponto de vista elevado, prova-se, diante da história do homem, em todos os tempos, que um indivíduo, cuja ação é intensa e larga na vida de um povo, não representa mais do que a síntese do espírito coletivo; seu caráter forma-se dos elementos que existem no conjunto, e sua energia, representa, em grau de maior intensidade, as energias individuais do grupo sujeito à sua influência. (Arinos, Afonso, 1985, p.188)

Os dois escritores, que fizeram história e literatura do fato Canudos, enfatizam o isolamento trissecular do sertanejo; a necessidade de incorporação do homem do sertão à sociedade nacional; a forte influência européia na sociedade “copista” do litoral; a natureza inculta e protetora, espécie de duplicata do jagunço.

Euclides e Arinos tiveram acesso às mesmas fontes: Exército, políticos, informes de testemunhas oculares, prisioneiros de guerra e, principalmente, imprensa. Sendo a obra de Arinos editada, em volume, em 1898, é bem provável que Euclides a tenha lido.

A cena trágica, presenciada por Euclides no arraial entre ruínas, no penúltimo dia de guerra, aparece em suas reportagens, em *Os sertões* e em *Os jagunços*. O narrador onipresente da obra euclidiana afirma que alguns soldados, ao se aproximarem do último reduto dos canudenses, “colheram de um lance a situação dos adversários: numa cava quadrangular, de pouco mais de metro de fundo... uns vinte lutadores esfomeados e rotos, medonhos de ver-se, predispunham-se a um suicídio formidável. Chamou-se aquilo o

“hospital de sangue” dos jagunços. Era um túmulo... lá estavam os mortos , alguns de muitos dias... (Cunha, 1985, p.570-1)

Contemporâneo dos acontecimentos de Canudos, tudo indica que Euclides tivera acesso às informações de imprensa. Alguns desses documentos foram utilizados na elaboração do livro, tornando-se elementos internos à sua estrutura discursiva.

O livro de Manoel Benício, por exemplo, apresenta algumas aproximações com *Os sertões*. A similaridade entre os dois autores tem início na própria montagem de construção de seus livros. Benício, ao compor *O Rei dos Jagunços*, dividiu-o em duas partes, tendo como objetivos essenciais buscar, no passado, as causas remotas da guerra de Canudos e traçar o perfil de Antônio Conselheiro. A análise minuciosa da Quarta expedição é feita numa abordagem muito semelhante entre os dois autores, provando que Euclides utilizou *O Rei dos Jagunços* como fonte. Ambos iniciam o capítulo analisando o clima de “comoção nacional”, do “desvairamento” de opiniões exacerbadas e falhas, dos disparates de toda sorte, principalmente na capital federal. Sem determinar a fonte, Euclides cita um texto, que diz resumir a ansiedade patriótica “numa moção incisiva”:

O povo do Rio de Janeiro reunido em meeting e ciente do doloroso revés das armas legais nos sertões da Bahia, tomadas pela caudilhagem monárquica, e congregado em torno do governo, aplaudindo todos os aros de energia cívica que praticar pela desafronta do Exército e da pátria,

aguarda, ansioso, a sufocação da revolta. (Cunha, 1985, p.372)

O fragmento traduz intenção de objetividade do autor, numa remissão à fonte, intensificando o valor documental da obra. O narrador-voz mostra “o desvairamento geral da opinião”, “um intenso agitar de conjecturas para explicar o inconcebível do acontecimento” de 3 de março (Cunha, 1985, 372), que culminou com a morte de Moreira César, do “ilustre” coronel Tamarindo e de tantos outros oficiais “briosíssimos” do Exército.

Transformado em caixa de ressonância de outras vozes, o aludido narrador, cita as manifestações de diversas categorias sociais: Prudente de Moraes, presidente do país, teria afirmado - “sabemos que, por detrás dos fanáticos de Canudos, trabalha a política. Mas nós estamos preparados, tendo todos os meios para vencer, seja como for contra quem for” (Cunha, 1985, 373). Mostra também a visão do povo: “a multidão, aos gritos de viva a República e à memória de Floriano Peixoto”, exige punição imediata aos rebeldes, invade jornais, redações, tipografias e quaisquer outros estabelecimentos monarquistas ou supostamente monarquistas, deixando os destroços, que foram incendiados na Rua do Ouvidor, um expressivo “auto-de-fé”, conforme palavras do próprio autor. O narrador onisciente é, também, um focalizador, apresentando-se como se estivesse com uma câmara fotográfica de longo alcance, procurando tudo enquadrar no seu ângulo de visão. Dirigindo-se implicitamente ao leitor e referindo-se, ainda, a esse momento, em que se faz, conforme Walnice Nogueira Galvão, humor e sátira com a guerra de Canudos, afirma:



Interrompamos, este respigar em ruínas...

As linhas anteriores têm um objetivo único: fixar de relance, similares que se emparelham na mesma selvatiqueza. A rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro. E a guerra de Canudos, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral. O homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos. (Cunha, 1985, p.393)

Euclides não se limita apenas em narrar os acontecimentos, mas também em mostrá-los de forma crítica. O homem do litoral, representante da “civilização” e do “progresso”, capaz de enlugar e encobrir “tênue verniz de cultura” é o apontado como “troglodita completo”. Sua atitude é, visivelmente, de assombro, de denúncia, de afronta e, sobretudo, de repúdio não só por tudo que presencia, mas pelo que suas “intuições lampejantes” e profundas lhe permitem apreender: “a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia... Rompia nas capitais do litoral. O homem do sertão... tinha parceiros mais perigosos”. (Cunha, 1985, p.373)

Confrontemos esse painel constrangedor e representativo - pelas informações híbridas e sintomáticas que o narrador fornece, painel calcinado pela idiossincrasia do gênio criador e perscrutador de Euclides - com as considerações de Manoel Benício:



O Sr. Dr. Prudente de Moraes havia reassumido as suas funções de presidente da República poucos dias antes de chegar a esta capital a lutuosa notícia da derrota e da morte do coronel Moreira César. A impressão foi tremenda e grande a irritação dos partidários que traçavam planos na empresa de Camudos.

As cenas que tiveram por teatro as ruas desta capital foram vergonhas e horrores. A capital da República por dois ou três dias parecia entregue à mazorca... Tratou-se de levantar o prestígio dos poderes públicos tão ousadamente afrontados pelos jagunços, sendo resolvida a partida de nova expedição, e mais forte, para os sertões da Bahia.
(Benício, 1997, p.161)

Os erros estratégicos do general Artur Oscar, comandante da expedição da Primeira Coluna, são apontados por ambos: Euclides (1985, p.385) declara que “o chefe expedicionário... não se preocupou com aspecto social de uma campanha que, reduzida ao domínio estreito da tática, se resumia no aproveitamento do terreno e numa mobilidade vertiginosa”. Contrariamente a essa necessidade, o general citado “só tem uma tática – a da imobilidade”. Uma série de outros desatinos, bem como referências, são apresentadas numa mesma linha reflexiva, incluindo as atitudes sensatas de iniciativa do general Salvaget.

Manoel Benício retrata esse episódio em suas reportagens, onde acusa o general Oscar da responsabilidade de expor a Primeira Coluna a riscos inúteis. Walnice Nogueira Galvão (1974, p.237) transcreve trecho da

sua reportagem de 4 de julho de 1897, onde ele afirma: “É doloroso confessar que deste abalo seria culpado um general republicano como Artur Oscar”.

Ao transpor esse episódio para *O Rei dos Jagunços*, Manoel Benício critica a vaidade do general, por desejar atacar Canudos antes da Segunda Coluna, descrevendo o pânico dos soldados, entregues à sorte e desorientados pelo revide inimigo.

O referencial histórico abordado pelo criador de *Os sertões* não se restringe, contudo, ao evento de Canudos. Há uma recorrência à história da humanidade, onde busca o símile que é empregado em sua narrativa sempre que o objeto de estudo ou a realidade, para a qual se volta, se manifeste inconcebível pelo aparato discursivo. Em outras palavras, quando o episódio real abordado é inapreensível como objeto de representação, o narrador lança mão da comparação, buscando no equivalente o sentido atribuído alhures a essa realidade.

Em outras situações, o referencial histórico é usado para reforçar o poder persuasivo da diegese⁸. A Campanha Federalista, que dera ao coronel Moreira César a fama de debelador, é citada porque cria condições favoráveis à representação de um retrato, de caráter impressionista. Trata-se, portanto, de um personagem real, estilizado em tipo-síntese, representativo do contexto sócio, político e cultural do momento, que, agindo sobre a história, “era a caricatura do heroísmo”, de “heróis imortais de quarto de hora”, entrando, “surpreendidos e de repente pela história dentro, aos

⁸ Conforme Gérard Genette (1976, p.12), diegese é a narrativa enquanto história, organização funcional e sequencial do texto; sentido histórico dos elementos que compõem essa organização.

encontrões, como intrusos desapontados, sem que se pudesse saber se eram bandidos ou santos”. (Cunha, 1985, p.322)

É pertinente colocar a Revolução Francesa como o evento histórico mais importante dentro do quadro referencial de Euclides da Cunha, que transcende ao nível meramente alusivo. A razão parece-nos óbvia, pois o Brasil, mesmo emancipado politicamente, mas vivendo um regime imperial e escravocrata, ficara à margem do movimento geral da emancipação política das Américas, que se libertaram sob a forma de um regime republicano. De 1789 a 1889, os ideais da Revolução Francesa expandiram-se, alcançando alto grau de receptividade em nosso país.

Não só Euclides, como toda a sua geração, tinha nesse significativo marco histórico o modelo de liquidação do Antigo Regime, monárquico e escravocrata. O narrador-voz de *Os sertões* descreve a chegada do comboio oficial, a 13 de julho. Ao iniciar o combate, surpreende “os matutos brancos” com uma salva de vinte e um tiros de bala, em comemoração à “data nacional”, que corresponde ao 14 de julho, dia da tomada da Bastilha, marco da Revolução Francesa. Numa alusão explícita aos ideais da Revolução, “justifica” a homenagem prestada pelas tropas oficiais, antes de iniciar o “assalto”: “porque havia pouco mais de cem anos um grupo de sonhadores falara nos direitos do homem e se batera pela utopia maravilhosa da fraternidade humana” (Cunha, 1985, p.440).

A imagem dos generais Brunswick e Monck, confrontando-se com a imagem de Antônio Conselheiro, merece ser destacada, pois encerra crítica àqueles que viam Canudos como um reduto de restauração monárquica. Era preciso encontrar “uma explicação qualquer” para o que ocorria em Canudos:



Encontraram-na: os distúrbios sertanejos significavam pródromos de vastíssima conspiração contra as instituições recentes... Por detrás da envergadura desengonçada de Pajeú se desenhava o perfil fidalgo de um Brunswicks qualquer... E Antônio Conselheiro - um Messias de feira - empolgara nas mãos trementes e frágeis os destinos de um povo.
(Cunha, 1985, p.371)

Inimigos da revolução, os dois generais, famosos como chefes militares de seu tempo, comandaram a coligação germano-austriaca na tentativa de dar fim à Revolução Francesa e fortalecer as monarquias nacionais absolutistas. O restaurador, duque Brunswick, derrotado na batalha de Valmy em 1792, retira-se em sinal de desistência. Entretanto, George Monck conseguiu levar Carlos II ao trono da Inglaterra, depois da revolução inglesa comandada por Cromwell.

Num discurso altamente alusivo, não faltam, porém, referências a uma diversidade de outros eventos, notoriamente, àqueles relacionados à formação militar do autor, tais como as menções às guerras napoleônicas, às campanhas de Alexandre Magno, aos feitos heróicos de Júlio César e a outras façanhas bélicas resgatadas do fértil terreno da antigüidade histórica. Algumas dessas alusões exigem do leitor um conhecimento ou um esclarecimento prévio do seu conteúdo, para que possam ser melhor assimiladas no seu significado e para justificar o emprego do confronto. Para exemplificar, citamos a menção de “Cápua invertida”, atribuída a Canudos.

Euclides refere-se ao episódio que envolve o general cartaginês Anibal Barca que, acompanhado de sua infantaria, depois de fazer a difícil travessia dos Alpes com seu contingente de pesados elefantes, foi sitiado, como invasor, pelos romanos, na cidade de Cápuia, situada na península itálica. Na guerra de Canudos, os sitiados foram os canudenses, justificando o emprego da expressão, “Cápuia invertida”, como metáfora da derrota inesperada e rendição humilhante.

A alusão às “forcas caudinas” é outro exemplo e também está relacionada à história de Roma, por ocasião da conquista da península itálica pelos romanos, permitindo ao narrador, mediante o emprego da metáfora, mostrar o revés sofrido pela quarta expedição na travessia pelo estreito desfiladeiro do Rio Vaza-Barris.

Ao referir-se ao homem como “um terrível fazedor de desertos”, busca na história o exemplo ocorrido há cerca de vinte séculos, nas construções romanas na Tunísia (África) e termina com a solução dos açudes. Dessa forma, através de um processo dialético, questiona causas, volta-se para as possíveis origens das formações desérticas do norte do Brasil, propõe soluções e prevê resultados:

Abarreirados os vales, inteligentemente escolhidos, em pontos pouco intervalados, por toda a extensão do território sertanejo, três conseqüências inevitáveis decorreriam: atenuar-se-iam de modo considerável a drenagem violenta do solo... formar-se-lhes iam à ourela... fecundas áreas de cultura; e fixar-se-ia uma situação de equilíbrio para instabilidade do clima, porque os numerosos e

pequenos açudes... teriam, naturalmente, no correr os tempos, a influência moderadora de um mar interior, de importância extrema. (Cunha, 1985, p.137)

Esse excerto revela a lucidez do narrador (Cunha, 1985, p.135-7) que, depois de se insurgir contra a pretensão geográfica de Hegel, assume um tom professoral, recorre à história, traça paralelos e lembra que a idéia de construir açudes não é nova. Foi sugerida no Rio de Janeiro, por homens como Beaurepaire Rohan e André Rebouças, “talvez, suggestionados pelo mesmo símile”. Idearam-se cisternas, poços artesianos, alambiques de valor local inapreciável, como atenuantes dos efeitos da seca: sede e formação de deserto. Assim, conclui a voz narrativa: “O martírio do homem, ali, [no sertão] é o reflexo de tortura maior... Nasce do martírio secular da Terra...”

O ficcionista em *Os sertões*

A ficção é, incontestavelmente, uma das vertentes da estrutura narrativa da obra analisada. Euclides, com sua percepção do belo e seu talento criador, amiúde, adapta os fatos ao seu projeto estético, manifesto em flagrantes demonstrações de arte literária, poesia, beleza. Embora na obra a história constitua a linha diretriz, o eixo em torno do qual as narrativas gravitam, o universo fictício que com ela intercruza, de várias formas, tem autonomia e referentes próprios, pois é fruto da imaginação, da capacidade criadora e transformadora do autor.

A literariedade, concebida como essência da literatura, ou propriedade abstrata que faz a singularidade do fato literário e a

historicidade, pólo norteador e substancial da história, compartilham estreitamente da instância narrativa.

Em *Os Sertões* a ficção apropria-se, muitas vezes, do objeto de estudo, com fins literários. Assim ocorre na permanente visão de luta, de agonia e de combate entre forças, que têm início na formação ecológica da terra e se perpetua no embate entre “civilização” e “selvageria”, entre “raça superior” e “raça inferior”. Essa visualização dramática, envolvendo a natureza e o homem e a preocupação com detalhes, obedece aos objetivos propostos na elaboração da obra e à intenção literária.

O sertão do Norte é visto como “estranho território”, predestinado “a atravessar absolutamente esquecidos os quatrocentos anos de nossa história”; apresenta “paragens impressionadoras”, golpeadas por todas as modalidades climáticas, por “verões queimosos” e “invernos torrenciais”; em todos os pontos, uma “rudeza extrema”, numa intercadência de “dias esbraseados” e “noites frigidíssimas”, agravando todas as angústias dos “martirizados sertanejos”. Os ventos copiam “o mesmo singular desequilíbrio” das forças que trabalham a terra: ora “turbilhonando revoltos”, ora desaparecem “esboçando prelúdio entristecedor da seca”. “As plantas mais robustas trazem no aspecto anormalíssimo, impressos, todos os estigmas desta batalha surda” (Cunha, 1985, p.119). A narrativa épica que aparece na terceira parte fortalece a dramaticidade que perfaz toda a obra.

No final da segunda parte da obra, o autor toma um episódio ocorrido na “misteriosa cidadela sertaneja”, cerca de dois anos antes da deflagração do conflito, portanto, não presenciado por ele. Trata-se da visita de um frade italiano a Canudos, a mando do arcebispo da Bahia, Frei João Evangelista. Este, em maio de 1895, ao deixar o arraial, elabora o

documento mais importante até hoje escrito entre aqueles que tiveram contato com Antônio Conselheiro. O *Relatório*⁹, como este é chamado, narra sua permanência no reduto conselheirista. Euclides tomara conhecimento dessa visita através do referido documento, inicialmente publicado pelo jornal *Correio de Notícias*.

O relato desse episódio histórico, em *Os sertões*, tem início com uma cena visual “em certa manhã de maio, no alto de um contra-forte... apareceu, ladeada de duas outras, figura estranha àqueles lugares. Era um missionário capuchinho” (Cunha, 1985, p.251).

O narrador onipresente, que tudo focaliza, acompanha e identifica no espaço e no tempo, compara o visitante com um personagem bíblico e cria a metáfora da bravura e selvageria de Antônio Conselheiro e de seu rebanho: “Daniel vai penetrar na fuma dos leões”. A seguir convida o leitor para acompanhar o religioso (“Acompanhemo-lo”) e assevera: “comoviam-no o espetáculo dos infelizes que acabava de encontrar armados até os dentes”, na “Tebaida Turbulenta”. O Frei “passa, impassível, por diante da capela”, enveredando-se “logo por um beco sem saída”.

Neste “quadro emocionante”, observamos a sondagem e análise psicológicas dos personagens e, mediante um discurso indireto livre, a reprodução dos pensamentos e sentimentos do povoado: “às portas os moradores surpreendidos... ar irrequieto e o olhar ao mesmo tempo indagador e sinistro, denunciando consciências perturbadas e intenções hostis”, observam o visitante” (Cunha, 1985, p.551). A narração é marcada

⁹ *Relatório* apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no Arraial de Canudos, apresentação de José Calasans, Salvador, Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1987.

por reticências e termina com a maldição do frade. Como resultado, cria-se um clima de suspense, precisamente no momento em que se encerra a segunda parte do livro, despertando a curiosidade do leitor para *A luta*:

O missionário, “como outrora os apóstolos às portas das cidades que os repeliam, sacudiu o pó das sandálias” apelando para o veredicto da Justiça Divina...

Atinge o alto da montanha. Pára um momento...

Considera pela última vez o povoado, embaixo...

É invadido de súbita tristeza. Equipara-se “ao Divino Mestre diante de Jerusalém”.

Mas amaldiçoou. (Cunha, 1985, p.255)

Dentre as técnicas de ficcionalização, empregadas no relato desse episódio, são evidentes: a visualização, a presença da maldição intensificando a dramaticidade da cena e criando expectativa quanto à sua possível realização, a perscrutação psicológica dos personagens, entre outras.

O autor toma, assim, em certos momentos, o real como matéria-prima e o transfigura, com seu bisturi ficcional, sempre com finalidade utilitária que, no caso em pauta, é mostrar o séquito conselheirista como vítima e exortar o leitor a tomar seu partido. Enquanto faltava ao capuchinho “o tato finíssimo de um apóstolo que, falando em corda bamba na casa de enforcado, espraçou-se em alusões imprudentes” (Cunha, 1985, p.255), Antônio Conselheiro dirige aos visitantes “saudação pacífica”.

Observamos, dessa forma, no relato acima, uma verdadeira simbiose entre relato histórico e narrativa ficcional. Lembramos, por outro lado, que o discurso histórico não acompanha o real, apenas confere-lhe significado, tal como ocorre com o literário e, dessa forma, não há oposição entre ambos, mas sim, complementação recíproca. De acordo com os pressupostos teóricos da historiografia atual, literatura e história produzem narrativas ficcionais que têm a força de transformar leitores.

Cultivador desse consórcio bipolar e da “prosa viva e elegante”, declara no seu livro *Inferno Verde* que “todo construído de verdades afigura-se um acervo de fantasias”. Ao prefaciар a obra, *Poemas e Canções*, de Vicente de Carvalho, escreve: “quando nos vamos pelos sertões em fora, num reconhecimento penoso, verificamos, encantados, que só podemos caminhar na terra como sonhadores e iluminados”, conforme referência de Olímpio de Sousa Andrade (1960, p.331).

Assim, num vislumbre poético, o narrador heterodiegético, isto é, não presente como personagem na história, diz que Canudos erigia-se em “solo perturbado”, cercado por “uma elipse de montanhas”, dando ao observador “a impressão alentadora de se achar sobre platô elevadíssimo, páramo incomparável repousando sobre as serras. Na planície rugada... os pequenos cursos d’água, divagam serpeantes”. (Cunha, 1985, p.108). E numa alusão à debandada da terceira expedição, quando milhares de soldados tiveram suas roupas rasgadas pela vegetação e pedacinhos de vestes, arrancados pelos espinhos, deram colorido às plantas, declara:

*Perto do Riacho do Vigário, por um
requinte de hígubre ironia, os jagunços cobriram de*

floração fantástica a flora tolhiça e decídua: dos galhos tortos dos angicos pendiam restos de divisas vermelhas, trapos de azuis e brancos, molambos de calças carmezins ou negras, e pedaços de mantas rubras – como se a ramaria morta desabotoasse toda em flores sanguinolentas. (Cunha, 1985, p.464)

Identificamos a fértil presença da prática literária em todos os lances da sua prosa: na caracterização dos fenômenos naturais, de episódios, de figuras humanas. No meio da caatinga, confessando-se um “ignorante deslumbrado”, volta-se para o relevo, “tênue camada terciária de grés” descansando sobre rochas antigas. Compara a Serra do Cambaio a um monumento rude”, “uma montanha em ruínas”, que com seus “parapeitos bojando em ridentes circuitados de fossos”, lembra, à distância, “barbacãs de velhíssimos castelos”. Aos poucos, o narrador, que parece estar sobrevoando a região, vai focalizando panoramicamente o *facies* do sertão inóspito, que “surge impressionadoramente”. As lagoas mortas assemelham-se às “cacimbas e caldeirões”. Os “mandacarus despídos” e tristes denotam um esforço dos filhos do sertão; a constituição rochosa do sítio do caldeirão, cindida em planos quase geométricos, dão a ilusão de “majestosas urinárias de castelos”; os restos da fauna pliocena, que fazem dos caldeirões “enormes ossuários de mastodontes, cheios de vértebras, desconjuntadas e partidas” são uma alusão ao sertanejo.

Em *Agrupamentos bizarros*, o narrador mostra, em cada frase, os “tumultos”, a “vida angustiosa”, a “existência miseranda e primitiva”, as “agruras”, que caracterizam a vida do sertanejo. Também as páginas de *Outro olhar sobre Canudos*, da *Via Sacra*, das *Danças e desafios*, são

povoadas por imagens que brotam da imaginação do autor e nos permite identificar o discurso ficcional que se inscreve num contexto referencial. O narrador, numa focalização poética, através dos olhos de alguns soldados, que num dos raros momentos de trégua distraíam-se contemplando o “arraial intangível”, nos fala metaforicamente:

Nada mais. Em torno o debucho misterioso de uma paisagem bíblica. A infinita tristura das colinas desnudas, ermas, sem árvores. Um rio sem águas, tornejando-as, feito uma estrada poenta e longa. Mais longe... a corda ondulante das serras... feito o quadro desmedido daquele cenário estranho.

Era uma evocação. Como se a terra se ataviasse em dados trechos para idênticos dramas, tinha-se, ali, o que quer que era recordando um recanto da Iduméia, na paragem lendária... do Asfaltite, esterilizada para todo o sempre malsinar fatídico dos profetas...

O arraial - “compacto” como as cidades do Evangelho - completava a ilusão.

Ao cair da noite de lá ascendia, ressoando longamente nos descampados em ondulações sonoras, que vagarosamente se alargavam pela quietude dos ermos... refluindo nas montanhas longínquas, o toque da Ave-Maria. (Cunha, 1985, p. 436)

As fronteiras entre discurso histórico e discurso literário desaparecem no fragmento acima. Os dois discursos se juntam numa verdadeira simbiose e a realidade adquire significado novo, mediante o processo de transfiguração do real, fruto da força imaginativa do escritor. Em outras palavras, o autor busca a realidade prática ou científica, transformando-a em realidade estética.

A mudança climática serve-lhe como instrumento para estilizar seu discurso. A “mutação de apoteose” é a ponte que permite e acusa a entrada da cena literária: com a chegada das chuvas, afirma o autor, “o viajante, pasmo, não vê mais o deserto:

No empardecer de uma tarde qualquer, de março, rápidas tardes sem crepúsculos, prestes afogadas na noite, as estrelas, pela primeira vez cintilam vivamente. Nuvens volumosas abarream ao longe os horizontes, recortando-os em relevos imponentes de montanhas negras... E ao tornar da travessia o viajante, pasmo, não vê mais o deserto. Sobre o solo, que as amarilis atapetam, ressurge triunfalmente a flora tropical. É uma mutação de apoteose... E o sertão é um paraíso. Passam-se um, dous, seis meses venturosos, derivados da exuberância da terra, até que surdamente, imperceptivelmente, num ritmo maldito, se despeguem, a pouco e pouco, e caiam, as folhas e as flores, e a seca se desenhe outra vez nas ramagens mortas das árvores decíduas. (Cunha, 1985, p.125-7)

A metamorfose sofrida pela realidade narrada permite-lhe o acesso a uma outra realidade que encerra o belo, a arte e provoca emoção que a ela se sobrepõe: a inserção mútua entre discurso ficcional e o discurso histórico envolve, inevitavelmente, a estrutura de *Os sertões*, ou seja, a ficção literária não exclui a história e vice-versa. Conforme preconiza Euclides, “a verdadeira impressão artística exige fundamentalmente a noção científica do caso que a desperta”.

Walter Mignolo (1993, p.125) afirma que a convenção de ficcionalidade não é uma condição necessária da literatura, ao passo que a convenção de veracidade é condição indispensável para o estudo historiográfico. Os enunciados ficcionalizadores de entidades existentes e enunciados constitutivos de entidades não existentes enquadram-se na convenção de ficcionalidade, enquanto só os primeiros, por se enquadrarem na convenção de veracidade, podem integrar o discurso histórico.

A objetividade histórica, em *Os sertões*, é questionada quando personagens reais são estilizados para que possam prestar-se aos objetivos buscados pelo autor; transformados em homens símbolos, constituem verdadeiros painéis de uma época, de um meio e, invariavelmente, situados no tempo e no espaço em função de seu real papel na história.

Os efeitos literários fundem-se à dimensão histórica: o autor surpreende nos homens e nos fatos a sua substância íntima, e na “claridade amortecida dos braseiros” ressalta os “perfis interessantes e vários”; mostra os contrastes dos homens, “lugar-tenentes”, que cercam o Conselheiro, o “ditador humilde” dos canudenses: “valentões incorrigíveis, gandaieiros de todos os matizes, recidivos de todos os delitos”. Observa que eram prestigiados pelas “arriscadas aventuras, que a imaginação popular

romanceia e amplia”. Referindo-se aos soldados, que se faziam cronistas dos acontecimentos, assevera que seus escritos eram ‘verídicos na essência, mas deformados de exageros’; na “imaginação popular” aponta os “casos estupendos apontoados de fantasias” e o “exagerado romancear dos mais triviais sucessos”.

Ao enfatizar a superioridade bélica das milícias de “guerra” e denunciar as práticas de violência e destruição dos estrategistas das tropas oficiais, o narrador onipresente descreve os bombardeios provocados pelo “monstruoso canhão *Whitworth*”, colocado em funcionamento em 23 de agosto. Num desses bombardeios ocorre a queda e destruição do sino da principal capela da “cidade mundaréu”, ao ser atingido pelos elementos mortíferos do “canhão assassino”:

A grande peça detonou: viu-se arrebentar com estrondo, o enorme chapnel entre as paredes da igreja, esfarelando-lhe o teto, derrubando os restos do campanário e fazendo saltar pelos ares, revolteando, estridulamente badalando, como se ainda vibrasse um alarma, o velho sino que chamava ao descer das tardes os combatentes para as rezas.
(Cunha, 1985, 490)

Transcendendo a visão estritamente voltada para o real experienciado, o narrador atinge as dimensões dilatadas da imaginação, do belo, da imagem, da arte: o sino, que momentaneamente, ao saltar pelos ares, é estilizado, é vivificado. “Revolteando” e “badalando”, por breves

instantes, perde sua função de chamar os fiéis e tem o mesmo destino do canhão que, tendo uma peça quebrada, silencia para sempre.

A queda do sino é usada, assim, com um fim útil: serve para destacar os efeitos devastadores da arma, enfatizar o episódio histórico e comover o leitor, dramatizar o discurso.

Euclides tem, pois, consciência da importância da arte como geradora de significado, de receptividade e de irradiação emocional. Deu ao seu livro um caráter híbrido, que faculta o jogo entre o verídico e o verossímil, entre o real e o fictício.

Ao tratar da luta, no último bloco textual, o narrador impressiona-se com a agilidade dos jagunços, após os bombardeios da arma fratricida: movimentam-se com rapidez, através de suas táticas de emboscadas ajustadas ao meio e ignoradas pelo Exército, embora conhecida entre nós desde os tempos dos holandeses: “Os doutores na arte de matar que hoje, na Europa, invadem escandalosamente a ciência... têm definido muito bem o papel das florestas como agente tático precioso, de ofensiva e defensiva” (Cunha, 1985, p.277), mas ignoram que às caatingas pobres cabe função mais definida e grave que às grandes matas virgens.

O trecho é uma alusão crítica às estratégias de combate, colocadas em prática pelas forças oficiais desconhecedoras da peculiaridade da luta na caatinga. Euclides busca na retórica os efeitos trágicos desejados e que corroborariam no tom de protesto indignado, de libelo vingador, de defesa dos “pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária”, conforme escrevera em carta dirigida a Francisco Escobar, em 21/04/1902. A literatura não se choca com o relato histórico, com as intenções centrais que consistem, neste momento narrativo, em mostrar não

só a violência e barbárie, mas a inadequabilidade da organização e técnica dos estrategistas de guerra, em relação à realidade que representa Canudos e seu conseqüente fracasso. O discurso histórico, ou pretensamente histórico, não exclui o discurso ficcional na leitura da realidade, complementam-se, fundem-se em função do relato principal. Ambos constituem simples imagem de uma realidade ausente.

Segundo Gilberto Freyre (Cunha, 1939), “a paisagem que transborda de *Os sertões* é aquela que a personalidade angustiante de Euclides da Cunha precisou de exagerar para completar-se e exprimir-se nela: para afirmar-se”. Assim, ao descrever a disposição orográfica, o clima e a vegetação do sertão, deixa-se enveredar para as criações literárias, num “extravagar de fantasias” conforme linguagem sua ao referir-se aos antropólogos nacionais que provocaram “a irrupção de uma meia-ciência”.

Euclides faz alusão aos “higrômetros inesperados e bizarros”. Esses higrômetros, incorporados ao fluxo narrativo, são tomados inicialmente como elemento comprobatório da secura do ar e da terra, mas passam a incorporar novos significados.

No capítulo III de *O homem*, a alusão ao “sol poente” conota a lucidez do escritor em torno do que conhece e experiencia. Além de apresentar efeito estético, a metáfora contribui para a caracterização do higrômetro, pilar da cena e responsável pela preservação dos corpos. Sem os limites do real, aceito pela historiografia da época, o quadro se desenvolve num espaço físico, que vai sendo observado e descrito detalhadamente: colinas circulavam “um vale único”, lembrando um “anfiteatro irregular”. A vegetação florida, que cobre esse relevo, lhe dava aparência de um jardim em abandono:



Ao lado de uma árvore única, uma quixabeira alta sobranceando a vegetação franzina.

O sol poente desatava, longa, a sua sombra pelo chão e protegido por ela - braços largamente abertos, face volvida para os céus - um soldado descansava.

Descansava... havia três meses. O destino que o removera do lar desprotegido fizera-lhe afinal uma concessão: livrara-o da promiscuidade lúgubre de um foço repugnante. Braços largamente abertos, rosto voltado para os céus, para os sóis ardentes... Fora disso - nas longas calmarias, fenômenos óticos bizarros. (Cunha, 1985, p.111-3)

A referência à terra é interrompida, cedendo espaço ao quadro da morte, que permite ao narrador explorar a ação da secura do ar, numa demonstração viva da força do clima. Logo, a imagem criada pelo vocábulo sol poente, sob o qual a cena se desenvolve, fortalece a idéia dos higrômetros. O acontecimento histórico que, no caso em pauta, é a “derrota fragorosa” da expedição militar é favorecido pela força do clima e pela natureza hostil desconhecida, apresentando-se ao forasteiro como armadilha. A imagem da morte é incorporada não como símbolo de descanso, mas surge como elemento caracterizador do coletivo, isto é, da morte de muitos outros soldados anônimos e de seus respectivos cavalos.

A descrição científica e a ficção fundem-se em vários momentos da narração: “possantes massas gnaissegraníticas” encurvando-se em “desmedido anfiteatro”; “a terra que sobranceia o oceano” lembra

“majestoso palco”; “as assomadas gnáissicas... em planos quase geométricos, à maneira de silhar, dão a ilusão de encontrar-se, de repente, naqueles ermos vazios, majestosas ruínarias de castelos” (Cunha, 1985, Passim).

Em *As missões atuais*, do capítulo II de *O homem*, o narrador rememora a “via sacra dos sertões”, de três quilômetros de extensão. Frei Apolônio de Todi, “o maior missionário do Norte”, considerado o Anchieta sertanejo, no final do século XVIII, depara-se com Monte Santo.

Impressionado com o aspecto do relevo montanhoso, “semelhante ao calvário de Jerusalém”, a voz narrativa (Cunha, Passim, 1985) transformou Monte Santo em “templo majestoso de engenharia rude e audaciosa”. A população sertaneja completou a empresa do missionário citado e deu destaque à arquitetura natural, construindo vinte e cinco capelas de alvenaria no final do século XVIII, “por onde têm passado multidões sem conta, em um século de romarias”.

Por ocasião da Semana Santa, convergem para ali as famílias da redondeza, fazendo o mesmo percurso outrora realizado por Apolônio de Todi, que decifrou “o segredo das grandes letras de pedra, descobrindo o eldorado maravilhoso, a mina opulentíssima oculta no deserto” (Cunha, 1985, p.202-3). Monte Santo “fez-se o templo prodigioso, monumento erguido pela natureza e pela fé, mais alto que as mais altas catedrais da terra”. Trata-se de uma “vereda branca de sílica”, “com milhares de degraus, coleantes, em caracol pelas ladeiras sucessivas”, lembrando “uma escada para o céu”:

Esta ilusão é empolgante ao longe.



Vêem-se capelinhas alvas, que a pontilham a espaços, subindo a princípio em rampa fortíssima derivando depois, tornejantes, à feição do pendores; alteando-se sempre, erectas sobre despenhadeiros, perdendo-se nas alturas, cada vez menores, diluídas a pouco e pouco no azul puríssimo dos ares, até à última, no alto...

E quem segue pelo caminho das Queimadas, atravessando um esboço de deserto, onde agoniza-se uma flora de gravetos - arbustos que nos esgalhos revoltos retratam contorções de espasmos, cardos agarrados a pedras ao modo de tentáculos constritores, bromélias desabotoando em floração sanguinolenta - avança rápido, ansiando pela paragem que o arrebatá. (Cunha, 1985, p. 289)

O narrador-voz de *Os sertões* utiliza-se de informações colhidas de um fato real, através de uma publicação oficial de 1893, “que pormenoriza a fundação de Monte Santo”. Mediante esse material cria um quadro caracterizador da natureza, ou seja, adapta a história às suas intenções. Isto é, cria uma imagem da realidade ausente, que adquire o mesmo estatuto fictício da realidade imaginária.

Sobre Monte Santo, o narrador caminhante volta a se referir no capítulo I, de *Travessia do Cambaio*, consorciando as duas vertentes: realidade e ficção literária na montagem do quadro. Mostra que o encanto da paisagem está relacionado com a distância; quanto maior, menos perceptíveis são as imperfeições; a metáfora da “vereda branca de sílica”, que lembra uma escada para o céu, justifica a escolha do lugar pelo Frei e

seu rebanho, com sua religiosidade ingênua, com sua incapacidade de ultrapassar o nível de bárbaro fetichismo. O discurso positivista, ou seja, a explicação científica é mantida e reflete-se na alusão à “religiosidade ingênua dos matutos”. Os termos “ilusão”, “miragem”, “azul puríssimo dos ares”, refletem a sensibilidade, os sentimentos momentâneos, a visão poética do narrador ao descrever e relatar o que presencia.

3. Euclides: um pintor de retratos

Em *Os Sertões* não há personagem principal, um herói central que aja como fio condutor do enredo. Aparecem como protagonistas: Antônio Conselheiro, seu rebanho e a própria natureza antropomorfizada e transformada em mito. Ao caracterizar seus personagens históricos, o autor privilegia a coletividade por eles representada, assim como, descrevendo a formação tumultuária do sertão baiano, explicaria o próprio *facies* geográfico dos sertões do Norte. O primeiro é paradigmático para explicar e sumariar o segundo. Por outro lado, a natureza, para esse narrador, não está apenas em algumas espécies vegetais - ela está por trás dos homens, dentro da jagunçada toda. “Protege e defende o jagunço solerte e bravo”, constituindo agente tático precioso de ofensiva ou defensiva.

[A caatinga animada] “afoga o viajante”; “abrevia-lhe o olhar”; “agride-o e estonteia-o”; “enlaça o viajante na trama espinescente e não o atrai”; repulsa-o com suas folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos e entrecruzados, estirando-se flexuosos pelo solo, lembram um bracejar imenso, de tortura da flora agonizante”. (Cunha, 1985, p.118)

O narrador atribui às caatingas valores favoráveis ao homem do sertão e afirma: “as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Traçam-se, impenetráveis ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu”. (Cunha, 1985, p.277) Elas não o escondem apenas, amparam-no, enquanto agrilhoa, com o seu cipoal, o forasteiro, arrebatando-lhe das mãos as armas. Os espessos renques de xiquexiques, “unidos como quadrados, cheios, de falanges, intransponíveis, fervilhando espinhos” aprisiona o inimigo. Os soldados “sentem na própria força a própria fraqueza”; ao saírem dessas refregas bélicas, traziam as “vestes em tiras; armas estrondadas ou perdidas; golpeadas de gilvazes; claudicando estropeados; mal reprimindo o doer infernal das folhas urticantes; frechados de espinhos... A luta é desigual. A força militar decai a um plano inferior. Batem-na o homem e a terra”. (Cunha, 1985, p.279-80)

Os cereus são candelabros com seus frutos vermelhos e dão a ilusão emocionante de círios enormes, fincados a esmo no solo, espalhados pelas chapadas e acesos. Os cabeças-de-frade, com seus gomos espinescentes e sua flor única intensamente rubra, dão-lhe a “imagem singular de cabeças decepadas e sanguinolentas” (Cunha, 1985, p.124).

Enfim, a flora agressiva abre ao sertanejo seu seio carinhoso e amigo. Enquanto o “forasteiro se assusta e foge ante o flagelo” da seca, o sertanejo segue feliz nas travessias longas, do “imenso lar sem teto”.

As espécies vegetais alimentam o sertanejo, “sustentam-lhe o cavalo; oferecem-lhe cordas flexíveis e resistentes”. As “cunanãs, dependurando-se pelos galhos como grinaldas fantásticas”, servem-lhe de

iluminação nas noites escuras. “O umbu alimenta-o e mitiga-lhe a sede” (Cunha, 1985, Passim).

Todas aquelas árvores são para ele velhas companheiras. Conhece-as todas. Nasceram juntos; cresceram irmamente... lutando com as mesmas agruras, sócios dos mesmos dias remansados” (Cunha, 1985, p.281). Como os sertanejos, as árvores vistas em conjunto semelham uma só família de poucos gêneros, quase reduzida a uma espécie invariável. Para sobreviver enterram seus caules pelo solo, e trazem no aspecto anormalíssimo, impressos, todos os estigmas desta batalha surda. A resistência da flora prenuncia essa forma de resistência manifesta no sertanejo, que não se rende, mesmo quando diante de seus quatro últimos defensores: “um velho, dous homens feitos e uma criança, rugiam raivosamente cinco mil soldados”. (Cunha, 1985, p. 571)

Enfim, a flora agressiva abre ao sertanejo seu seio carinhoso e amigo. Enquanto o “forasteiro se assusta e foge ante o flagelo” da seca, o sertanejo segue feliz nas travessias longas, do “imenso lar sem teto”.

Ao estilizar a natureza, dá-lhe vida e ação, torna-a essencialmente alusiva, amplia e fecunda o espaço literário, mediante a força da expressividade da linguagem figurada, do jogo de imagens, que trazem consigo uma manifestação mais ampla e mais profunda do ser poético.

Muitos dos personagens reais têm pequena participação na narrativa, mas têm importância à medida que agem sobre a história, ou que se prestam aos objetivos propostos pelo autor. Dentre os vários personagens reais, alguns desempenham a função de “lugar-tenentes”, espécie de guarda-costas de Antônio Conselheiro: “José Venâncio, o terror da Volta Grande, deslembra-se das dezoito mortes cometidas e do espantinho dos processos à

revelia”; “Pajeú, rosto de bronze vincado de apófises duras, mal aprumado o arcabouço atlético”, que nos últimos dias de guerra assumiu o controle da guerrilha de resistência; Chiquinho e João da Mota, dous irmãos aos quais estava entregue o comando dos piquetes vigilantes nas estradas de Cocorobó e Uauá, aparecem unidos, desafiando, crédulos, as contas do mesmo rosário; “Pedrão, cafuz entroncado e bruto”, que agia com trinta homens escolhidos; “Estêvão, negro reforçado, disforme, corpo tatuado à bala e à faca. Era o guarda do Cambaio”; Joaquim-Tranca-Pés, “destemeroso mas irrequieto, talhado para as arrancadas subitâneas e atrevidas”; Raimundo Boca-Torta, “espécie de funâmbulo patibular, face contorcida em esgar ferino”; Quinquim de Coiqui, “um crente abnegado que alcançaria a primeira vitória sobre a tropa legal”; O velho Macambira, “pouco afeiçoado à luta, de coração mole... mas espírito infernal no gizar tocaias incríveis”; seu filho, “criança arrojada e impávida”, mais tarde figurará em “belo lance de heroísmo”; Vila-Nova, “alheio à credulidade geral, um explorador solerte”; o astuto João Abade, abrange no olhar dominador a turba genuflecta; Antônio Beato, “figura ridícula, meio sacristão, meio soldado, misseiro de bacamarte, espiando, observando, indagando, insinuando-se jeitosamente pelas casas... transmitindo ao chefe supremo... as novidades existentes”; José Félix, o Taramela, “guarda das igrejas, chaveiro e mordomo do Conselheiro; Manuel Quadrado “era o curandeiro; e médico... vivendo num investigar perene pelas drogarias primitivas das matas”. (Cunha, 1985, Passim)

A aparição desses personagens não é freqüente, mas é significativa pelo que conota, enquanto representantes da coletividade à qual pertencem. Através de suas funções e de suas peculiaridades físicas e morais, o narrador pode determinar a estrutura psicológica que contribua para a proposta do

livro. Válidos como paradigmas, os retratos desses personagens caracterizam uma época, um meio social, econômico e cultural, a formação étnica, os estados psíquicos, as crenças religiosas, o modo existencial da coletividade. A descrição dos personagens pelo narrador conota, ainda, a heterogeneidade do povoado, a divisão das atividades e o carisma de Conselheiro sobre seu rebanho.

Euclides busca sempre o coletivo, até no individual. Além desses retratos, existem outros, cuja composição constitui uma síntese, um painel do universo dos personagens: o retrato de Moreira César sintetiza uma série de características das forças oficiais mandadas “à cidadela mundéu” e denunciadas por Euclides em seu “livro vingador”:

O aspecto reduzia-lhe a fama. De figura diminuta- um tórax desfibrado sobre pernas arcadas em parênteses - era organicamente inapto para a carreira que abraçara. Faltava-lhe esse aprumo e compleição inteiriça que no soldado são a base física da coragem. Apertado na farda, que raro deixava, o dólmã feito para ombros de adolescente frágil agravava-lhe a postura.

A fisionomia inexpressiva e mórbida completava-lhe o porte desgracioso e exíguo. Nada, absolutamente, traía a energia surpreendedora e temibilidade rara de que dera provas, naquele rosto de convalescente sem uma linha original e firme: pálido, alongado pela calva em que se expandia a fronte bombeada, e mal alumiado por olhar mortiço velado de tristeza permanente.

Era uma face imóvel como um molde de cera, tendo a impenetrabilidade oriunda da própria atonia muscular. Os grandes paroxismos da cólera, e a alacridade mais forte, ali deviam amortecer-se inapercebidos, na lassidão dos tecidos, deixando-a sempre fixamente impassível e rígida. Os que pela primeira vez o viam custava-lhes admitir que estivesse naquele homem de gesto lento e frio, maneiras corteses e algo tímidas, o campeador brilhante, ou o demônio cruelíssimo que idealizavam. Não tinha os traços característicos nem de um, nem de outro. Isto, talvez, porque fosse as duas coisas ao mesmo tempo.

Justificavam-se os que o aplaudiam e os que invectivavam. Naquela individualidade singular entrechocavam-se, antinômicas, tendências monstruosas e qualidades superiores, umas e outras no máximo grau de intensidade. Era tenaz, paciente, dedicado, leal, impávido, cruel, vingativo, ambicioso. Uma alma proteiforme constrangida em organização fragilíssima. (Cunha, 1985, p.322-3)

Epilético, Moreira César é o “expoente da nevrose”. Sua enfermidade, ou mais precisamente seu quadro biológico, contribui para explicar seu fracasso. Acusado de ter assassinado pauladas um jornalista, era tido como cruel; ganhara a fama de debelador em Santa Catarina e, no arraial canudense, ficara conhecido como o “Corta-cabeças”, em virtude da prática da degola, justificando a frase de Euclides: “O fetichismo político exigia manipansos de farda”. Olímpio de Sousa Andrade (1966, p.323)

confirma a fidedignidade da composição do seu retrato: “este, nos seus pontos mais duros, quase impiedosos, foi confirmado por depoimentos” da época. Segundo um deles, “o infortunado oficial arredava os obstáculos de ordem moral, sem escrúpulos e afogara em sangue a revolta de Santa Catarina; tinha físico de mesquinha aparência e freqüentes acessos de epilepsia”. O grande impacto causado pela morte de Moreira César, figura estelar da corrente florianista, está intimamente associado à frustração das expectativas de vitória depositadas no Exército.

Antônio Conselheiro é outro personagem histórico que revela Euclides como criador de retratos, passando à literatura como herói, identificado como tipo sócio-antropológico, representativo do tempo e meio que o gerou. O retrato, que personaliza o profeta canudense, espelha os subsolos étnicos, culturais, religiosos e psíquicos da coletividade sertaneja. Investido de onisciência e espírito crítico, o narrador interfere no processo de composição do retrato com explicações e justificativas:

É difícil traçar no fenômeno a linha divisória entre as tendências coletivas: a vida resumida do homem é um capítulo instantâneo da vida de sua sociedade... Acompanhar a primeira é seguir paralelamente e com mais rapidez a segunda; acompanhá-las juntas é observar a mais completa mutualidade de influxos. A multidão aclamava-o representante natural das suas aspirações mais altas ... foi um documento raro de atavismo... um gnóstico bronco... Era o profeta, o emissário das alturas transfigurado por ilapso estupendo... A sua frágil consciência oscilava em torno dessa posição média,

expressa pela linha ideal que Maudsley lamenta não se poder traçar.

A sua biografia compreende e resume a existência da sociedade sertaneja. Esclarece o conceito etiológico da doença que o vitimou. (Cunha, 1985, p.207-9)

Os vezos teóricos, etnocêntricos e preconceituosos, presentes na caracterização, permitem que Antônio Conselheiro seja mostrado como “o delegado do céu” que, “a exemplo dos seus comparsas do passado... era um pietista ansiando pelo reino do céu”; “em seu desvio ideativo” [vibrava] a “nota étnica”; era um “grande homem pelo avesso”, tipo síntese do meio em que nasceu” e espelho da sociedade sertaneja”. Visto como reservatório de imagens do passado ancestral, constituía personagem paradigmático não só da gente canudense, mas também do inconsciente coletivo, “um documento raro de atavismo”.

Euclides da Cunha (1985, p.582), em *Notas* à 2ª edição, justifica a caracterização de Antônio Conselheiro como “figura de pequeno grande homem”. Afirma que essa qualificação “se explica pela circunstância rara de sintetizar de uma maneira empolgante e sugestiva, todos os erros, todas as crendices e superstições, que são o lastro do nosso comportamento”.

A ação individual do personagem é significativa e necessária para apreender o *modus vivendi* da massa, com suas cristalizações mentais. Embora o Conselheiro não assumisse a condição de um deus, ele o era para seu rebanho. Sua aura profética contribuiu para que Canudos se tornasse, na mentalidade de sua gente, “a terra da promessa, onde corre um rio de leite e

são de cuscuz de milho os barrancos”, conforme expressão de Frei João Evangelista de Monte Marciano.

Não menos significativa é a composição do retrato do marechal Carlos Machado Bittencourt, Secretário de Estado dos Negócios da Guerra e integrante da Quarta expedição, como paradigma de “homem frio, eivado de um ceticismo tranqüilo”. Sua frieza de sentimentos, estendida aos membros das tropas oficiais, fortalece o caráter de ataque do livro e contribui para a criação da imagem de vítima dos sertanejos:

Ninguém podia compreendê-lo arrebatado num lance de heroísmo... afeiçãoara-se ao automatismo típico dessas máquinas de músculos e nervos feitas para agirem mecanicamente à pressão inflexível das leis... Além disso, tudo quanto saía do passo ordinário da vida não o comovia, desorientava-o, contrariava-o... Certa vez, essa insensibilidade lastimável calou profundamente. Foi numa visita a um dos hospitais. O quadro do amplo salão era impressionador... em todas as atitudes, rígidos debaixo dos lençóis como mortalhas; de bruços ou acaroados com os travesseiros, em mudos paroxismos de dores; sentados, ou acurvados, ou estorcendo-se em gemidos - quatrocentos baleados! Cabeças envoltas em tiras sanguinolentas... todos os traumatismos e todas as misérias...

Começou a lúgubre visita. O marechal aproxima-se de um ou outro leito, lendo maquinalmente a papelada pendida à cabeceira; e seguia. Mas teve que estacar um momento. Surgira-

lhe em frente, emergindo dos cobertores, a face abatida de um velho... E no rosto macilento do infeliz resplandecia um belo riso jovial e forte. Reconhecera o ministro do qual fora ordenança nos bons tempos de moço... voz sacudida e rouca, numa alegria dolorosíssima, num delírio de frases rudes e sinceras... entreaberta a camisa de algodão deixando ver, na clavícula, a nódoa de uma cicatriz antiga...

Era empolgante a cena... Empanaram-se todas as vistas, de lágrimas... e o marechal Bittencourt prosseguiu, tranqüilamente, continuando a leitura maquinal das papeletas... Era realmente o homem feito para aquela emergência. (Cunha, 1985, p.486)

A caracterização do retrato nos remete a Wayne C. Booth (1980 p.75), ao afirmar que o escritor procura sempre meios de “controlar o seu leitor”, de modo a fazê-lo receptivo e copartilhador do seu sistema de valores. Logo, o fim primeiro de uma obra não é tanto produzir uma ilusão, mas transmitir certos valores que atendam propostas pré- estabelecidas.

As referências acima, que apontam sobretudo o caráter de frigeidez de Bittencourt, não constam nas reportagens escritas por Euclides e publicadas no jornal *O Estado de São Paulo*, contudo, aparecem com fim útil, no capítulo *Nova fase da luta*, de *Os sertões*, ao referir-se à chegada de oficiais feridos a um dos hospitais improvisados. Conforme a voz narrativa:

O marechal Bittencourt pô-lo numa regulamentação rigorosa e demasiou-se no adotar

medidas acordes com as exigências complexas da situação. O hospital militar tornou-se uma realidade perfeitamente abastecido e dirigido por cirurgiões... Formou-se em tudo aquilo uma disciplina correta. As notícias indicavam maior alento entre os sitiados; é que aquele homem... se tornara, mercê de rara dedicação e sem apisoar melindres dos que afoitavam de perto com o inimigo, o diretor supremo de luta. (Cunha, 1985, p.504)

Walnice Nogueira Galvão constatou, ao analisar os jornais da época do conflito, que os informes depreciativos, envolvendo o marechal Bittencourt, contrariam as palavras do Coronel Carlos Teles e várias outras reportagens da época, como as escritas por Manuel Benício, correspondente especial do *Jornal do Comércio*. Conforme citação da referida crítica, na correspondência de 6 de outubro de 1987, Euclides da Cunha, ao referir-se ao pronto socorro provisório de Canudos e ao banco de sangue, declara:

Agora, depois da chegada do Sr. Ministro, as coisas, não há dúvida, que se têm modificado muito e parece que tudo tende para uma reorganização geral, que se torna necessária, como reclamam as condições da nossa força e a marcha regular das coisas... O asseio que aí se nota agora, o bom tratamento que têm os doentes, tudo se deve exclusivamente à dedicação e atividade. (Galvão, 1984, p.332)

As informações deformadas e conflitantes, envolvendo a figura de Bittencourt, assim como a persistência no emprego do símile da Vendéia, mesmo não mais acreditando nele e as discrepâncias cronológicas de alguns episódios, levam-nos a perceber a manipulação da realidade histórica em face dos propósitos literários pré-estabelecidos, da intenção deliberada do escritor de convencer e influenciar o leitor.

A essa infração, ou seja, deformação de elementos históricos, Walnice Nogueira Galvão denomina “inversão demoníaca”. De acordo com Maria Teresa de Freitas (1993, p.50), a ficção tem direito de manipular a realidade externa, adaptando-as às exigências romanescas, substituindo o verídico pelo verossímil.

Acreditamos que essas infrações não comprometam o valor documental do texto, não alterando o curso do acontecimento histórico, embora algumas informações possam oscilar entre o real e o fictício por razões estéticas, ideológicas ou pragmáticas, conforme verificamos em *Os sertões*. Dessa forma, a realidade histórica se vê submetida às condições internas da ficção e às suas leis.

4. A verdade de Euclides na narrativa de Canudos

Euclides, ao aproximar-se do que hoje postula a Nova história, distancia-se da historiografia de sua época. Era do predomínio do espírito positivista, que em busca de uma verdade objetiva, tenta isolar a investigação histórica das outras ciências humanas. Também a obra literária era encarada como uma espécie de demonstração prática das teorias científicas: ela se ergue sobre documentos e pretende atingir o real concreto

dos fenômenos do mundo exterior. Neste sentido, realidade estética e realidade científica se confundem. Essa perspectiva ou concepção é hoje insustentável, quer pelos teóricos da Nova história, quer pelos teóricos literatos do Pós-modernismo.

A história, como verdade irrefutável, é colocada em questionamento e a concepção de documento como fonte de verdade é desmitificada. A Pós-modernidade contribui para a demolição das “grandes verdades” e dos “grandes dogmas”, principalmente em virtude de sua natureza discursiva. O relato ficcional, tanto quanto o histórico, é fruto de um processo cognitivo que envolve a presença de um sujeito, de um ponto de vista, de um preceito, de uma ideologia e o historiador lida com as mesmas problemáticas narrativas dos escritores de ficção.

Conforme Peter Gay (1990), o historiador almeja contar histórias reais, mas são tantas as maneiras de contar uma história que o próprio sentido da mesma corre perigo. Por outro lado, as estratégias expositivas do historiador são todas elas, conscientemente ou não, estratégias de persuasão. Para Hayden White (1994), as histórias só podem ser verdadeiras num sentido metafórico e no sentido em que uma figura de linguagem pode ser verdadeira. O historiador Jacob Burckhardt, na sua reflexão sobre a relação entre beleza e verdade, entre estilo e conteúdo, veio a desconfiar das pretensões científicas e da neutralidade professa do historicismo postulado por Ranke, contribuindo para uma visão mais ampla da história.

Há evidências de que Euclides cultivava um critério de censura, face ao discernimento em torno da realidade tomada como objeto de estudo. Por outro lado, amava a verdade, o que lhe facultava atingir os propósitos pré-estabelecidos e previamente delineados. Verdade que se fazia

acompanhar de beleza, a única que, ao ser buscada, era capaz de fazê-lo penetrar no plano da arte, da estética. Ao buscar a sua verdade, sonha, imagina, cria artisticamente, representa e dá grandiosidade ao assunto abraçado, não raro, transmitindo-o com aparências de transfiguração.

O escritor legou-nos, portanto, sua verdade particular, sua versão do real, pois, segundo preconiza a Nova história, não há Verdade absoluta e incontestável, assim como não há História, mas sim, há verdades e há histórias. Obedecendo ao rigor incoercível da verdade, da sua verdade particular, o escritor fluminense se posiciona como narrador sincero, partindo de um discurso em que os princípios convencionais da veracidade¹⁰ dos fatos é ainda o seu pressuposto.

Dessa maneira, reconhecemos a insustentabilidade da conclusão apressada, de tomar o “narrador sincero”, citado por Euclides, numa alusão a Taine, como o porta-voz absolutamente objetivo de *Os sertões*. Esse conceito conota sua preocupação com a ciência e com a realidade, mas, por outro lado, encerra uma certa dose de ironia, pois ambos, embora fossem positivistas e aspirantes à cientificidade, revelam uma vertente romântica e abraçam uma historiografia que transcende os parâmetros da época e lhes tornam possível colocarem-se na mente dos agentes históricos, mediante postura empática.

Euclides alcançou, no drama de Canudos, uma percepção que outros, talvez, não puderam alcançar. Deixou-nos a sua versão do conflito, que é, por sua vez, paradigmático da problemática nacional. Foi fiel com sua proposta de trabalho, anunciada no fecho da *Nota preliminar*, “que não se

¹⁰ Conforme Walter Mignolo (1993), a linguagem é empregada segundo a convenção de veracidade quando o falante se compromete com o “dito” pelo discurso e assume a instância de enunciação que sustenta entidades e acontecimentos dos quais fala.

limitaria à exatidão das suas datas, nem copiaria simplesmente os fatos, para não se distanciar do que sofregamente procurava no fundo das almas”.

Ademais, cremos nós, coube a Euclides trazer à tona uma verdade coerente com a proposta de construção do livro. Diante do “maior crime nacional”, assume a tarefa de denunciar a campanha injusta, suscitando para si amplas e complexas responsabilidades. Entre elas, citamos a tomada de defesa do sertanejo e uma crítica negativa ao poder constituído e ao Exército. Embora, em *Notas à 2ª Edição*, diga: “não tive o intuito de defender os sertanejos porque este livro não é um livro de defesa; é, contudo, de ataque. Ataque franco e, devo dizê-lo, involuntário” (Cunha, 1985, p.583), sabemos que o sertanejo é mostrado no seu heroísmo e na sua coragem estóica, vítima de uma sociedade que o não conhece. Os próprios soldados se impressionam com o seu “estoicismo” e a voz narrativa, não raro, toma explicitamente a postura de defesa do homem do sertão, em detrimento do “fetichismo político”, representado pelo litoral, “que exigia manipulansos de farda”. Define a campanha de Canudos como “o maior escândalo da nossa história”; “uma nódoa”; “uma página sem brilhos” e diz que “os narradores futuros tentariam em vão vê-la em descrições gloriosas” (Cunha, 1985, p.502). A ação das forças oficiais “perdia a feição heróica”. As atrocidades desmedidas, entre elas a degola, constituíam uma vergonha nacional e cabe aos “tribunais da história” julgá-las:

Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. A animalidade primitiva... ressurgiu, inteiriça. Encontrou nas mãos ao invés do machado de diorito e do arpão de osso, a espada e a carabina. Mas a faca lembrava-lhe melhor o antigo punhal de

silex lascado. Vibrou-a. Nada tinha a temer. Nem mesmo o juízo remoto do futuro... entre os deslumbramentos do futuro caia, implacável e revolta... reflete uma nódoa - esta página sem brilhos.

(Cunha, 1985, p.537-8)

A verdade identificada em *Os sertões* deve ser também analisada dentro dos princípios do relativismo. Essa nossa asserção tem como base a reflexão de Joaquim Pinto Nazario e Clóvis Moura que, interessados em conhecer algumas tendências do pensamento euclidiano, analisam o conteúdo das provas feitas por Euclides, concorrendo à cátedra de Lógica, no Ginásio Nacional, depois Pedro II, versando sobre os temas: *A verdade e o erro*, no exame escrito, e *A idéia do ser*, no exame oral. As provas de Euclides refletem, entre outras, as seguintes tendências: a) concepção de verdade, como domínio da lógica indutiva, só alcançável através da observação, da consciência, dos sentidos e conforme princípios do mobilismo e do relativismo; b) noção dialética do conhecimento, esboçada a partir da visão das verdades como algo relativo. Euclides afirmara explicitamente, em certa ocasião, que “em todas partes as razões se alteram, porque a verdade é móvel, é, como a vida, um fato complexo que continua”.

Por outro lado, a reflexão sobre a verdade de Euclides, na narrativa de Canudos, está associada à própria composição da obra que, por sua vez, obedece a uma proposta de trabalho, com seus objetivos e a um quadro de teorias de caráter científico.

5. Alguns traços do estilo de *Os sertões*



Partimos, na nossa análise, da noção de estilo como questão de múltipla face, que inclui elementos identificadores de questões amplas, profundas: a) percepção do escritor quanto à realidade abordada; b) verdades e vislumbres captados do objeto em estudo; c) expressão prática que coloca em interação os vários elementos da composição; c) jogo de significado, que faz a obra subsistir à barreira do tempo - que desgasta os efeitos sonoros de sua poesia - e à barreira do espaço. Para Helder Godinho (1982, p.16-ss), estilo que transcende o domínio puramente lingüístico e permanece para além das traduções imortalizando o texto por fazer parte integrante do jogo diferencial significativo que criou a obra. Estilo, enfim como marca da individualidade da composição e espelho do seu criador, por ser ele o próprio homem.

Peter Gay, que concebe a história como “uma arte durante boa parte do tempo” e como “um ramo da literatura”, nos lembra que, em relação à escolha do estilo, todo historiador age como os demais escritores, isto é, seguindo inicialmente o que lhe é apropriado, dando-lhe depois novos rumos, novas marcas. Porém, a escrita nunca provém inteiramente do coração: é “dom do talento”; é “ato de vontade e exercício de inteligência”. Lembramos, também, que os historiadores não vivem em espaços sociais vazios, ou dentro de uma esfera separada. Movem-se, quase sempre, em espaços caracterizados por uma “ecologia física” e uma “ecologia social”, condicionadora de conduta, de valores, de atitudes, de hábitos mentais.

A ambivalência discursiva perfaz todas as instâncias do texto euclidiano, espelhada nas afirmações contraditórias, no encadeamento de alusões, no entrelaçamento de confrontos e paradoxos, nas figuras



antitéticas: antítese¹¹ e oxímoro¹² (Moisés, 1974, p.378). Que razões explicam e justificam o não só contínuo, mas também redundante emprego destes dispositivos estilísticos? Como explicar a caracterização paradoxal do homem do sertão?

O sertanejo é desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasimodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos... é o homem permanentemente fatigado... Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude.

Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combalida operam-se, em segundos transmutações completas... O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto...

Este contraste impõe-se ao mais leve exame. Revela-se a todo momento, em todos os pormenores da vida sertaneja - caracterizado sempre pela intercadência impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas. (Cunha, 1985, p.179-80)

¹¹ Figura de estilo segundo a qual se aproximam dois pensamentos de sentido antagônico. O contraste pode estabelecer-se entre palavras, frases ou orações.

¹³ Consiste na fusão, num só enunciado, de dois pensamentos que se excluem mutuamente. Pode formar-se de palavras, frases ou orações contrastantes, cujo encontro gera paradoxo, motivado pela "tensão entre o portador da qualidade e a qualidade em si. Espécie de antítese reforçada ou concentrada, o oxímoro caracteriza-se, estruturalmente, pela combinação numa unidade sintática de duas expressões antagônicas, ao passo que na antítese a simetria corresponde ao binômio do pensamento.

O embate de tendências que o texto euclidiano encerra e a complexidade temática são alguns dos múltiplos determinantes: o Exército brasileiro, que se postulava como baluarte das classes oprimidas, pelo *Ancien Régime*, paradoxalmente massacrava a plebe marginalizada de Canudos, praticando “a luta mais brutal dos nossos tempos”, leva o narrador a um confronto, pelo viés da ironia:

Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades. (Cunha, 1985, p.532-3)

Em *Os sertões*, identificamos uma postura de ataque, de acusação, envolvendo “representantes da “civilização” e do “progresso”, mas temos, também, uma atitude de defesa envolvendo o sertanejo, facultando e facilitando os confrontos e os paradoxos. Euclides nega a primazia evolutiva das populações litorâneas e inverte a oposição entre litoral e sertão. Ao descrever o caráter específico da miscigenação no sertão, valoriza o Brasil interior, em detrimento do litoral com sua “civilização de empréstimo”. Afirma que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”.

Vemos, assim, o narrador comparar não só as forças beligerantes, mas também os recursos bélicos e, como resultado, temos peculiaridades e contrastes. Descreve a resistência ímpar dos conselheiristas, o seu heroísmo, a sua coragem, contrariando os princípios científicos, que os caracteriza, a partir de sua origem mestiça, como “degenerados” e verdadeiros “aleijões

raciais”. Sua reação é de perplexidade desconcertante frente à obstinação camponesa de encarar todas as conseqüências do conflito com estóica resistência. Na condição de testemunha ocular declara que “o homem do sertão tem uma capacidade de resistência prodigiosa e uma organização potente que impressiona. Não o vi ainda exausto pela luta” (Cunha, 1985, p.532).

Como resultado temos em *Os sertões*, conforme Walnice Nogueira Galvão (1981, p. 94), “a voz de um Euclides que se queria a voz dos oprimidos, mas que não consegue deixar de ser um estrategista do Exército”, a ponto de reconhecer que os soldados, voltando da guerra feridos, “eram uma revelação dolorosíssima, mas de algum modo alentadora”. Retratavam a energia de uma raça, “eram o vigor de um povo posto à prova de ferro, à prova do fogo, à prova da fome” (Cunha, 1985, p.471).

Euclides da Cunha depara-se com um levante cujo fulcro agregador é, sobretudo, a religião. Positivista, ateu, anticlerical e preconceituoso, vê, como atraso e superstição, as manifestações religiosas e as crendices do rebanho canudense. Como resultado, temos o discurso depreciativo e negativista. Também, sabemos que a adoção das teorias importadas manifesta-se inapta, quando aplicada sobre os povos periféricos de além-mar, pois é feita contra ele e para justificar os direitos divinos da dominação branca, mantida pelas metrópoles européias.

Gilberto Freyre, o escritor e crítico que tem em comum com Euclides da Cunha o gosto pela ciência e pelas letras, ao prefaciar *Camudos, diário de uma expedição*, afirma:

O Euclides que em 1897 se defrontava com Os sertões era ainda um adolescente no incompleto da personalidade, no indeciso das atitudes... Precisando do ermo para sentir-se a vontade. Precisando do deserto para acabar de formar-se no meio do inacabado da colonização pastoril, sem se sentir olhado, observado ou criticado pelos escriptores convencionaes do Rio de Janeiro...

Os sertões foram, na verdade, o reino do poeta Euclides da Cunha. Sua Passargada, como diria Manuel Bandeira... O autor d'Os sertões foi o primeiro caso de verdadeira empathia. Sympathia só, não: empathia. Elle não só acrescentou-se a Os sertões como acrescentou Os sertões para sempre a sua personalidade e ao "carácter brasileiro", de que ficou um dos exemplos mais altos e mais vivos.

O propheta clamou pelos sertões: deu-lhes um significado brasileiro, ao lado do puramente paizagístico, do indistinctamente humano. (Cunha, 1939)

A própria concepção de verdade, conforme princípios do mobilismo e do relativismo e da convicção da mutabilidade, da provisoriedade de tudo que existe, cultivadas por Euclides e espelhadas na sua prova de Lógica, contribuem para a presença dos paradoxos e seus correlatos.

As assertivas paradoxais e as figuras antitéticas contribuem para a animização sistemática das forças naturais, vistas como projeções das ações e dos conflitos do homem: "paraíso tenebroso", "sol escuro", "tumulto sem

ruído”, “o sertão é um paraíso”, “o sertão é um vale fértil”, os sertões do Norte são “barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes”, “a natureza compraz-se num jogo de antíteses”, isto é, não se ajustava a nenhuma das categorias conhecidas pela geografia de seu tempo.

Os canudenses eram “capazes de carregar os bacamartes homicidas com as contas dos rosários”; “o Exército sente na própria força a própria fraqueza”; o soldado é um “minotauro, impotente e possante, com sua envergadura de aço e grifos de baionetas”; “a expedição [de Artur Oscar] devia marchar corretíssima. Corretíssima e fragílisma”; “a vida [no sertão] normalizava-se na anormalidade; o marechal Bittencourt é “impassível dentro da impaciência”; Cansação, parada obrigatória das tropas oficiais, “era um parêntese feliz naquele desolamento”.

O oxímoro, “Hércules-Quasímodo”, empregado numa alusão ao sertanejo, faz-se acompanhar de um verdadeiro jogo antitético, que se apresenta de variadas formas: “carga paralisada”, “profecia retrospectiva”, “medo glorioso”, “construtores de ruínas”, “ordem no próprio desvario”, entre outras.

O estilo de *Os sertões*, calcinado pelos paralelismos e assertivas contraditórias, encontra sua expressão literária nas figuras antitéticas, que encerram forças contrárias. A antítese e sua forma mais extremada, o oxímoro, refletem a incapacidade de encontrar racionalmente uma síntese entre a diversidade de tendências. Porém, ao permitir que dois opostos sejam aproximados, resolve o dilema ao nível literário.

Assim, conforme o foco narrativo, Antônio Conselheiro era, ao mesmo tempo, um grande homem, enquanto líder, mas um retrógrado enquanto fruto da miscigenação racial. Tanto podia ir para a História, quanto

para o hospício. “Espécie de grande homem pelo avesso”, que “realizava o absurdo de ser útil” e concebia a beleza como “a face tentadora do satã”. O coronel Moreira César poderia receber a camisa-de-força ou a púrpura. Individualidade singular, reunia, “antinomicamente, tendências monstruosas e qualidades superiores”. Podia definir-se “como herói ou como facínora”.

O emprego recorrente dos oxímoros e das antíteses confere tensão dramática ao discurso e, notoriamente, constitui os significantes de uma realidade: “a vida dos conselheiristas normalizara-se na anormalidade”. A “Tróia de taipa”, que reunia os “titãs acobreados”, tinha tudo para ser o paraíso, mas se metamorfoseia no seu contrário, ou seja, no inferno. A cidade santa ou cidade de Deus, conforme a visão escatológica e o imaginário apocalíptico, sofre uma inversão, transformando-se em chamas. O rio Vaza-Barris, antes “rio da Água da Vida”, que atravessa o Paraíso (Canudos), torna-se depósito de corpos sem vida, carbonizados pela explosão de dinamite. O sertanejo, sujeito às vicissitudes da vida, cansado e indolente, desengonçado e triste, transforma-se ao primeiro obstáculo que encontra:

*Empertiga-se, estadeando novos relevos,
novas linhas na estatura e no gesto; a cabeça firma-
se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo
olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-lhe,
prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os
efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da
figura vulgar do tabarel canhestro, reponta
inesperadamente, o aspecto dominador de um titã
acobreado e potente, num desdobramento*

surpreendente de força e agilidade extraordinária.
(Cunha, 1895, p.180)

Descrevendo a fisionomia da terra, confronta o planalto central com o leste. O narrador, criado por Euclides, aponta a “mudança estrutural”, as interessantes formações calcárias do Rio das Velhas, “salpintadas de lagos”, “solapadas de sumidouros e ribeirões subterrâneos”; as “rochas enterradas”, os grandes blocos superpostos lembrando “coliseus em ruínas”.

O regime desértico de Monte Santo firmou-se em “flagrante antagonismo”. Um quadro inesperado é mostrado ao viandante nas proximidades de Canudos, como “antítese do que vira”: “os matutos crendeiros, de imaginativa ingênua”, acreditavam que Monte Santo “era o céu”. A “eclipse majestosa de montanhas” dava a impressão de “platô elevadíssimo... repousando sobre as serras”.

Na época das secas prolongadas, quando o “sol fulmina a terra”, o sertão se esvazia com a retirada do sertanejo. Porém, findo o flagelo, com a chegada da chuva, “ei-lo de volta, revigorado, cantando... buscando as mesmas horas da ventura perdida e instável”. Acompanhando o mesmo singular desequilíbrio das forças que trabalham a terra, os ventos ali chegam, também de modo distinto, em geral, “turbilhonando revoltos, em rebojos largos”, para desaparecerem em seguida, por longos meses, conforme os mesmos desígnios que marcam a vida do sertanejo, contribuindo para o paradoxismo que envolve não só a natureza, mas também o homem.

Com o sobrevir das chuvas, o viajante, pasmo, não vê mais o deserto, porque a terra transfigura-se: “é uma mutação, é apoteose”. O sertão que, na época das secas, já se cobria de “flores cor de ouro... à maneira de



oásis verdejantes e festivos”, com a chegada das chuvas, ganha nova caracterização e como resultado temos: o deserto é “um paraíso”, um “vale fértil”, um “pomar vastíssimo”, sem dono, que alimenta o homem, “mitigalhe a sede” e “abre-lhe o seio acariciador e amigo”.

Essas marcas estilísticas refletem na leitura crítica da obra e na conclusão a que chega o leitor, ou seja: quando se faz a leitura de *Os sertões*, a primeira sensação experimentada é que o escritor e criador da saga de Canudos teve, ao final, duas impressões diversas a respeito do fenômeno sócio-cultural e de tudo que o envolve. Essa dupla impressão é espelhada na conclusão bipolar e no seu resultante mais direto, o emprego de “dois modos de narrar”: um a partir de seus pressupostos científicos; e outro a partir de sua experiência, do seu pragmatismo, do seu raciocínio conjectural, do seu espírito crítico e questionador, da sua experiência como acompanhante do Exército, isto é, da sua condição de testemunha-ocular. Num deles, os sertanejos são heróicos, fortes, superiores, inventivos, resistentes, impávidos. No outro são retrógrados, racialmente inferiores, primitivos.

Por outro lado, como poderia o narrador andante, focalizador onipresente, livrar-se dos confrontos paradoxais, se a natureza que aborda, “compraz-se em um jogo de antíteses”? Se o sertão vai da “extrema aridez à exuberância extrema”? se a “morfologia da terra viola as leis gerais dos climas”, se o “*facies* geográfico da terra a combate e a natureza reage”? se o próprio homem, “agente geológico notável, amiúde reage brutalmente sobre a terra”?

É dessa forma ambígua que apreende o grande palco, onde eclode o brutal conflito. Na impossibilidade de apresentar uma síntese ou várias sínteses parciais à problemática levantada, em si, tão complexa, o narrador

joga com todo tipo de antítese e resolve o impasse sob o ponto de vista ficcional.

O estilo, ora em análise, com todas suas peculiaridades, parece-nos ajustado às brutalidades da natureza, ao homem que nela vive e à complexidade temática. Conforme o foco narrativo, a história do sertão do Norte “é mais teatral, porém menos eloqüente”. “Surgem heróis, mas a estatura avulta-lhes, maior, pelo contraste com o meio; belas páginas vibrantes mas truncadas sem objetivos certos”. (Cunha, p.154)

O escritor sente o martírio do jagunço, comove-se com o seu heroísmo e escreve empaticamente. Estuda a terra, o homem, a questão etnográfica do Brasil, buscando as causas da rebelião de Canudos e uma explicação para a problemática que alcança o litoral. Essa divisão sequencial, além de caráter didático, faz parte da proposta de composição do texto. Conforme já constatamos, as três partes, em que se divide a obra, estão estreitamente articuladas e relacionadas entre si, formando um só laço, que congrega dupla focalização, igualmente intercruzada: perspectivante e prospectivante.

Dessa forma, o primeiro e o segundo blocos textuais se complementam, se entrelaçam numa referência à luta, narrada em tom épico na divisão final. A transfiguração do espaço físico permite a configuração da metáfora da luta e do extermínio. A narrativa de *A luta*, por sua vez, constitui remissão recorrente às partes iniciais.

A complexidade da realidade - objeto de estudo - favorece os confrontos entre os mestiços do litoral e os mestiços do sertão, entre o sertanejo e o gaúcho. No confronto, o narrador/observador chega a identificar, no sertanejo, o cerne da nossa nacionalidade. Afirma que o

vaqueiro do Norte é a antítese do gaúcho do Sul e “fez-se homem, quase sem ter sido criança”. “É um condenado à vida”.

Através do paralelismo, o narrador aponta para uma conclusão: “o sertanejo é inconstante como a natureza. “É natural que o seja... Ela o talhou à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto”. “O gaúcho do Sul, [porém], é um vitorioso jovial e forte”. “O vaqueiro do Norte é a sua antítese”. As vestes do primeiro “são um traje de festa, ante a vestimenta rústica do vaqueiro do sertão”, que vive em “permanente contraste entre extremas manifestações de força e agilidade e longos intervalos de apatia”. “[É] perenemente combalido e exausto, perenemente audacioso e forte”; “criou-se em condições opostas, em uma intermitência de horas felizes e horas cruéis, de abundâncias e misérias”. (Cunha, 1985, p.181-SS)

O sertanejo teve, em confronto com o meio, “uma aprendizagem de revezes”, preparando-se sempre para um “recontro que não vence e em que se não deixa vencer”, passando da “máxima quietude à máxima agitação”; da “rede preguiçosa e cômoda para o lombilho duro”. “Reflete nestas aparências que se contrabatem, a própria natureza que o rodeia”, passando da “maior exuberância à penúria dos desertos incendiados”.

Ao apreender “o martírio do homem” do sertão, que é o reflexo de uma tortura maior, mais ampla... Nasce do martírio secular da Terra...” (Cunha, 1985, p.137), Euclides da Cunha legou-nos uma obra, cujo estilo congrega o desejo do escritor, do poeta, do historiador, de reter o irreversível, o impossível de fígar, os sinais autênticos de um povo. Um estilo capaz de facultar a entrada dos vencidos à história, não apenas como vítimas, mas também protagonistas; um estilo que Theodoro Sampaio classifica de “calhaus no meio de uma corrente harmoniosa”.



CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A trágica morte de Euclides da Cunha, ocorrida há quase cem anos, revelou-se incapaz de calar sua voz, que continua: clamando contra os horrores de uma guerra injusta; denunciando medidas incompatíveis à nossa realidade; defendendo o sertanejo na sua coragem histórica; falando dele através da natureza que o protege; explicando a problemática nacional a partir do maior conflito armado da história nacional; sugerindo as soluções que povoam as centenas de páginas de seu livro.

Tomando a campanha de Canudos como representativa de uma realidade mais profunda, o escritor busca-lhe os fatores determinantes no meio geográfico, na constituição étnica, nas raízes da história nacional, dividindo sua obra em três grandes blocos textuais.

Numa recorrência à história, ele denuncia nossos desastrosos legados culturais, critica nossa mentalidade colonizada, nosso sistema intelectual voltado para a Europa e distanciado dos reais problemas nacionais.

Em *Os sertões* temos a visão de um país dividido por mundos culturais conflitantes: o nordeste ou “Norte”, conforme linguagem do autor, e o Brasil litorâneo e europeizado, mostrado como “pálido reflexo da vida civilizada”.

O sertanejo, ao manter-se isolado por mais de três séculos, é mostrado mais estranho ao homem do litoral que o estrangeiro. “A História não iria até [ele] porque “o sertão é homízio”. Coube ao autor a opção corajosa de tirá-lo do silêncio, do ostracismo, dar-lhe voz e condição de agente histórico, incorporando-os não só às páginas da história nacional, mas



também à literatura universal. Fazer do homem do sertão personagem literário constitui contribuição corajosa e meritória para com a nação.

Dessa forma, um dos significados essenciais do livro consiste em contribuir para um melhor conhecimento dos sertanejos e para sua inserção na nação brasileira, constituída não só de “vencedores” e “heróis”, mas também de vencidos e marginalizados de toda sorte.

O papel de Euclides da Cunha, enquanto literato e historiador em relação a Canudos, tomando as palavras de Lizir Arcanjo Alves (1997, p.177), tem sido o mesmo defendido por Jules Michelet, ao considerar ser dever de todo historiador exumar para uma segunda vida os mortos esquecidos, que não tiveram quem os defendessem.

Euclides parte da tese de que o sertão, geográfica e socialmente, era ignorado e, também, inexplicável em muitos aspectos, pelo sistema referencial corrente, representado pela literatura, história e ciência. Por isso estabelece, freqüentemente, pontes de ligações entre o conhecido e o desconhecido e vincula num só laço o familiar, o observável - a ele e ao leitor - e o símile, buscado num espaço e tempo relativizados e avessos à linearidade.

O caráter polifônico tem, também, lugar relevante na narrativa: *Os sertões*, ao combinar uma diversidade muito fina de vozes narrativas, condensa vários pontos de vista. Por outro lado, a abertura da obra à intertextualidade, de fôlego enciclopédico, envolve autores e textos, incessantemente citados e submetidos à análise, numa recorrência à geologia, botânica, zoologia, física, química, meteorologia, psiquiatria, confere valor informativo ao livro.

Atentos à literatura crítica e à própria análise do livro, acreditamos ter identificado nuances e aspectos da trajetória do pensamento euclidiano: o escritor partiu para o cenário do conflito sonhando com a “República ideal”, coerente com os ideais da Revolução Francesa. Ao regressar de Canudos, revela-se bastante desiludido com o regime político colocado em prática e diferente do idealizado.

Durante o processo de composição da obra, procura lastrear o seu pensamento com teorias em voga na época, que em nada o ajudaram a compreender e interpretar a essência da problemática nacional, espelhada no que ele presenciara no interior baiano. Lembramos que no momento em que ocorre o processo de “mecanização do pensamento”, Euclides da Cunha, empenhado na difícil empresa de elaboração de sua principal obra, usou a técnica científica e a técnica de observação dos fatos em suas relações.

O narrador/observador, à medida que vai enfocando o assunto, levanta e diagnostica problemas, que até hoje inquietam a inteligência nacional, identificando-lhes a causa, propondo soluções e prevendo resultados. Assim, criticando as ações das tropas oficiais, mostra, enquanto militar, as falhas do Exército e aponta as estratégias que o levariam a ter sido menos ineficiente.

Afirma que os soldados, desconhecendo as táticas de emboscada, “espalham-se, correm à toa, num labirinto de galhos. Caem, presos pelos laços corredios dos quipás reptantes”. Debatem-se desesperadamente e “impotentes estadeiam, imprecando, o desapontamento e a raiva, agitando-se furiosamente e inúteis”. Atiram a esmo, sem pontarias, numa indisciplina de fogo que vitima os próprios companheiros”, numa luta desigual. “A força militar decai a um plano inferior. Batem-na o homem e a terra” (Cunha,

1985, p.280-1). Enfim, a voz narrativa, onisciente, mostra, pelo viés dialético, qual seria a estratégia correta, ao definir o papel da caatinga como agente tático precioso, de ofensivo ou defensivo, ignorado pelos “doutores na arte de matar”.

Euclides da Cunha ampara-se na antropologia, na biologia, na etnografia, na sociologia, na psicologia, na história da colonização, na geografia; busca elementos históricos, sociais, biográficos e folclóricos; prende-se às teorias sociais, filosóficas e científicas, que lhe fornecem os instrumentos para esboçar os traços expressivos das sub-raças sertanejas, fruto da miscigenação.

Mediante a pesquisa dos fatores mesológicos, geográficos ou raciais, aponta as razões da irrupção do levante. Baralhando noções de raça e povo, o narrador heterodiegético afirma que não temos unidade de raça, que só teremos uma raça histórica no decorrer de largo tempo de plena autonomia. Invertendo a ordem natural dos fatos, preconiza: a nossa evolução biológica depende da evolução social: “estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos”.

Adstrita às influências que mutuam, em graus variáveis, três elementos étnicos, a gênese das raças mestiças do Brasil é um problema que por muito tempo ainda desafiará os esforços dos melhores espíritos. Está apenas delineado. (Cunha, 1985, p.141)

Como nas obras naturalistas, o discurso é vincado pela disciplina do positivismo, com acentuada recorrência às idéias e às teorias próprias da

época. O autor parte do preceito segundo o qual o retardamento biológico causado pela mestiçagem torna a massa sertaneja vítima de credices, superstições e formas inferiores de religiosidade. A etnologia assume configurações peculiares e vinculada ao racismo, ao cientificismo, ao positivismo, à história natural, ganha importância e é tomada como referencial na interpretação das raças e culturas. Em outras palavras, a obra euclidiana insere-se num contexto que enfatiza a influência do meio, da raça e do momento como agentes em torno dos quais se movem a história literária e a historiografia.

Em *Os sertões* temos, portanto, uma tentativa de aplicação das idéias e hipóteses pretensamente científicas. Estas são significativas à medida que contribuem para interpretar a guerra de Canudos, tomada como paradigma da realidade nacional. Euclides tenta demonstrar, conforme os moldes teóricos racistas, que o homem é produto do meio ambiente natural e do meio ambiente social. Logo, aborda os rebeldes canudenses como resultado da mestiçagem que “extremada é um retrocesso”. De sorte que “o mestiço é quase sempre um decaído”. Porém, ao descrever a resistência e o estoicismo dos rebeldes canudenses, seus defendidos, vê-se atribuindo suas proezas a “aleijões raciais”.

Euclides, muitas vezes, desloca o centro explicativo do seu objeto de estudo, inverte a ordem das instâncias e, mediante nova visão, acentua a verdade humana do relato, mediante discernimento lúcido do que vivencia e conhece. Assim, mesmo apontando a importância e a influência da raça e do meio geográfico na modelagem comportamental dos indivíduos e aceitando as premissas básicas do mestre polaco Gumplowicz, anunciadas na *Nota preliminar*, admite o abrandamento das conseqüências nefastas da

mestiçagem entre os sertanejos. Esta atenuação da degenerescência, segundo ele, deve-se ao isolamento a que foi submetido o homem do sertão.

Cremos que o deslocamento do eixo explicativo deve-se ao fato de Euclides ter percebido que a realidade sertaneja era inapreensível e inexplicável cientificamente, não se enquadrando perfeitamente nos referenciais teóricos. Isto é, a aplicação da ciência alienígena conflita com a realidade nacional.

Como resultante temos: um narrador de consciência dividida - ora observador combativo, ora ideólogo pessimista, conduzido por fatalismos; uma narração marcada por um misto de afirmação e negação, que só se resolve, sob o ponto de vista literário, mediante o emprego da figuras antitéticas; virtudes do homem do sertão, como fortaleza, bravura, agilidade, etc, apresentadas de forma relativizada.

Euclides da Cunha, como pensador social e historiador, deixou-se envolver em contradições no que se refere à questão do cruzamento, à fatalidade da luta das raças e ao autoctonismo. Conforme registrou Roquette Pinto, “tudo n’Os *sertões* é grandioso; nem tudo, porém, é certo”. Contudo, a partir da questão Canudos, o escritor conseguiu identificar e mostrar a existência de um país dividido em duas realidades distintas, através de dois emblemas: o Brasil oficial, ele o viu na Rua do Ouvidor, centro da civilização cosmopolita e falsificada; e o Brasil real, no emblema bruto do sertão.

O estudo do real, não raro, empurra-o para as conjecturas e para a imaginação, para a ficcionalização literária. Assim, ao constituir a narrativa, o escritor que cultivava a capacidade de sentir também a beleza em tudo que o cerca - na natureza, no cotidiano, no estoicismo do sertanejo - casa fatos

reais e criação ficcional. E, na condição de poeta e intérprete da nação, resgata os fatos que entram para a cena histórica e preenche o vazio deixado pelo teoricismo alienígena.

A formação da terra e da natureza em geral, na primeira parte e o historiamento do homem, na segunda, são tratados como drama. Os seres da natureza, antropomorfizados, são dotados de sentimentos e desígnios, agindo como forças vivas, numa alusão ao homem.

Caracterizam seu estilo: a linguagem requintada; a riqueza de pormenores não verificáveis em documentos; o emprego da hipotaxe exagerada; a recorrência ao discurso indireto livre, reproduzindo pensamentos e sentimentos de personagens ou da coletividade; a reprodução de diálogos não presenciados pelo escritor; o excesso de figuras retóricas, de tropos e de expressões figuradas, que conotam preocupação estética e transcendem as necessidades de informação do repórter de guerra ou do autor científico, dando imortalidade à obra.

Conforme registro de Hélder Godinho (1988), para que algo permaneça na memória dos indivíduos e dos povos, é necessário que os atinja profundamente, que tenha uma significação que vá além da temporalidade. Logo, todo grande livro de história é, ao mesmo tempo, uma grande obra literária.

É difícil, ou mesmo impossível, dissociar com precisão e clareza reflexão científica e narrativa literarizada, que aparecem casadas, constituindo um só laço. Por outro lado, no plano da linguagem, há uma estreita interpenetração de elementos figurativos, de tropos como sinédoque, ironia, metonímia, metáfora. As próprias argumentações científicas podem

eventualmente ser entendidas como parábolas, conforme registro de Berthold Zilly, tradutor de *Os sertões* para o alemão.

O estilo, marcado por hibridez, e a obra, congregando as mais variadas tendências, nos remetem a Peter Gay (1990). O referido historiador faz uma alusão a Burckhardt, para quem a poesia e a história, a beleza, a arte e a ciência “não eram, em absoluto, inimigas mortais... descritas pela filosofia positivista, disputando-se o território por sobre largas fronteiras, maciçamente fortificadas. Eram antes aliadas, quase que irmãs siamesas”.

Kant definiu o belo como aquilo que agrada universalmente e sem conceito, como ligação empática que tem força atrativa, como algo que condensa em si vários níveis de significação e excesso de sentido.

A literatura, em *Os sertões*, encontra-se incontestavelmente relacionada e intercruzada com a história. O universo fictício, representativo de uma realidade *sui generis*, tem seu referente próprio, embora, em interação recorrente com o discurso histórico.

Dessa forma, fatos ocorridos aparecem acompanhados de um conjunto de idéias e imagens. Vemos personagens reais estilizados, transformados em verdadeiros retratos, caracterizadores do coletivo, porém, invariavelmente, situados no tempo e no espaço em função de seu real papel na história; seres da natureza, antropomorfizados e dotados de sentimentos e desígnios, numa alusão ao homem e à luta.

Assim, a obra revela-se representativa de uma realidade exterior, constatada por documentos. O acontecimento histórico é a sua própria razão inicial, é fonte de inspiração de sua construção. Na sua análise e interpretação, Euclides encontra meios de representar o que julga ser a problemática nacional. Afirma que “Canudos era o nosso Cosmos”, reflexo

de uma realidade mais profunda, envolvendo uma trama de acontecimentos, um “refluxo para o passado”.

O estudo da ambivalência discursiva é significativa como reveladora dos dois planos empregados por Euclides, na construção de seu maior livro: o plano do positivismo científico, tido, na época em que foi escrito, como forma legítima de conhecimento. Da afirmação é que deriva, consoante alguns intérpretes euclidianos, como Luiz Costa Lima¹³ (1995, p.204), “a subalternidade de qualquer outra forma, inclusive a literária”. Esta postura, contudo, suscita questionamento, uma vez que o escritor de Cantagalo revelou-se esteta primoroso que nunca parou de realizar emendas: milhares de alterações formais e estéticas foram feitas nas três primeiras edições. O segundo plano é o literário, responsável, cremos nós, pela perenidade e caráter de universalidade da obra.

Procuramos analisar o emprego do traços estilísticos, que julgamos estar em estreita relação com a própria ambiência da época em que o livro foi escrito, com a filosofia de vida do autor, com a complexidade temática. *Os sertões*, entre vários outros livros que abordam a “guerra” de Canudos, é o único, depois de quase um século, a estar ainda mais vivo, mais estudado, mais questionado dentro e fora do país. O conflito, motivador e objeto de

¹³ Luiz C. Lima trabalha com a hipótese que em *Os sertões* é permissível a entrada da literatura sob a condição de ornato; defende a centralidade da ciência. Dentro do registro literário, o papel da explicação permanece confiado à ciência, assegurado pelo instrumento mais seguro, o determinismo. As bordas ilustrativas cabem à literatura.

estudo da obra, reflete o universo mental da gente canudense, até então, desconhecido.

Desse modo, a campanha de Canudos, tema explorado por sociólogos, antropólogos, politicólogos, geógrafos, entre outros, subsiste em sua trajetória literária e histórica, porque teve a glória de ser textualizada a serviço, sobretudo, da consciência brasileira. O repórter de “guerra”, o engenheiro, o jornalista e escritor Euclides da Cunha deu ao “fato” Canudos, sentido, amplidão significativa, transformando-o em fato histórico. Criou uma imagem que traz as marcas essenciais “do crime e da loucura” e que permanece no imaginário nacional, num desafio às águas da represa que hoje cobrem o antigo arraial.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

1. Obras de autor

CAVALCANTE, Frederico de. *Os estudos (1942) Relato sobre de*
Walter e Margarida Cavalcante, São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAVALCANTE, Frederico de. *Uma Expedição Rio de Janeiro, 1981*
Curitiba, 1981.

CAVALCANTE, Frederico de. *Curitiba, 1972.*

CAVALCANTE, Frederico de. *Curitiba, 1981.* Vol. 1-3

CAVALCANTE, Frederico de. *Curitiba, 1981.* Vol. 1-3

BIBLIOGRAFIA

2. Obras sobre o autor

AMORIM, Ovídio de. *Amor e Perseverança de Cavalcante de*
Curitiba, Rio de Janeiro: Companhia Editora, 1961.

AMORIM, Ovídio de. *Amor e Perseverança de Cavalcante de*
Curitiba, Rio de Janeiro: Editora, 1961.

AMORIM, Ovídio de. *Amor e Perseverança de Cavalcante de*
Curitiba, Rio de Janeiro: Editora, 1961.

AMORIM, Ovídio de. *Amor e Perseverança de Cavalcante de*
Curitiba, Rio de Janeiro: Editora, 1961.

AMORIM, Ovídio de. *Amor e Perseverança de Cavalcante de*
Curitiba, Rio de Janeiro: Editora, 1961.

AMORIM, Ovídio de. *Amor e Perseverança de Cavalcante de*
Curitiba, Rio de Janeiro: Editora, 1961.

BIBLIOGRAFIA

1. Obras do Autor:

CUNHA, Euclides da. *Os sertões* (1902). Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Canudos: diário de uma Expedição*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1939.

_____. *Caderneta de Campo*. São Paulo: Cultrix, 1975.

_____. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. Vs.1-2

_____. Epistolário. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. V.2, p.601-713.

2. Obras sobre o autor:

ABREU, Modesto de. *Estilo e Personalidade de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e Interpretação de Os sertões*. São Paulo: Edart, 1960.

_____. *Ontologia da Obra de Euclides da Cunha*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

_____. Instantâneo Intelectual. In: *Obra Completa*. 1ª Ed, Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. V.1, p.45-49.

BELLO, José Maria. *Inteligência do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1935.

BERNUCCI, Leopoldo M. *A Imitação dos Sentidos: Prógonos, Contemporâneos e Epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1995.



Coutinho, Afrânio. Os sertões, obra de ficção. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. V.2, p.57-71.

DANTAS, Paulo. *Os sertões de Euclides da Cunha e outros sertões*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1969.

Filho, Francisco Venâncio. Retrato Humano. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. V.1, p.33-44.

FORTES, Herbert Parentes. *Euclides, o Estilizador da Nossa História*. São Paulo: G R D, 1990.

FREYRE, Gilberto. Euclides da Cunha: Revelador da Realidade Brasileira. In: Cunha, Euclides da. *Obra Completa*. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar, 1966. v.1, p.17-31.

_____. *Perfil de Euclides da Cunha e Outros Perfis*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1944.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Saco de Gatos: es Críticos*. São Paulo: Duas Cidades, 1966.

_____. *Gatos de Outro Saco: Ensaio Críticos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *No Calor da Hora: A Guerra de Canudos nos Jornais, 4ª expedição*. São Paulo: Ática, 1974.

_____. (Org.) *Euclides da Cunha: História*. São Paulo: Ática, 1984.

_____. Os sertões: uma análise literária. In: MENEZES, E. Diataly B. de (Org.). *Canudos: as falas e os olhares*. Fortaleza: UFC, 1995.

LIMA, Luiz Costa. *Terra Ignota: A Construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.



MARTINS, Wilson. *O Estilo de Euclides da Cunha*, (Editora?) 1952. 2 V

MGNOLO, Walter. Literatura e História na América Latina. In: Chiappini, Lígia (Org.). *História e Literatura: conferências e debates*. São Paulo: EDUSP, 1993, p.16-7.

MOURA, Clóvis. *Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo: Nacional, 1974.

Peixoto, Afrânio. Para o conhecimento de Euclides. In: Cunha, Euclides da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar, 1966. v.1, p.50-52.

Pereira, José Veríssimo da Costa. O espírito geográfico na obra de Euclides da Cunha. In: Cunha, Euclides da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar, 1966. v.2, p.63-71.

RABELO, Sílvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1948.

REALE, Miguel. *Face Oculta de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

Sodré, Nelson Werneck. Revisão de Euclides da Cunha. In: Cunha, Euclides da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar, 1966. v.2, p.11-55.

3. Teoria de Base.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos, S. J., e A. Ambrósio de Pina, S.J. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza. Porto Alegre: Globo, 1996.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre História*. Tradução de De J. Guinsburg e Teresa Cristina Silveira Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978. (Debates, 131)

BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Novas Perspectivas, 1992.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura Comparada*. São Paulo: Ática, 1986.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de M. de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

LEFEBVRE, Maurice-Jean. *Estrutura do Discurso, da poesia e da Narrativa*. Tradução de J.C.S. Pereira. Coimbra: Livraria Almedina, 1975.

LE GOFF, Jacques. *A Nova história*. Tradução de A. M. Bessa. Lisboa: Edições 70, 1970.

NORA, Pierre. *História: Novos problemas*. Tradução de Teresinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

4. Teoria Literária.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1988.

_____. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. Tradução de Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec, 1993.

BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política*. 2.Ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.



BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Crítica e Verdade*. Tradução de Leyla Perrone – Moisés. São Paulo: Perspectiva, 1974. (Debates, 24).

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 33. Ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. *A literatura brasileira: o Pré-Modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1966.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Nacional, 1965.

_____. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

_____. *A Educação pela Noite e Outros Ensaio*. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1989.

BOOTH, Wayne. *A Retórica da Ficção*. Tradução de Maria T. H. Guerreiro. Lisboa: Arcádia, 1980.

COUTINHO, Afrânio. *Conceito de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 1966.

_____. *A Literatura no Brasil*. 3. ed. Niterói, RJ: EdUFF, 1986. 5 V.

FERNANDES, Edilene Gasparine. *Mosaico de Histórias e Mentalidades em Reflexos do Baile*. São José do Rio Preto, 1997, s.p. Tese (Mestrado). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

Freyre, Gilberto. *Heróis e Vilões do Romance Brasileiro*. São Paulo: Cultrix, 1979.



FRYE, Northrop. *O Caminho Crítico*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *Anatomia da Crítica*. São Paulo: Cultrix, 1973.

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Arcádia, 1979.

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-modernismo: História, Teoria e Ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LUKÁCS, Georg. *Teoria do Romance*. Trad: Alfredo Margarido. Lisboa: Presença, [s.d.].

MACIEL, Sheila Dias. *Literatura e História em As cidades invisíveis*. São José do Rio Preto, 1995, s.p. Tese (Mestrado). Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista.

NUNES, Benedito. *O Tempo na Narrativa*. São Paulo: Ática, 1988. (Fundamentos, 1981).

ROSENFELD, Anatol. *Texto/Contexto: Ensaios*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

_____. *Síntese da Cultura Brasileira*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e poética*. 4. ed. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1976.



5. Teoria da História.

BANN, Stephen. *As invenções da História: ensaios sobre representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994.

BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. Trad: Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre história*. Trad: J. Guinsburg e Teresa Cristina Silveira Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FREITAS, Maria Teresa de. *Literatura e História: o romance revolucionário de André Malraux*. 1. Ed. São Paulo: Atual, 1986.

GAY, Peter. *O Estilo na História. Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia de Letras, 1990.

HUNT, Lyn. *A Nova história Cultural*. Tradução de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. 1. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MORAIS, Regis de. *As razões do Mito*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1988.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. 2.ed. Tradução de M.J.Cottvasser. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica*. São Paulo: EDUSP, 1992

_____. O fardo da história e O texto histórico como artefato literário. In: *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trd. A. C. Franca Neto.: São Paulo: EDUSP, 1994, p.39-64 e 97-116.



6. Obras gerais.

ALVES, Lizir Arcanjo. *Humor e Sátira na Guerra de Canudos*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1997.

ARINOS, Afonso. *Os Jagunços*. 3. ed. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

BENÍCIO, Manoel. *O Rei dos Jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

BRITO, Broca. *A Vida Literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CALASANS, José. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1997.

_____. (Apres.) *Relatório apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista Demonte Marciano ao Arcebispo da Bahia sobre Antonio Conselheiro e seu séquito no Arraial de Canudos – 1895*. Salvador: CEB/UFBA, 1987.

Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato político brasileiro*. 8. Ed. São Paulo: Globo, 1989, 2 V.

LEVINE, Robert M. *O Sertão Prometido. O Massacre de Canudos*. São Paulo: Edusp, 1995.

MENEZES, E. Diatally B. de (Org.) *Canudos: as falas e os olhares*. Fortaleza: UFC, 1995.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1974

MONIZ, Edmundo. *Canudos: a guerra social*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elo Ed., 1987.

VILLA, Antonio Marco. *Canudos. O Povo da Terra*. São Paulo: Ática, 1995.

ZAMA, César. *Libelo Republicano* acompanhado de comentários sobre a Guerra de Canudos. Reprodução facsimilar. Nota explicativa de José Calasans. Salvador: CEB/UFBA, 1989.



